

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FÁTIMA APARECIDA SILVA

**A FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA E SUA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA ÓTICA DE UM DOS
SEUS FUNDADORES: JOSÉ VICENTE RODRIGUES LIMA – DÉCADA
DE 1930**

Fortaleza/CE
2008

FÁTIMA APARECIDA SILVA

**A FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA E SUA PROPOSTA DE
EDUCAÇÃO PARA A POPULAÇÃO NEGRA NA ÓTICA DE UM DOS
SEUS FUNDADORES: JOSÉ VICENTE RODRIGUES LIMA – DÉCADA
DE 1930**

Tese de Doutorado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal do
Ceará, para obtenção do título de Doutora
em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha
Júnior

Fortaleza/CE
2008

Ficha Catalográfica

SILVA. Fátima Aparecida.

Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues Lima – década de 1930. Fátima Aparecida Silva - Fortaleza: 2008

125p.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará

1. Educação 2. Relações Raciais 2. Escola 3. Movimento Negro

FÁTIMA APARECIDA SILVA

Frente Negra Pernambucana e sua proposta de educação para a população negra na ótica de um de seus fundadores: José Vicente Rodrigues

Lima – década de 1930.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, pela Banca Examinadora formada pelos seguintes Professores:

Orientador: Prof. Dr. Henrique Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará- UFC

1º Exam.: Profª. Drª. Sandra Hayedée Petit
Universidade Federal do Ceará- UFC

2º Exam.: Profª. Drª. Ângela Maria Bessa Linhares
Universidade Federal do Ceará - UFC

3º Exam.: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará - UFC

4º Exam.: Profª. Drª. Mirian de Albuquerque Aquino
Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Fortaleza, 08 de julho de 2008

Agradecimentos

Ao professor Henrique Cunha Junior, pelo incentivo, apoio e orientação;

Aos professores e professoras Sandra Petit, Rosa Maria Barros, Joselina da Silva, Ângela Linhares e José Gerardo, pelo paciente trabalho de dialogar comigo, de compartilhar esclarecimentos fundamentais para a pesquisa;

A Gustavo Augusto Rodrigues Lima, Edvaldo Ramos, Lúcia dos Prazeres, Airton dos Prazeres, João Monteiro pelo apoio de localização de material de pesquisa que, certamente tornou possível a realização da pesquisa;

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico pela bolsa concedida;

Aos militantes e as militantes dos movimentos negros de Recife, que durante meus estudos foram os/as companheiros/as de caminhada.

RESUMO

Pesquisa que analisa o movimento negro pernambucano da década de 1930, a partir de um levantamento histórico da Frente Negra Pernambucana, sob a ótica de um de seus fundadores, José Vicente Rodrigues de Lima. Em 1936 surgiu, na cidade de Recife, a Frente Negra Pernambucana, transformada em 1937 no Centro de Cultura Afro-Brasileiro, instituição até hoje atuante, presidida por Almerinda Rodrigues Lima, filha do militante José Vicente Rodrigues de Lima. O objetivo principal desta tese é recuperar práticas sociais dessa entidade organizada em prol da defesa dos direitos da população afro-descendente na cidade de Recife, durante a década de 1930. Dessa forma, trabalhar com a memória individual de um dos fundadores da Frente Negra Pernambucana visa fazer um levantamento historiográfico da luta anti-racista desse período, com o intuito de compreender como os membros de tal organização concebiam o negro e as produções culturais de matrizes africanas, assim como as estratégias políticas criadas pelos militantes da época para equacionar problemas sociais que a população negra enfrentava. Tendo em vista as estreitas relações entre as Frentes Negras paulista, gaúcha e pernambucana, esta pesquisa acaba por abordar o profícuo intercâmbio entre seus líderes e, por outro lado, busca ressaltar as idiossincrasias da Frente Negra Pernambucana, ao elaborar reflexões sobre a condição das comunidades negras de então e ao produzir formas de atuação para diminuir as desigualdades raciais, através da educação e de uma relação tensa com os *xangôs*, religião de matriz africana.

Palavras Chaves: Educação – Relações Raciais – Escola – Movimento Negro.

ABSTRACT

Research that analyses the Pernambucan Negro Movement in the 1930 decade, from a historic survey of the Pernambucan Negro Front, in the viewpoint of José Vicente Rodrigues Lima, one of its founders. In 1936, the Pernambucan Negro Front emerged in the capital city of Recife, and in 1937 it was transformed into the Afro-Brazilian Cultural Center, in action until today, now managed by Almerinda Rodrigues Lima, militant José Vicente Rodrigues Lima's daughter. The main target of this thesis is to recover the social practices of the mentioned institution, which was organized in order to defend the Afro-descendants' rights in the city of Recife in the 1930s. Therefore, by working out the individual memory of one of the Pernambucan Negro Front founders, this paper aims at doing a historical survey of this period's anti-racist fight, with the purpose of understanding how members of such an organization regarded the negroes and the cultural output of African origin, as well as the political strategies then produced by its militants so that they could solve the social problems faced by the Negro population. Having in view the tight relations with the São Paulo (Paulista), Rio Grande do Sul (Gaúcha) and Pernambuco (Pernambucan) Negro Fronts, this research, on the one hand, eventually approaches a profitable exchange among their leaders, and on the other hand, tries to highlight the Pernambucan Negro Front idiosyncrasies, by developing reflections on the conditions of Negro communities in that time, whose members produced ways of reducing the racial inequalities by means of education and tense relations with the *Xangôs*, a religion of African origin.

Keywords: Education – Racial Relations – School – Negro Movement

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
1. A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS ESTADONOVISTAS NA DÉCADA DE 1930 EM PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO NEGRA.....	27
2. O MOVIMENTO SOCIAL FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA E SUA CONTINUIDADE COMO CENTRO DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA (1937-1988).....	43
2.1. Fundação, Ideologias e finalidades da entidade.....	43
2.2. Idealizadores da entidade: acordos e divergências de pensamento.....	56
3. A PRÁTICA DE XANGÔ EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1930.....	70
3.1. A prática de xangô em Pernambuco na década de 1930: disciplinação e controle x estratégia e resistência.....	70
4. A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA.....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107
ANEXO I – O que querem as associações dos elementos de côr e as Frentes Negras organizadas no Brasil. Texto de José Vicente Rodrigues Lima-1937.....	110
ANEXO II – Divulgação do cinquentenário do Centro de Cultura Afro Brasileiro. Discurso pronunciado pelo seu fundador e presidente de honra no Teatro Santa Isabel.....	114
ANEXO III – Homenagem da Escola de samba Galeria do Ritmo ao poeta negro Solano Trindade. Discurso de José Vicente Rodrigues Lima.....	117
ANEXO IV - Arte Negra no Recife é cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro - 1936- 1986.....	121
ANEXO V - Discurso do representante da Frente Negra Pelotense – 1º Congresso Afro-Brasileiro- 1934 – Recife.....	123

Conversa

- Eita negro!
quem foi que disse
que a gente não é gente?
quem foi esse demente,
se tem olhos não vê...

- Que foi que fizeste mano
pra tanto falar assim?
- Plantei os canaviais do nordeste

- E tu, mano, o que fizeste?
Eu plantei algodão
nos campos do sul
pros homens de sangue azul
que pagavam o meu trabalho
com surra de cipó-pau.

- Basta, mano,
pra eu não chorar,
E tu, Ana,
Conta-me tua vida,
Na senzala, no terreiro

- Eu...
cantei embolada,
pra sinhá dormir,
fiz tranças nela,
pra sinhá sair,

tomando cachaça,
servi de amor,
dancei no terreiro,
pra sinhozinho,
apanhei surras grandes,
sem mal eu fazer.

Eita! quanta coisa
tu tens pra contar...
não conta mais nada,
pra eu não chorar -

E tu, Manoel,
que andaste a fazer
- Eu sempre fui malandro
Ó tia Maria,
gostava de terreiro,
como ninguém,
subi para o morro,
fiz sambas bonitos,
conquistei as mulatas
bonitas de lá...

Eita negro!
- Quem foi que disse
que a gente não é gente?
Quem foi esse demente,
se tem olhos não vê.

Solano Trindade, "Cantares ao Meu povo"

APRESENTAÇÃO

Na condição de militantes do Movimento Negro no Brasil, quer como profissionais, quer como pesquisadores em educação, diversos foram os desafios por nós enfrentados, bem como as reflexões envolvendo a temática das relações raciais com a educação escolar.

É, pois, com base nessas reflexões e desafios que desenvolvemos um projeto de pesquisa de mestrado com o propósito de analisar o processo de produção e apropriação da memória da abolição dos escravizados no Brasil, no âmbito do espaço escolar e do movimento negro *Frente Negra de Sorocaba*, especialmente no que se refere à data 13 de maio, na década de 30 do século XX (Silva, 2005).

Dentre outros aspectos, para o desenvolvimento da presente pesquisa, foi necessária a realização de uma breve retrospectiva histórica e sociológica do movimento anteriormente mencionado, a fim de possibilitar a ampliação do registro da história do movimento no Brasil.

Ao pesquisar a *Frente Negra de Sorocaba*, constatamos uma lacuna bastante significativa existente na historiografia da *Frente Negra Brasileira*, isto é, uma razoável documentação tem se ocupado da presença do movimento nas regiões sul e sudeste, contrariamente ao que se observa nas regiões norte e nordeste do Brasil.

Na Bahia, por exemplo, a presença da Frente é estudada pelo pesquisador Jeferson Bacelar na obra *A Hierarquia das Raças: Negros e Brancos em Salvador* (2001) e pela pesquisadora Ana Célia da Silva, no trabalho intitulado *Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial*, publicado, em 2002, na Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade. Entretanto, a existência da Frente nos estados do Maranhão, Pernambuco e Sergipe é apenas citada nas pesquisas, sem qualquer aprofundamento.

Isto posto, reconhecendo a importância de ampliar as informações sobre o assunto, nomeamos a Frente Negra Pernambucana como objeto de nossa pesquisa, com o intuito de atender a demanda do avanço dos estudos da organização social da população negra no Brasil no período pós-Abolição.

A *Frente Negra Brasileira*, organização de massa, fundada em 1931, na cidade de São Paulo, surge como continuação das ações da população afrodescendente nos períodos colonial, imperial e republicano, em termos de luta contra a discriminação racial e a exclusão social da população negra.

Posteriormente, foram fundados vários núcleos da Frente Negra no território nacional, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, na Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Espírito Santo.

Em 1936, surge a Frente Negra Pernambucana, a qual foi transformada, em 1937, em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Essa instituição, dentre outras coisas, defendeu a idéia segundo a qual a educação seria uma das principais estratégias para a ascensão social da população negra. Isto é, por meio de instrução formal, seria possível prepará-la para viver na sociedade em igualdade com o branco.

A exemplo do que comumente ocorre com todo trabalho de pesquisa, o referido estudo também não se desenvolveu conforme o projeto inicial, tendo passado por algumas transformações e reformulações, em função do conhecimento empírico e do aprofundamento teórico que foram sendo adquiridos no decorrer da sua elaboração.

O projeto inicial apresentado ao Programa de Pós-graduação de Educação da Universidade Federal do Ceará previa a realização de um estudo sobre o movimento negro Frente Negra Pernambucana sob a perspectiva da educação, ou seja, um trabalho que registrasse a história do movimento e sua luta, bem como as reivindicações no campo da educação.

Além do conhecimento teórico, uma investigação exige criatividade, contatos e a solidariedade de pessoas que possam indicar caminhos quando nos achamos perdidos na realização da pesquisa.

Um fator importante para a realização da presente tese foi a convivência com militantes dos movimentos negros contemporâneos da cidade de Recife, dos quais destacamos Lúcia dos Prazeres, professora, diretora e fundadora do Centro Maria da Conceição, uma escola que tem como opção pedagógica o trabalho com recorte racial há mais de 15 anos. Lúcia hospedou-nos durante o primeiro mês de pesquisa em sua casa e concedeu-nos o telefone de João Monteiro, funcionário do Arquivo Público de Recife.

Os contatos com este funcionário possibilitou-nos iniciar a pesquisa nos jornais e documentos do arquivo acima mencionado. Na primeira semana de busca aos documentos, não foi possível encontrar quaisquer referências que nos auxiliassem no avanço da pesquisa.

Conversando sobre tais dificuldades com João Monteiro, o mesmo informou-nos da existência de uma matéria publicada em 1988 no jornal *Diário de Pernambuco* com José Vicente, um dos fundadores da Frente Negra Pernambucana. Além disso, Monteiro nos ofereceu um CD com fotografias das páginas do livro *Xangô*, de autoria de José Vicente Rodrigues Lima.

Diante deste vasto material, surge um problema metodológico: como pesquisar as páginas de um ano de um jornal diário? Para tentar solucioná-lo, surgiu-nos a idéia de pesquisar somente o mês de maio, pois quando analisamos a *Frente Negra de Sorocaba* observamos que no mês referente ao 13 de maio a Frente Negra sempre se pronunciava nos jornais. Se José Vicente era um dos fundadores da Frente Negra Pernambucana provavelmente escrevera sobre assunto referente à população negra no mês de maio.

Foi uma intuição certa, pois encontramos no jornal o *Diário de Pernambuco*, do dia 17 de maio de 1988, a seguinte matéria: *Abolição: 100 anos. José Vicente, da Frente Negra: o importante foi resistir.*

A matéria assinada por Graça Gouveia explora aspectos concernentes à vida de José Vicente e sua participação na fundação da Frente Negra Pernambucana, razão pela qual a adotamos como objeto de análise a ser investigado na presente tese.

Posteriormente, realizamos a leitura do livro *Xangô* e percebemos que os escritos de José Vicente Rodrigues Lima eram o caminho a percorrer, sendo as informações contidas no mencionado livro as primeiras pistas para a escrita desta tese.

Concluída essa etapa, percebemos que ainda era necessário comunicarmos-nos com pessoas que conhecessem a história da Frente Negra Pernambucana, uma vez que elas poderiam dar mais pistas acerca do registro da entidade. Na busca por mais informações, Lúcia dos Prazeres apresentou-nos pessoas que participam do movimento cultural de Recife denominado *Terça Negra*, em que vários grupos da cultura negra se apresentam na Praça São Pedro, na cidade do Recife.

A primeira *Terça Negra* de que participamos foi realizada no dia 09 de janeiro, ocasião na qual foi feita uma homenagem a Solano Trindade, um dos fundadores da Frente Negra Pernambucana.

Nesse dia, foi realizada uma cerimônia de inauguração de uma estátua, em homenagem a Solano, na própria Praça São Pedro. Dentre os vários familiares de Solano Trindade, participou da homenagem sua filha Raquel Trindade, cujo relato sobre o pai segue abaixo:

[...] Meu pai Solano Trindade nasceu aqui no bairro de São José e daqui foi para o mundo, para Europa, viajou todo o Brasil levando a cultura negra, a cultura popular. Ele fez um trabalho como ator, teatrólogo, pintor. Aqui em Pernambuco junto com Barros, o Mulato, junto com Vicente Lima criou a Frente Negra Pernambucana. (Depoimento; 09/01/2007).

Conforme relatado acima, o nome de José Vicente Lima é citado juntamente com o de Solano Trindade e Barros, o Mulato, como fundadores da Frente Negra Pernambucana. Conversamos rapidamente com Tereza Trindade, falando-lhe de nossa pesquisa; a mesma foi muito gentil e disse-nos que morava em São Paulo que, quando desejássemos, fôssemos visitá-la.

Na mesma noite, Lúcia apresentou-nos à Inaldete Pinheiro, um das referências do movimento negro pernambucano, a qual afirmou ter conhecido José Vicente Lima. Inaldete falou-nos ainda sobre o senhor Edvaldo Ramos, pessoa que, segundo ela, poderia nos relatar fatos sobre a militância de José Vicente Lima e sobre a Frente Negra Pernambucana.

Inaldete também nos informou sobre uma pesquisa de mestrado acerca do Movimento Negro Unificado de Recife (MNU), realizada por Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva que faz referência à Frente Negra Pernambucana.

De posse de tais informações, entramos em contato, por telefone, com o senhor Edvaldo e com a senhora Maria Auxiliadora, os quais marcaram um primeiro encontro. Fomos recebidos com expressiva gentileza na casa de Maria Auxiliadora em uma conversa informal. Nesta ocasião, ela nos falou sobre sua pesquisa, salientando que, apesar de seu estudo ter sido realizado sobre o MNU de Recife, também fez uma breve referência à *Frente Negra de Pernambuco*.

No segundo encontro, a pesquisadora deu-nos o livro de sua autoria intitulado *Encontros e desencontros de um movimento negro*, publicado em 1994. Na obra, a autora faz a seguinte referência sobre a Frente Negra Pernambucana:

(...) tomo como fonte referencial, a Frente Negra, criada, com pretensões políticas, influenciada pelos feitos desse movimento no sul do país. Formado por um grupo de cinco pessoas – José Vicente Lima, Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo Albuquerque e Miguel Barros – foi estruturada tendo por base o manifesto da FN Pelotense, trazido pelo Miguel conhecido como Mulato. Considerada por José Vicente Lima – ainda vivo – uma cópia da Frente Negra de São Paulo, trazia no seu bojo o mesmo caráter assimilacionista. Naquele momento, a FNB em Pernambuco tinha como objetivo redimir o negro da condição de semi-escravo, sem acesso aos meios de progresso pela ascensão social e econômica. Por este prisma, a proposta do movimento não ousava atacar frontalmente o poder, porém busca oportunidade de escolaridade – principalmente chegar até a Universidade e ter um lugar no mercado de trabalho qualificado. Todavia, foi esse movimento que de modo suave e cauteloso procurou incutir em cada indivíduo negro de Pernambuco a conscientização de sua origem, o valor da sua cor e da sua condição na sociedade. (Silva, 1994, p. 58).

A pesquisadora conclui que a Frente Negra Pernambucana “[...] não conseguiu mobilizar a comunidade negra local, devido aos objetivos e propostas que não estavam compatíveis com a nossa realidade negra e a conjuntura política em que vivia o Estado”. Sobre o destino da entidade, comenta que “com o Estado Novo a FN Pernambucana desaparece e surge o Centro de Cultura Afro-Brasileiro”. (Silva, 1994, p. 58-59).

Segundo Maria Auxiliadora Gonçalves da Silva, os dados sobre a Frente Negra Pernambucana não foram aprofundados devido ao estado de saúde de José Vicente Lima, o que terminou por impedir a realização de um estudo mais minucioso.

A investigadora destacou, ainda, o fato de José Vicente ter sido um dos pioneiros do movimento negro em Pernambuco e registrou uma fala do militante dizendo que, “embora não tenha sido alardeado pela mídia da época, [a Frente Negra Pernambucana] mostrou que jazia ainda no sentimento de alguns negros, a garra dos quilombos”. (Silva, 1994, p. 63-64).

Nesta etapa da pesquisa, começamos a trabalhar com a possibilidade de reformulação do objetivo principal: analisar a Frente Negra Pernambucana sob a ótica de um dos seus fundadores, José Vicente Rodrigues Lima, ou melhor, investigar e aprofundar a memória do movimento através dos escritos produzidos pelo militante.

A possibilidade de fazer um estudo sobre a Frente Negra Pernambucana sob a ótica de José Vicente se fortaleceu quando tivemos contato com Edvaldo Eustáquio Ramos que, por telefone, marcou conosco uma conversa para o dia 15 de janeiro.

No encontro, o senhor Edvaldo nos facultou depoimento sobre José Vicente, seu amigo íntimo, ressaltando sua importância no âmbito da fundação da Frente Negra Pernambucana que, em 1937, se transformara em Centro de Cultura Afro-Brasileira, instituição até hoje existente, tendo sido Edvaldo o presidente da entidade por um período. Atualmente, a instituição é presidida por Almerinda Rodrigues Lima, filha de José Vicente.

O senhor Edvaldo informou-nos que quem poderia nos ajudar com documentos do movimento era o filho de José Vicente, o desembargador Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, que havia guardado, no arquivo da família, documentos sobre a Frente Negra Pernambucana. Disso, ficou acordado que o senhor Edvaldo marcaria um encontro nosso com o mencionado desembargador.

O primeiro encontro com o senhor Gustavo Rodrigues foi realizado no dia 20 de janeiro na casa onde José Vicente Rodrigues Lima vivera. Após esclarecermos os objetivos de nossa pesquisa e a universidade a qual estávamos vinculados, o senhor Gustavo revelou-nos a intenção de nos ajudar, fornecendo-nos documentos guardados no arquivo da família e no Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

Ainda por ocasião deste encontro, em depoimento gravado, o senhor Gustavo Lima falou-nos da fundação e história da Frente Negra Pernambucana, destacando José Vicente, Solano Trindade e Miguel Barros, o mulato, como fundadores da entidade. Apresentou-nos também um aposento da casa onde José Vicente estudava e produzia conhecimentos. Verificamos também que no local são preservados livros, fotos e outras memórias da família e da Frente Negra Pernambucana.

Nesse encontro, destaca-se um momento marcante: a apresentação de um quadro pintado por Miguel Barros, o mulato, artista plástico, fundador da Frente Negra Pelotense e Pernambucana. Esse momento, de alguma forma, evidenciou que a memória dos movimentos negros do passado está zelosamente sendo preservada em arquivos particulares, travando, ao longo da história, no que se refere ao registro e preservação da memória, uma batalha ideológica com a classe dominante, a qual tem suas memórias veladas nos museus, bibliotecas etc.

Os encaminhamentos desse primeiro encontro resultaram num segundo, o qual foi realizado no dia 29 de janeiro, no escritório do senhor Humberto Gibson, também da família de José Vicente. Nesse encontro, com a presença de Edvaldo Ramos e Humberto Gibson, Gustavo Lima entregou vários documentos e escritos de jornais sobre a Frente Negra Pernambucana, dos quais a maior parte constitui-se de memórias escritas por José Vicente Lima. Além disso, o próprio Gustavo Lima autorizou, através de declaração gravada, que os documentos e depoimentos fossem utilizados para a pesquisa.

De posse de tais instrumentos de pesquisa, quais sejam as memórias escritas e os depoimentos gravados, utilizados como principais fontes de pesquisa para a realização da presente tese, procuramos ter sempre em mente que tais instrumentos se tratam do discurso construído por um militante que se fazia porta-voz do movimento.

Nas memórias de José Vicente não há uma sistematização cronológica, pois, durante toda sua vida, ele escreveu sobre a historiografia da Frente Negra Pernambucana e questões relacionadas à população negra. São dados que estavam submersos no segredo dos bastidores do movimento negro ou mesmo numa documentação ainda não revelada.

Dadas todas as informações apresentadas acerca dos passos iniciais de nossa pesquisa, torna-se importante ressaltar que, por questões metodológicas, utilizaremos apenas parte dos registros, deixando anexados ao final da tese todos os escritos na íntegra.

A análise dos dados possibilita-nos recuperar fatos da prática social de um grupo de negros que se organizou em prol da defesa dos direitos da população negra na cidade de Recife, estado de Pernambuco, na década de 1930. Desta forma, preocupamo-nos com o

conteúdo das fontes, buscando particularidades que possibilitassem a concretização do objetivo de nossa pesquisa.

É importante destacar que, ao trabalharmos com a memória individual de uma pessoa que fez parte do movimento negro, o que nos interessa é a indicação para o entendimento da historiografia do movimento negro Frente Negra Pernambucana, procurando compreender como os seus membros concebiam o negro na sociedade brasileira, quais suas preocupações e sugestões para os problemas sociais que esta população enfrentava.

Salientamos que as fontes consultadas (jornais, documentos, idéias apresentadas em entrevistas) certamente não esgotam a complexidade e a amplitude das questões sobre as quais José Vicente se manifestou, entretanto oferecem subsídios para entender parte da historiografia do movimento negro no estado de Pernambuco e no Brasil.

Para apreender aspectos das memórias de José Vicente Lima sobre o movimento negro pernambucano, seus objetivos, suas particularidades, que ao longo do tempo foram se constituindo, faz-se necessário contextualizar tais fatos com o momento histórico, estabelecendo conexões com o que estava sendo discutido sobre a temática das relações raciais na década de 1930, pois o militante tinha uma relação muito estreita com as teorias defendidas por intelectuais da época, dos quais se destacam Arthur Ramos e Gilberto Freyre.

No trato da memória individual e oral como recurso metodológico para a realização de nossa pesquisa, recorreremos às teorias de Loiva Otero Felix (1998), Teresinha Bernardo (1998), Ecléa Bosi (1995, 2004).

Como é sabido, no espaço acadêmico a valorização da memória individual e oral como fonte de pesquisa é resultado de uma (re)construção histórica, pois, a partir do século XVIII, quando a história ganha o *status* de ciência, os relatos orais e individuais passaram a não mais ser considerados como fontes seguras para o historiador.

Félix (1998, p. 30) aponta que antes mesmo da instituição da razão como instrumento de compreensão do mundo, no século V a.C, a memória já era valorizada como imprescindível à coesão dos laços sociais.

Concernente à desvalorização da memória individual e oral, entendemos que esse pensamento pertence à história tradicional, sustentada no seio do ideário iluminista que, no fim do século XVIII, com ênfase no domínio da razão, difunde a crença cientificista segundo a qual a ciência passa a ser vista como única forma de conhecimento, produzindo como tal verdades únicas, absolutas e objetivas. Disso resulta que os conhecimentos construídos a partir de subjetividades não são vistos como confiáveis para a produção do conhecimento científico.

Sobre a questão memorialista, Felix aponta que hoje pesquisar memórias para construir a história “exige a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados”. Adiante, ela aponta dois desses procedimentos tidos como fundamentais:

Em primeiro lugar, afastar-se da ilusão positivista de que o passado é totalmente cognoscível. Para os positivistas, o passado deve ser explicado pelo historiador e mostrado como algo que realmente aconteceu. Hoje ao contrário, sabemos que muitas vezes a voz do passado é inaudível e que muitos aspectos são inacessíveis e perdidos para o observador. Além disso, sabemos também que o acontecimento pode apresentar novas dimensões que somente são percebidas pelas luzes oferecidas no presente.

Um segundo procedimento de relação com o passado decorre das novas perguntas do presente possibilitadas pela descoberta de outras problemáticas a partir da localização de novos objetos historiográficos relevantes.

Torna-se objeto de investigação histórica desde questionamentos envolvendo classes subalternas até temas, como democracia, estudos referentes a mulheres, velhos, negros, meio ambiente e outros temas não valorizados até há bem pouco tempo. Trata-se de buscar “recuperar uma outra memória, que permita recuperar não só o ocorrido, como ressaltar as esperanças não realizadas do passado e que se inscrevem em um novo presente como um apelo para um futuro diferente” (Felix, 1998, p. 64).

Contudo, ainda persiste uma série de questões concernentes à consideração da memória para a construção de uma interpretação histórica. Uma das maneiras de tentar entender essa problemática é retomar o desenvolvimento do estudo da história, verificando de que maneira a utilização de fontes tidas como registros memorialistas foi considerada nesse percurso, mais especificamente como foram consideradas as fontes orais, bem como os conhecimentos construídos fora do espaço acadêmico.

No século XX, a análise das memórias individuais e coletivas se constituiu em referência vital para o desenvolvimento de pesquisa no campo das denominadas ciências humanas.

Por conseguinte, a memória oral é um instrumento que ao longo de toda a história humana constitui-se como testemunha vital entre gerações, mediando o tempo presente e o tempo passado. Ela pode ser considerada um intermediário informal das gerações, visto que existem mediações formais constituídas pelas instituições (escola, igreja, partido político, etc.), que possibilitam a transmissão de valores, conteúdos e/ou os constituintes culturais (Bosi, 2004).

As obras de Ecléa Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos* e *O tempo vivo da memória* revelam as possibilidades de se trabalhar em pesquisa recorrendo-se à memória

como um recurso metodológico de grande valia. Nos seus estudos, a referida autora incorpora o ato de lembrar como fundamental para o desenvolvimento de trabalhos científicos em que o estudioso da memória busca, geralmente, por meio de entrevistas junto a idosos, o rico testemunho de outras épocas.

A utilização de relatos orais como fonte de pesquisa oferece possíveis formas de compreensão das especificidades culturais, considerando que as histórias contadas através da memória, oficializadas ou não, constituem repertório que, quando observado, possibilita compreender como determinadas questões são pensadas, representadas, enfim, concebidas, dentro e fora das instituições.

Entendemos que ao trabalhar os escritos deixados por José Vicente e os depoimentos das pessoas que com ele conviveram estamos nos contrapondo à objetividade para a qual tendem certas concepções metodológicas de pesquisa, que desenvolvem o conhecimento por meio de uma visão unilateral, linear.

Nesse contexto é importante ressaltar que Bosi (2004) aborda a questão da memória como um precioso instrumento de narração do cotidiano, mas destaca que esta prática investigativa não deve cair em uma “ideologização” da história, como se a memória fosse uma expressão absolutizante do processo histórico.

Segundo a autora, a análise do cotidiano não deve estar dissociada da visão da história totalizante da sociedade. “Logo no início, o pesquisador deve enfrentar o fato de que uma história de vida ou mil histórias de vida jamais substituirão um conceito ou uma teoria da história”. (Bosi, 2004, p.49). Isso implica dizer que depoimentos obtidos, por mais ricos que sejam não devem tomar o lugar de uma teoria totalizante que explique as estruturas e transformações econômicas ou que elucide um processo social, uma revolução política.

Por sua vez, Teresinha Bernardo (1998) indica que os sentimentos experimentados e guardados zelosamente na memória, no ato de lembrar, vem à tona, assim as subjetividades emergem, trazendo significados essencialmente interpretativos em contraposição aos fatos objetivos.

A pesquisadora também destaca o papel da memória como importante recurso metodológico, considerando que o trabalho com tal recurso possibilita um encontro com a história; por intermédio do acesso à história oral é possível superar a visão que diferencia história aprendida e história vivida.

Nesse sentido, é importante considerar que, ao longo da história, trava-se uma batalha ideológica entre a “classe dominante” e a “classe dominada”, no que se refere ao registro e preservação da memória.

Em se tratando das mediações entre história e memória, é importante destacar o pensamento de Teresinha Bernardo ao referir-se às teorias de Michel Pollak:

As memórias subterrâneas prosseguem o seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível, aflorando momentos de crise, em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak apud Bernardo, 1989, p.4) /.../ Essas lembranças que fazem parte da memória subterrânea às vezes transparecem como proibidas, indizíveis, vergonhosas e por meio de silêncio são zelosamente guardadas em estruturas de comunicações informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (Bernardo, 1989, p. 8).

E acrescenta:

A análise da memória a partir da contribuição teórica de Pollak permite que os significados dos silêncios, dos não ditos, dos conflitos, dos sentimentos de vergonha, dos constrangimentos sejam interpretados, desnudando relações sociais e por que não dizer do poder, nas quais as discriminações estão embutidas, iluminando inclusive a identidade do discriminado. (Bernardo, 1998, p.34).

Com base nestas observações podemos verificar que o recurso da memória possibilita desvendar as situações de conflitos, as discriminações, os jogos de poder entre os grupos sociais e os processos de construção de identidade, uma vez que os processos de memória e identidade se relacionam.

Nessa perspectiva, a memória não deve ser interpretada como um “fato puro”, uma vez que é carregada de representações ideológicas, constituindo-se como ponto de articulação entre a história e o cotidiano. A memória é marcada, portanto, por pontos de vista diversos e, até mesmo, contraditórios.

Levando em conta, pois, a importância dada à memória no âmbito de nossa pesquisa, avaliamos que as fontes a que tivemos acesso, como recurso metodológico, permitem-nos a identificação de conflitos que a população negra vive na sociedade brasileira.

Nessa perspectiva, entendemos que a memória, como capacidade humana de reter experiências do passado, pode ser tanto individual como coletiva e, além disso, expressar potencialmente aspectos do grupo social onde se formou.

A memória coletiva é aquela que revela aspectos que se manifestam naquilo que chamamos lugares da memória, como, por exemplo, monumentos, obras literárias e artísticas, hinos oficiais. Trata-se de instituições ou fatos formados com base em traços julgados relevantes e que são, em geral, preservados, como memória oficial de uma sociedade.

Teresinha Bernardo também faz menção à relação da memória individual com a do grupo social. Segundo a autora, a memória não se prende à realidade psíquica, mas se volta para o interior dos grupos sociais, onde se constroem representações e idéias, dessa forma é

desenvolvida a associação da memória individual ao grupo social. Segundo a estudiosa, “não se compreende bem o pensamento individual sem recolocar no pensamento do grupo correspondente” (Bernardo, 1998, p. 30).

Feitas tais considerações sobre a importância da memória e de seu tratamento com relação à coletividade, refletimos, no contexto de nossa pesquisa, sobre as memórias de uma pessoa que viveu um movimento negro na década de 30, do século passado, em Pernambuco, qual seja, José Vicente de Lima.

No nosso entendimento, as informações contidas nos relatos escritos e orais sobre a Frente Negra Pernambucana, às quais tivemos acesso na pesquisa de campo, fazem parte da memória que se faz guardiã das práticas vividas por pessoas que pertenceram e ainda pertencem à história do movimento.

Dáí que, quando esta memória é relatada no intuito de preservar a história de um grupo, como é o caso de José Vicente Lima, tal atividade se constitui em um exercício de conservação e ressignificação dos fatos que marcaram a vida do indivíduo e de sua coletividade.

Ressaltamos que, ao trabalhar com memórias de José Vicente, tivemos a preocupação de não narrar meramente os acontecimentos vividos por ele, o que nos obrigou a refletir a conjuntura político-social e a temática das relações raciais nas quais a população negra do estado de Pernambuco estava inserida na década de 1930, época sobre a qual nos centramos para a realização da presente pesquisa.

O estudo sobre a Frente Negra Brasileira em Pernambuco é um tema de ampla originalidade cujo enfoque produzido traduz-se numa contribuição substancial para a história dos movimentos negros, destacando-se temáticas importantes tais como educação e religião de origens africanas.

De posse dos documentos e depoimentos, aprofundamento teórico e, principalmente, depois das sugestões e orientações da banca de professores/as da primeira qualificação, definimos o objeto de estudo de nossa tese: o estudo da Frente Negra Pernambucana sob a ótica de um dos seus fundadores, José Vicente Rodrigues Lima, analisando a proposta de educação defendida por ele para a população negra.

A documentação referente aos relatos de José Vicente Lima nos foi importante para conhecer personagens do movimento negro que não são consagrados pela historiografia da *Frente Negra Brasileira* no Brasil ou mesmo pelos movimentos negros atuais. Além disso, o acesso a essa documentação revelou-nos a complexidade das questões referente às relações raciais da época e às propostas anti-racistas defendidas pelo movimento.

José Vicente Rodrigues Lima nasceu no Recife, aos 22 dias do mês de janeiro de 1911. Contador e Economista, o militante notabilizou-se, a partir dos anos trinta, como precursor do movimento negro no Recife. Juntamente com Gerson Monteiro de Lima, Solano Trindade e Miguel Barros, fundou, em 1936, a Frente Negra Pernambucana. Na década de 50, foi assessor político do então deputado Josué de Castro.

Durante o Governo Goulart, foi Presidente da Comissão de Abastecimento e Preços - COAP, em Pernambuco. No período de 1963 a 1971, exerceu o cargo de Diretor Regional do SENAC.

Como economista e estudioso da presença negra no Brasil, publicou, dentre outros trabalhos, os livros *Xangô* (1937); *Desajustamento Económico e Classe Marginal* (1946); *Os Poemas Negros*, de Solano Trindade (Influência do Negro na Poesia Brasileira). Em 1941, o antropologista Artur Ramos propôs a filiação do autor à Sociedade Brasileira de Etnologia.

É de autoria de José Vicente também a obra intitulada *Problemas Pernambucanos* datada de 1939. Vicente, no *Seminário de Desenvolvimento Económico do Nordeste* e no *V Congresso Nacional dos Municípios*, apresentou os seguintes trabalhos: *Industrialização da Mandioca e dos seus Derivados*; *Estudos do Aproveitamento Económico do Vale de Glória do Goitá* e *Fundamentos da Política do Abastecimento*.

Participou também do *1º e 3º Congresso Afro-Brasileiro*, apresentando neste último os trabalhos intitulados: *Atividades Culturais do Negro no Brasil* e *Estudos sobre o Panteísmo*.

No âmbito administrativo universitário, José Vicente participou da organização e implantação da Contabilidade da Universidade Federal Rural de Pernambuco, trabalhando no cargo de chefia, de 1957 a 1960, passando a Diretor de Divisão de Contabilidade e Orçamento de 1960 a 1969. Além disso, também foi membro da Comissão de Planejamento Universitário da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

José Vicente Lima trabalhou nas seguintes atividades: Diretor do Departamento Económico da Federação do Comércio Varejista do Estado de Pernambuco (1943 a 1958), Diretor da Divisão Contábil e Patrimonial do SENAC (1958 a 1963) e Diretor Regional do SENAC (1963 a 1968). Também no período de 1960 a 1968 foi Assessor da Presidência da Federação do Comércio Varejista do Estado de Pernambuco. Organizou e instalou o Conselho Regional de Contabilidade, seção Pernambuco e fundou a Federação Nacional de Economistas, sendo o seu 2º Vice-Presidente.

No setor sindical, foi presidente do Sindicato dos Economistas Profissionais de Pernambuco (Hoje sócio Benemérito). Organizou e instalou os seguintes sindicatos: “Sindicato dos trabalhadores em energia-termo-elétrica do Recife”, “Sindicato dos

trabalhadores na indústria do Vidro, Cristaise Espelhos do Recife”. Por fim, organizou e instalou o Centro de Aperfeiçoamento e Qualificação Profissional para o Comércio do (SENAC) em 1968.

Feitas todas as considerações acerca da vida pública de José Vicente Rodrigues Lima, bem como sobre a conjuntura político-social em que surgiu a Frente Negra Pernambucana, sobretudo em relação ao conceito de memória adotado nesta pesquisa, passamos a apresentar a organização da presente tese. O texto aqui apresentado divide-se em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, discorreremos sobre o aparelhamento ideológico da ditadura do governo de Getúlio Vargas, denominada de Estado Novo. Pernambuco, neste período, é governado por dois políticos fortes: Carlos Lima Cavalcanti e Agamenon Magalhães, os quais, apesar das dissidências políticas, comungavam da ideologia vigente na época referente à população negra.

O primeiro deles, o governador Carlos de Lima Cavalcanti, no dia 10 de novembro de 1937, é destituído do cargo de governador do Estado, ficando em seu lugar Agamenon Magalhães, o qual recebera apoio de Getúlio Vargas. Será sobre o governo desse último que centraremos nossa atenção, tendo em vista ter sido em seu mandato a transformação da Frente Negra Pernambucana em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Tal acontecimento nos leva a aventar como hipótese a idéia de que tal transformação se deu, entre outros motivos, por conta da repressão exercida pelo governo sobre a população negra e os movimentos sociais da época. Esse contexto influencia a identidade da entidade.

Ressaltamos que, apesar de não aprofundarmos o processo de construção da identidade do movimento, compreendemos que esta não é algo constituída de forma engessada pela história. Sobre a constituição da identidade da Frente Negra Pernambucana, acompanhamos a abordagem de Stuart Hall, que concebe a identidade de um grupo social em sentido dinâmico, pois se reconstrói e se reconfigura ao longo do processo histórico. Não se pode entendê-la como algo dado, definido plenamente, desde início da história de um grupo social. (Silva; Louro, 2006).

Ao assumir a intervenção, Agamenon Magalhães procura nomear para os cargos administrativos pessoas de sua confiança que estivessem comprometidas com a política do Estado Novo, isto é, pessoas que apoiassem irrestritamente o nome e a política de Getúlio Vargas. Nesse contexto, o catolicismo vai estar fortemente representado no governo, através dos bispos, padres e pessoas oriundos da Igreja Católica e, por que não dizer, através da formação católica de Agamemon Magalhães.

Segundo a pesquisadora Maria da Graças Almeida (2001), Agamenon Magalhães coloca como uma das suas principais metas de modernização a cidade de Recife, considerando como atraso aspectos que davam à cidade uma aparência provinciana.

O projeto de Agamenon Magalhães para a modernização da cidade de Recife se fundamenta no discurso de bem-estar social, tendo duas metas principais: 1ª) a extinção dos mocambos, propondo a destruição de casas de palha e barro em detrimento da construção de casas de alvenaria; e 2ª) a repressão da religião de matriz africana.

As duas campanhas são uma verdadeira cruzada contra tudo o que era considerado desagregação social. Nesse contexto, a população negra sofreu as consequências das medidas de repressão adotadas pelo Estado Novo, porque tais metas atingiam religiões de matriz africana e a maior parte da população negra que, por questões históricas, moravam em mocambos.

Zuleica Campos nos seus estudos sobre o assunto comenta:

As práticas de repressão adotadas pelo Estado Novo são construídas e justificadas a partir de um padrão ideal de homem brasileiro, perfeito de corpo e mente, os brancos europeus. Portanto, o projeto de eliminar da sociedade a cultura dos grupos negros, exteriorizada através das manifestações religiosas, atendia ao projeto de construir uma identidade para o Brasil a partir dos ideais de modernidade e de progresso. (Campos, 2001, p.199).

Já no segundo capítulo desta tese, descreveremos o processo de constituição da Frente Negra Pernambucana e a sua transformação em Centro de Cultura Afro- Brasileiro, focalizando para isso o momento histórico da década de 1930. Para tanto, propomo-nos a analisar, a partir dos escritos de José Vicente Rodrigues Lima, o pensamento dos militantes e membros fundadores da entidade (dentre eles Solano Trindade e Miguel Barros), bem como as razões que os levaram a fundar o movimento Frente Negra Pernambucana, destinado a unificar a população negra.

As fontes consultadas para a análise que empreenderemos na presente tese são os escritos de José Vicente e os depoimentos de pessoas que com ele se relacionaram, as quais são conhecedoras da história do movimento, inclusive fazendo parte, atualmente, da entidade Centro de Cultura Afro-Brasileira.

No terceiro capítulo, aprofundaremos nossos estudos em uma das questões abordadas na obra de José Vicente Lima intitulada *Xangô*, qual seja a relação de diferentes setores da sociedade, tal como o Estado com religiões de origem africana na década de 1930.

A pesquisadora Maria Concepta Padovan (2007), em seus estudos, revela a intensa e violenta perseguição sofrida pelos “xangôs”, denominação dada, em Pernambuco, aos terreiros de candomblé. Nos anos de 1920, a prática de religião de origem africana já era considerada caso de polícia, passando, na década de 1930, a caso de loucura.

Destacamos que, nesta pesquisa, a classe dominante está representada por órgãos institucionalizados: “Serviço de Higiene Mental e da Assistência a Psicopatas”, “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes”.

Segundo trabalho apresentado por Padovan, o Serviço de Higiene Mental em Pernambuco é o “primeiro do gênero criado no Brasil, deveria ser o responsável pelo esclarecimento e educação sobre as doenças mentais, no que se referiam a suas causas, curas e prevenções”. (Padovan, 2007, p. 2-3).

Com o advento do Estado Novo, constata a pesquisadora, a ascensão de uma elite muito católica ao poder acentuou a repressão por parte do governo às religiões de matriz africana, “uma vez que não foram mais permitidas licenças de funcionamento de espécie alguma”. Todos os cultos considerados “baixo espiritismo” estavam proibidos. (Padovan, 2007, p.3).

Para Agamenon Magalhães, governador de Pernambuco na época, as motivações da interferência do Serviço de Higiene Mental estavam a serviço do combate de um “mal” que estava associado ao crime, à selvageria, à luxúria, e ao charlatanismo e, por isso, precisava ser exterminado para a “manutenção da ordem”. Como consequência direta de tal pensamento, foram criadas, na cidade de Recife em Pernambuco, a “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes”.

A respeito de tal posicionamento por parte do Estado, Maria das Graças Almeida (2001) argumenta que as atitudes de repressão do Estado às manifestações dos afrodescendentes são entendidas se analisarmos que, no objetivo de legitimar-se, o Estado Novo recriou o ideal de homem brasileiro: um homem perfeito de corpo e mentes sãos.

Disso resulta que qualquer referência às origens do homem brasileiro era sempre apontada para o estereótipo do branco. Deste modo, aniquilar a memória coletiva dos grupos negros manifestada nos cultos religiosos significava instituir uma nova memória.

Tomando como importantes os acontecimentos de tal conjuntura para a compreensão mais ampla do objeto de estudo da presente tese, nossa proposta é desvelar as implicações históricas dos terreiros envolvidos nos relatos de José Vicente Lima, trazendo para o debate aqui empreendido dados referentes não somente à repressão às religiões de origem africana,

mas também às estratégias que os atores sociais freqüentadores dos terreiros tiveram de desenvolver para sobreviver às violentas perseguições.

Dessa forma, analisaremos as relações dos *xangôs* de Recife da década de 1930, atendo-nos em duas obras publicadas na época: *Xangô* de José Vicente Lima (1937) e *Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife* de Gonçalves Fernandes (1937).

Pretendemos colocar em questão a ação dos intelectuais acadêmicos e a estreita relação da medicina psiquiátrica com o poder público, na atuação contra os *xangôs* da cidade de Recife, uma vez que tanto acadêmicos quanto instâncias governamentais acionaram mecanismos de controle e disciplina para religiões de origem africana.

A partir desse contexto, buscaremos analisar, sobretudo, as ações individuais e coletivas de resistência que os praticantes do *xangô* tiveram de desenvolver diante das ações institucionalizadas dos órgãos de repressão e controle de religiões de matriz africana.

Com isso, procuraremos desvelar as implicações históricas das práticas de vigilância e repressão exercidas pelos meios oficiais sobre os membros das religiões afro-brasileiras. Trata-se, principalmente, de evidenciar o caráter racista dos órgãos institucionais de repressão social, demonstrando, assim, que tais ações faziam parte de uma política de Estado que concebia a população negra como “inferior”, mesmo quando se posicionavam contra a repressão policial nos terreiros, como é o caso de Ulisses Pernambucano, diretor do Serviço de Higiene Mental.

Para interpretar tais relações, buscaremos nas categorias de análise (de grupos específicos e diferenciados) um suporte metodológico para analisar os grupos religiosos de origem afro que foram alvos de repressão institucionalizada. A metodologia adotada para a realização desta tese — metodologia interpretativa — foi estudada por Clóvis Moura (1988), ao abordar o tema da resistência como gerador da organização da população negra frente aos sistemas de barreiras sociais, no período escravista e pós-abolição.

Com relação ao quarto capítulo desta tese, faremos um estudo sobre a temática da educação e da população negra sob a ótica de José Vicente Lima. Nesse contexto, vale ressaltar que estudos da história do negro no Brasil na década de 1930 têm se preocupado em compreender o desejo do negro de afirmar-se socialmente através da educação. Dentre os estudiosos que se dedicaram a esta temática, destacam-se Clóvis Moura (1988), Regina Pahin Pinto (1993), Elisa Larkin Nascimento (2003) e Marcelino Felix (2001). Esses autores

sinalizam que a educação (instrução, escolaridade) foi valorizada pelas lideranças negras das associações negras nas décadas de 20 e 30 do século XX.

Tais estudos expressam que os movimentos negros da época apontavam a deficiência e, até mesmo, a ausência da educação como a principal causa da situação de desigualdade social em que o negro se encontrava. Segundo Moura, o aprimoramento educacional fazia parte das estratégias para que o negro brasileiro pudesse ascender socialmente, inculcando-lhe a idéia de que poderia chegar ao mesmo nível dos brancos. Tais fatos fundamentam-se de forma substancial nos aportes teóricos sobre a educação para a população negra na década de 1930.

Finalmente, no quinto e último capítulo, apresentaremos as considerações finais sobre o nosso trabalho, que, ao longo dos estudos foram se constituindo, na busca de uma melhor compreensão dos escritos elaborados pelo militante da Frente Negra Pernambucana José Vicente Lima.

CAPÍTULO I

A IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS ESTADONOVISTAS NA DÉCADA DE 1930 EM PERNAMBUCO E SUA RELAÇÃO COM A POPULAÇÃO NEGRA

Neste capítulo, temos como objetivo principal discorrer acerca das transformações históricas e políticas ocorridas em Recife, no estado de Pernambuco, nos anos 30 do século XX, com o intuito de melhor caracterizar e compreender a situação social da população negra daquele período, a fim de apreender os fatores contextualizadores das fontes documentais de nossa pesquisa, mais especificamente aqueles relacionados às memórias de José Vicente Lima.

Para tanto, nossa análise centrar-se-á na implementação das políticas do projeto estadonovista em Recife na década de 30 do século XX, principalmente em 1937, ano em que a entidade Frente Negra Pernambucana foi fundada e transformada em Centro de Cultura Afro-Brasileira.

Este período, denominado de Estado Novo, inicia-se em 1937, caracterizando-se pela proposta de organização social, bem como pela fundamentação na moralidade e na religiosidade. Neste contexto, Agamenon Magalhães, governador do estado de Pernambuco, com o apoio das justificativas científicas, desenvolveu, principalmente no campo da psiquiatria, ações que vão afetar em profundidade a população negra.

Nossa questão principal é perceber qual a situação vivida pela população negra no Recife desse período. Os estudos vão nos auxiliar na compreensão dos motivos que determinaram a fundação da Frente Negra Pernambucana. Para tanto, focaremos a administração do governo de Agamenon Magalhães que neste período governa o Estado de Pernambuco, apoiando e tendo apoio do Governo de Getúlio Vargas.

É importante considerar que a década de 1930 representou na historiografia brasileira um período histórico de confronto entre forças políticas de esquerda e de direita, além de ter sido um momento de fortalecimento de um Estado autoritário, que não admitia sob hipótese alguma a diversidade de pensamento, propondo assim a homogeneização do todo social em torno da defesa de uma identidade nacional.

Nesse sentido, na proposta de uma identidade nacional estava embutida a eliminação de tudo o que identificava a nação ao “atraso”, ideologia construída por meio de idéias preconceituosas que permeavam o mundo desde o século XIX. Para se contrapor à idéia de “nação atrasada” defendeu-se então a busca por uma imagem de nação positiva, relacionada

ao branco católico.

A pesquisadora Zuleica Campos, citando Edgar Carone (1997), comenta que foram cordiais e estreitas as relações entre o Estado Novo e as classes dirigentes. As críticas “continuaram a existir contra o governo, porém, a maior parte da oligarquia e da burguesia urbana manteve contatos contínuos com Getúlio e seus representantes numa recíproca troca de favores”. (Campos, 2001, p. 186).

O estado de Pernambuco neste período é governado sob a ideologia da identidade nacional, através das políticas do Estado Novo. Getúlio Vargas, por meio de interferência política nos estados, concretizou projetos que vinham sendo debatidos desde 1930, dentre eles o projeto da identidade nacional do Brasil.

Segundo Padovan, o Estado Novo:

(...) foi construído, desde seu início para ser visualizado como o único desfecho possível da Revolução iniciada em 1930. Essa concepção foi baseada, principalmente, em novos conceitos criados em torno da Nação e do trabalhador como símbolos do nacionalismo.

Amparava-se num imaginário onde aspectos católicos se misturavam ao “corporal”, constituindo símbolos que eram veiculados pela propaganda, e eram amplamente utilizados para se atingir a emoção e provocar um entendimento passivo e sem reflexões. (Padovan, 2007, p.23).

Até 1937, o estado de Pernambuco é governado por Carlos Lima Cavalcanti, seu governo foi marcado pela disputa política com Agamenon Magalhães, com o qual se desentendeu, chegando ao rompimento em 1937¹.

Agamenon Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, apesar de pertencerem à mesma sigla partidária (PSDP - Partido Social Democrático de Pernambuco), tinham intensas divergências políticas. As cisões não eram por questões ideológicas no que se refere à política de construção de uma identidade nacional para o Brasil, mas porque os dois disputavam os mesmos espaços, o poder político estadual e o nacional.

Durante o governo de Carlos Cavalcanti, Agamenon Magalhães, que em 1934 foi convidado para assumir o Ministério do Trabalho, acumulou duas funções: o Ministério da Justiça, em 1937, fortalecendo-se como mediador entre o estado pernambucano e o poder central de Vargas.

O fortalecimento político de Agamenon Magalhães causou insatisfação ao governador Carlos Cavalcanti, o que pôde ser constatado através de uma carta enviada por ele ao seu correligionário de partido, Severino Mariz:

Ao assumir a pasta aumentou a importância do Sr. Agamenon. (...) Dilatou-se o sonho que sempre teve de dominar não só Pernambuco como o Brasil, pretensões que não esconde nem disfarça. E para realizá-las emprega todas as manobras e todos os processos de politicagem (Pandolfi, 1984).

O governo de Carlos de Cavalcanti tinha o apoio de vários setores sociais que lhe davam força e legitimação política. Além disso, possuía uma maioria significativa nas assembleias federal e estadual. Todavia, o fato de não apoiar Getúlio Vargas o enfraqueceu na disputa com Agamenon Magalhães, grande aliado de Vargas, levando seu oponente a fortalecer seu domínio em Pernambuco.

De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (1984), o fato de Agamenon ter ocupado dois importantes ministérios lhe colocou na posição de grande prestígio tornando-se umas das principais lideranças civis durante todo o período que antecedeu o golpe de estado de 10 de novembro.

Como consequência disso, ele foi designado para ser um dos coordenadores da campanha de sucessão presidencial, fato este que contribuiu significativamente para aproximá-lo de Getúlio Vargas, tornando-o cada vez mais uma figura de destaque no cenário político nacional.

Sob a denúncia de estar envolvido no levante comunista de 1935, Carlos Cavalcanti é retirado do poder em maio de 1937. A acusação tem como principal articulador Agamenon Magalhães que assumiu o poder em Pernambuco em novembro do mesmo ano, contando para isso com todo o apoio de Getúlio Vargas.²

Ao assumir o governo, Agamenon Magalhães escolheu para os cargos administrativos pessoas de sua confiança que estavam comprometidas com o governo de Vargas.³ Disso resultou que elegeu muitas pessoas ligadas à Igreja Católica.

A principal meta de Agamenon Magalhães como governador de Pernambuco era a modernização de Recife, acabando com tudo aquilo que dava à cidade um aspecto provinciano. O projeto propunha o saneamento e a higienização, alargando ruas e extinguindo becos para o embelezamento da cidade.

¹ Informação retirada de FILHO, Andrade. China Gordo. (1976).

² Ibidem

³ CAMPOS, 2001.

Contudo, na ideologia do projeto encontravam-se aspectos que iam além do físico, pois se pretendia construir uma nova mentalidade de vida social envolvendo hábitos de vida que se ajustassem à proposta de uma cidade moderna e desenvolvida. (Almeida, 2001).

Para implementar suas ideologias de governo, Agamenon Magalhães contou com o apoio incondicional da mídia escrita, principalmente do jornal “Folha da Manhã”. A Folha era um jornal muito popular com edições matutina e vespertina; por meio dele, Agamenon Magalhães atraía a atenção da população e disseminava ideologia estadonovista em Pernambuco. (Souza, 2006).

No projeto de modernização da cidade de Recife, dois aspectos se destacavam: a perseguição aos terreiros e seguidores de religiões de matrizes africanas e a campanha contra o mocambo. As duas campanhas buscavam apoio da sociedade com medidas determinadas pelo Estado, através de um discurso de promoção do bem comum, construído em torno cura de duas moléstias que afetavam a sociedade.

Verificando as edições dos jornais da época, principalmente o jornal *Folha da Manhã*, é possível perceber que as campanhas governamentais obedeciam a um discurso único: promover o bem-estar social através de ações contra a desagregação social. Além disso, as reportagens, repetidamente, fazem menção aos catimbozeiros como um perigo social.

O projeto de modernização que embutia a ideologia do Estado Novo passa a ser posto em prática com vários e violentos mecanismos de controle da opinião pública, dentre eles o DOPS e a censura aos órgãos de comunicação.

Nos relatos de José Vicente, o controle do Estado Novo exercido sobre ele e sobre as questões da população negra ficam bastante evidentes:

(...) Não éramos muitos, mas suficiente para sentarmos numa mesa da Leitaria Vitória, na Rua do Imperador Pedro II e após “uma papa e um café pequeno”, falávamos sobre o problema. Recebemos estímulos, e até coluninha num canto dos jornais do que nos aproveitamos bastante, embora submetidos à implacável censura de Jaime de Santiago e Edson Moury Fernandes, este último Delegado da Ordem Política e Social. Fui chamado por Edson, na Secretaria de Segurança, para ser aconselhado, como um ex-colega do velho Casarão do Ginásio Pernambucano, a “acabar com Afro- Brasileirismo aqui”, entre nós não existe preconceito, me dizia ele, quando pretendi fazer uma festa e publicar um artigo mais amplo no dia 13 de Maio. (Lima, 1979, p.3).

Na citação acima duas ações são reveladas: a repressão e censura do Estado, representado por Jaime Santiago e Edson Moury Fernandes, que era o dirigente titular do

DOPS na época⁴, além da defesa desta mesma instituição de que no Brasil não existe preconceito.

A pesquisadora Karin Sant'Anna Kössling (2005), em seus estudos, revela a ação vigilante do DOPS aos movimentos na década de 30. Segundo ela,

A repressão contra os movimentos negros da década de 30 revela-se sob a perspectiva da repressão ao comunismo, visto que as reivindicações afro-descendentes foram entendidas como “ação de comunistas”. O movimento negro, na década de 30, foi vigiado e cerceado mais por questões políticas do que raciais, ligado ao contexto específico da época, em que toda e qualquer movimentação social era controlada. Preocupava o Estado, o fato de que as associações afro-descendentes poderiam mobilizar parte da população que se identificasse com os problemas raciais. Ressaltamos que, ao mesmo tempo em que o afro-descendente se mobilizava em prol da sua inserção social, por vezes instigado pelos grupos políticos de esquerda, ele subvertia duplamente a ordem: racial e política. A ameaça, num primeiro momento não estava no afro-descendente enquanto grupo étnico e sim nos “cooptados” pelo Partido Comunista, segundo registros do DEOPS. Aliado, é claro, a um forte preconceito de cor; que aparece algumas vezes de forma velada, e outras vezes de forma explícita. (Kössling, 2005, p.6).

Kössling chega a esta conclusão depois de ter pesquisado documentos dos arquivos do DEOPS de São Paulo, os quais revelaram que para atingir seus objetivos de controle da sociedade o Estado utilizava-se a vigilância sistemática dos órgãos institucionais, dentre eles, a polícia e os meios de comunicação. (Kössling, 2005 p. 6,7).

Assim sendo, os órgãos institucionais e os meios de comunicação foram importantes para a sustentação e difusão das ideologias do Estado Novo. Através deles, procurava-se legitimar e fortalecer as ações que o Estado procurava desenvolver. As ações estavam voltadas para a concordância entre as classes sociais em função do desenvolvimento da Nação, governada por um governo forte capaz de levar o país à harmonia, ao progresso e à moralidade.

Em Pernambuco, o governo de Agamenon Magalhães, de caráter extremamente centralizador, aliou-se à Igreja Católica de direita, com quem Agamenon estabeleceu uma estreita relação, pois na mocidade fora seminarista. Citando Robert Levine, a pesquisadora Bartyra Queiroz de Souza (2006) comenta:

(...) nenhum lugar do Brasil houve um governo tão relacionado com a ala neo-ortodoxa da Igreja Católica. A ligação da Igreja/Estado no governo de Agamenon Magalhães ocorreu de maneira estreita e é um importante fator de explicação para muitas das atitudes tomadas por esse governo com

⁴ FILHO, 1976.

relação a alguns grupos como catimbozeiros. Pois o governo e seus aliados católicos pretendiam manipular e controlar as massas também dos valores cristãos e católicos da sociedade.

Desse modo, centralizando o poder, substituindo os profissionais da antiga administração por outros ligados a sua pessoa e comprometidos com os novos rumos políticos, Agamenon Magalhães em pouco tempo enfraquece a antiga elite política pernambucana ao mesmo tempo que fortalece a sua administração. (Souza, 2006, p. 20).

Assim, o governo de Agamenon, aliado principalmente às forças políticas da Igreja Católica, impôs a toda sociedade a imagem de um governo de renovação, através da implementação de grandes projetos. A esse respeito comenta Padovan:

(...) a Igreja Católica representou um dos mais fortes aliados do novo governo, não só através do apoio e aceitação do golpe, mas também procurando se integrar ao trabalho social populista; através da busca de uma uniformização da fé e de campanhas contrárias às demais igrejas, consideradas pagãs.

Por esta razão, uma das primeiras medidas de Agamenon foi a de escolher seu grupo de secretariado entre os membros do movimento católico representante da Igreja no Recife, a Congregação Mariana da Mocidade Acadêmica. Entre os nomes escolhidos estavam os de Manoel Lubambo (Secretaria da Fazenda), Etelvino Lins (Chefe da Polícia, futura Secretaria de Segurança Pública), Apolônio Sales (Secretaria de Agricultura), Arnóbio Tenório Wanderley (Secretaria de Governo) e o Jornalista Nilo Pereira (Departamento de Educação, futura Secretaria de Educação), entre outros. (Padovan, 2007, p.24-25).

A pesquisadora Bartyra Queiroz de Souza, citando matéria sem assinatura do jornal *Folha da Manhã*, de 19 de outubro de 1940, ressalta que a idéia de um estado renovado e empreendedor, articulado com um projeto de nível nacional, pode ser percebido.

(...) Dentro daquele panorama geral de reconstrução focalizando-se os aspectos locais daqueles problemas, é justa salientar a finalidade e o entusiasmo do interventor Agamenon Magalhães aos postulados do novo regime, executando uma política financeira da mais rigorosa compreensão de despesas, assinalada pela substituição dos “déficits” orçamentários por aviltados saldos no tesouro nacional... Criando um ambiente propício à estabilização e fortalecimento das classes médias: realizando uma política de assistência e previdência social, na qual avulta vitoriosa e benemérita campanha pela extinção social dos mocambos, política de proteção aos humildes, que é o mais belo padrão do seu governo. (Souza, 2006, p.20).

A ideologia de um Estado forte de reconstrução nacional propagada no governo de Agamenon Magalhães tem como referência o governo do presidente Getúlio Vargas. A esse respeito, Campos argumenta que no projeto de reconstrução nacional está embutido o controle

da sociedade, uma vez que tanto no governo de Agamamon como no de Getúlio Vargas havia a preocupação de evitar qualquer iniciativa individual ou coletiva de contestação do regime. Isso implica dizer que a ideologia comunista vai ser combatida como uma grande ameaça nacional. Nos seus estudos sobre o assunto, a pesquisadora destaca:

O golpe de 1937 foi justificado como a salvação do Brasil do perigo comunista. Trabalhava-se a representação de que o processo empreendido em 1930 livrara o país das oligarquias decadentes e retrógradas, enquanto o Estado Novo vencera definitivamente, o Comunismo. As mensagens da propaganda alardeavam que a “sociedade feliz” se caracterizara e que a “felicidade brasileira oficial” deveria ser comemorada em todas as datas cívicas.” (Campos, 2001, p.185).

À semelhança do que propunha Getúlio Vargas, o governador pernambucano divulgava a idéia segundo a qual suas ações levariam a sociedade à felicidade social, isentando-a de quaisquer preocupações, uma vez que o governo teria tudo sob controle. Para garantir tal controle, Agamenon utilizava-se também dos órgãos de Segurança Pública. Acerca dessa questão, Padovan compara a política do governo do estado de Pernambuco com a do presidente Getúlio Vargas, nos seguintes termos:

(...) No mesmo estilo que o então Presidente Getúlio Vargas adotara em seu governo (procurando passar uma imagem de que, mais que um governante, era um verdadeiro pai para a nação). Agamenon começava a introduzir Pernambuco no projeto maior do Estado Novo, onde em nome da segurança e ordem nacionais, o moderno deveria equilibrar-se com uma ideologia de cunho moralista, baseada no amor à pátria, à família e à igreja. (Padovan, 2007, p.23).

A Secretária de Segurança Pública vai estar no controle onde estiver umaglomeração de pessoas, como por exemplo o carnaval. No jornal *Folha da Manhã* de 21 de janeiro de 1940 é publicada uma portaria do órgão repressor com a seguinte nota:

Fica proibido: a) A exibição de quaisquer conjuntos carnavalescos não licenciados pela polícia; g) os ultrajes a qualquer crença religiosa e a seus símbolos; h). As canções ofensivas ou mesmo allusivas às autoridades e às corporações militares, entre outras.(*Folha da Manhã*, Edição Matutina, 21/01/1940, p.12).

Como vimos no texto publicado no jornal, era preciso licença para realizar o carnaval. Esta publicação esclarece-nos o porquê de José Vicente Lima, em sua obra *Xangô*, defender

que a fundação da Frente Negra Pernambucana não tinha o objetivo de pedir ao governo auxílio para blocos ou clubes carnavalescos, mas sim pregar a unificação de todos os negros na defesa de seus interesses. Lima argumenta:

(...) Assim está formada em Pernambuco uma associação, não para pedir aos governos uma subvenção para blocos ou clubes carnavalescos, mas para pregar a unificação de todos os negros do Brasil para defesa de seus interesses, a fim de derrubar de uma vez para sempre o complexo de inferioridade e ensinar ao negro brasileiro a vêr o homem pelo homem e não pela qualidade, (pela côr da epiderme). (Lima, 1937, p. 23).

A citação acima, neste momento, é apenas para o entendimento da referência sobre os clubes e blocos carnavalescos. No período da criação da Frente Negra Pernambucana o controle estatal era exercido em muitas organizações populares com o discurso de estar estabelecendo a ordem social.

Este aspecto histórico é muito importante para a compreensão da conjuntura na qual estavam inseridos não apenas a entidade negra pernambucana, mas também seus militantes. Era um período de ações extremamente autoritárias por parte do governo pernambucano, no qual as ideologias de cunho racistas estavam no auge. É neste contexto que pessoas que faziam parte da *Frente pernambucana* vão propor a defesa dos interesses da população negra, assunto este que será aprofundado no capítulo II desta tese.

São várias as ações do governo de Agamenon Magalhães; entretanto destacamos apenas duas: a perseguição aos cultos de origem africana e a extinção dos mocambos. Nelas estava subjacente uma ideologia de inferiorização da população negra. O jornal *Folha da Manhã*, de 22 de junho 1939, descreve as características das moradias denominadas mocambos, conforme registrado pelos estudos de Padovan:

Mocambo tem parede de taipa, madeira usada, zinco, flandres, capim ou palha. O seu piso é de terra e sua cobertura é de palha ou de folhas de lata. Tem uma sala e um quarto. Quarto sem luz de 4 a 5 metros, quando a área mínima devia ser 8 metros quadrados. Nesse espaço sem luz, sem piso, vivem uma medida de 4 a 5 pessoas. Os despejos dos mocambos são feitos nos braços das marés, em buracos abertos diariamente para esse fim, ou à flor da terra.” (Padovan, 2007,p.48).

Para propagar a campanha da extinção dos mocambos, Agamenon Magalhães buscou o apoio dos meios de comunicação, principalmente de um jornal que tinha muito prestígio na época: *Folha da Manhã*. Este jornal surgiu no dia 21 de novembro de 1937 e a partir de 24 de fevereiro de 1938 teve uma edição matutina e outra vespertina. (Souza, 2006, p. 20).

A respeito do início do governo de Agamenon Magalhães, a pesquisadora Maria Concepta Padovan comenta:

Agamenon Magalhães assumiu o governo de Pernambuco em 3 de dezembro de 1937, com grandes comemorações, passeatas e missas; em seu discurso de posse, defronte do Palácio do Campo das Princesas, pronunciou a frase que se tornaria uma legenda em Pernambuco: “Eu vim para trazer a emoção do Estado Novo.” (Padovan, 2007p. 23).

A frase de Agamenon foi registrada no jornal *Folha da Manhã*, do dia 4 de abril de 1938, em uma matéria que tinha como título *A cidade cheia de graça e de luz*, o ideal de Agamenon. Segundo Padovan, a manchete expressa o trabalho que o governador tentou realizar na cidade de Recife. (Ibidem, p. 23).

Sendo um grande defensor da política do Estado Novo, Agamenon saiu na defesa do regime estadonovista. Segundo pesquisa de Padovan, no jornal *Folha da Manhã*, do dia 06 de junho de 1938, o governador pernambucano declarou:

(...) O Estado Novo não foi um golpe de um partido, nem o movimento de uma classe. Foi um facto moral. [...] O panorama brasileiro, antes de 10 de novembro de 1937, apresentava os sinaes de uma decomposição próxima. [...] Surgiu, então, o facto moral, a reacção do nosso clima histórico, do sentido de autoridade e de ordem. Surgiu o Estado Novo, como uma affirmação de governo, de orientação, de appello às reservas moraes. (Ibidem, p.23).

O jornal *Folha da Manhã*, que estava a serviço da ideologia do Estado Novo, pertencia a Agamenon Magalhães, que era o sócio majoritário. Por conta disso, o jornal reservava diariamente uma coluna para governador pernambucano, elogiando e destacando bastante seus artigos. A prática de utilização dos meios de comunicação para inculcar na população brasileira a ideologia do Estado Novo também foi muito utilizada pelo presidente Getúlio Vargas, através de um programa veiculado a nível nacional denominado *A Hora do Brasil*.

Aprofundando os discursos do jornal *Folha da Manhã* que difunde as campanhas de Agamenon Magalhães, Campos analisa o autoritarismo e a ideologia racista que perpassa as ações:

Os artigos de Agamenon Magalhães para a *Folha da Manhã* e lido na Rádio Clube de Pernambuco, passam a comentar, à medida que a polícia é acionada, a completa erradicação dos catimbós. É o discurso do vencedor, daquele que não admite, sob nenhuma hipótese, o descumprimento da ordem. Se os afro-umbandistas representavam a desordem, o desespero, a exploração, sob o seu governo, foram apagados, exterminados. Eles

desapareceram da sociedade através das ações eficientes daqueles que “sabem” exercer o poder.

Esses fragmentos de discursos retirados da *Folha da Manhã* possibilitam reconstruir as formas de acusação e os modos de condenar. Esses discursos também demonstram que os personagens da trama participam das mesmas premissas culturais. Todas as personagens participam das crenças não só no plano das idéias. Há, de um lado, uma hierarquia, no plano das idéias, mas há, também, a construção de um campo, em que os comportamentos são classificados e constituídos. (Campos, 2001, p. 242).

A repressão exercida pelo governo “ampara-se na autoridade da lei para legitimar-se” e dessa forma o autoritarismo controla todos “os canais democráticos de liberdade de expressão”, ditando normas de “conduta baseadas no domínio extremado do medo, do silêncio, da ordem e da disciplina”(Ibidem, p. 242).

Padovan, ao analisar a conduta de governo de Agamenon, descreve como o interventor se dirigiu à *Folha da Manhã* em 3 de dezembro de 1938:

Pernambuco: nem eu prometi em vão, nem em vão vos confiastes. (...) Não viria governar o meu Estado senão para assegurar ao povo de minha terra melhores condições de vida. Em vez de artifícios enganadores, eu trouxe um plano de recuperação econômica e social de Pernambuco. (...) O poder do Estado Novo não é o poder pelo poder. É o poder pelo trabalho. Não transigi com minhas próprias paixões, não transigi com qualquer interesse. Só tive uma preocupação, do bem público. Meu governo não tem confronto, porque governei à luz do dia, com a colaboração de todas as classes (...) A solução dos problemas econômicos foi encaminhada. Justiça, eu procurei realizá-la atenuando as dificuldades da fortuna, combatendo as explorações. Nenhum interesse particular pode lograr predomínio sobre o interesse público. (Padovan, 2007, p. 25).

Agamenom Magalhães trabalhou incessantemente para implantar a concepção do Estado como a única e verdadeira voz representante de todos os brasileiros. A esse respeito, a pesquisa de Souza aponta que o jornal *Folha de Manhã* foi o eixo principal de divulgação e sustentação da ideologia do Estado Novo em Pernambuco.

Juntamente com a repressão social, as metas das campanhas eram acabar com tudo aquilo que se relacionasse ao atraso social. Logo, para combatê-lo era necessário levar a sociedade ao progresso. Como consequência, com a idéia de progresso, se instalou a proposta de reconstrução da cidade de Recife.

Para atingir o objetivo de modernização, um projeto de saneamento, higienização e embelezamento da cidade foi arquitetado com o discurso de que tais ações visavam ao bem-estar e à saúde física e mental da população.

Segundo a pesquisadora Maria das Graças Andrade Ataíde Almeida, no objetivo do

projeto de reconstrução de Recife estava embutido o desenvolvimento de uma ideologia contra o atraso.

Nesse sentido, eram realizadas ações para incutir na população pernambucana o pensamento de uma nova vida voltada para a idéia de progresso, tendo como referência as cidades do sul do Brasil.

O projeto de progresso do governo era transformar a cidade de Recife em uma metrópole, construindo habitações e vilas populares em lugar dos becos, os mocambos, com o intuito de higienizar a cidade. Sobre o assunto comenta Padovan:

O principal interesse de Agamenon era o de equiparar o Recife ao Rio de Janeiro, a grande metrópole nacional da época, através da erradicação de tudo que simbolizasse o velho, a miséria e a desordem. E a partir de um plano de remodelação da cidade, procurou modernizar, sanear, higienizar e embelezar: “construir uma memória para o futuro [...], monumentos que expressam a vida coletiva”; um “ideário moldado no conceito do nascimento de uma nova cidade.” (Ibidem, p. 25).

O projeto de embelezamento da cidade de Recife faz parte de um projeto nacional denominado por estudiosos(as) do assunto como “Belle Époque brasileira”. A proposta que estava em curso era a identificação de algumas cidades brasileiras com a arquitetura européia, dando-lhes uma referência de progresso. Nesse sentido, embutido no discurso de levar a sociedade ao progresso estava a ideologia que atingia a população afrodescendente.

A ação discriminatória aconteceu quando o governo difundiu a idéia de erradicar com tudo o que viesse a contribuir para a vagabundagem, com a criminalidade, com os mocambos e com os cultos de origem africana, fazendo referência direta à condição de vida e cultura do negro. A maneira de viver dos afrodescendentes vai ser, então, apontada como responsável pelo atraso social em que se encontrava o estado de Pernambuco. (Almeida, 2001).

Como vamos tratar da questão da perseguição aos cultos de origem africanas no segundo capítulo aprofundaremos aqui a grande campanha contra os mocambos desenvolvida pelo governador pernambucano Agamenon Magalhães.

Por questões históricas, a maioria das pessoas que viviam em moradias denominadas mocambos eram afrodescendentes. Não é difícil imaginar que o escravismo a que foram submetidos os africanos e seus descendentes não permitiu que a maioria desta população tivesse uma casa em condições dignas para morar.

Mesmo após a abolição, as condições sociais dos afrodescendentes são mínimas não tendo acesso à educação, emprego, moradia, saúde etc.

Se ficamos na superficialidade da reflexão da campanha pelo fim dos mocambos , poderemos imaginar que transformar casas de taipa e barro em tijolos foi muito bom. Este pensamento é um engodo, pois o fim dos mocambos estava embutido na proposta de higienização da cidade e fundamentou o discurso de muitos governos na época. Destacamos que a proposta de extinção dos mocambos fez parte da pauta dos governos anteriores a de Agamenom Magalhães, entretanto sem sucesso.

Através de uma comissão instituída a nível governamental denominada “Comissão Censitária dos Mocambos”, o governo de Agamenon Magalhães em 1938 deu início à campanha “Cruzada Social Contra o mocambo”. Sobre este assunto, Padovan comenta que “foi em nome do ‘interesse público’ que Magalhães deu início a seu projeto de recuperação do Recife, com o auxílio do Prefeito indicado, Novaes Filho, através de duas principais vertentes: a erradicação dos mocambos e o combate aos “catimbós”. (Padovan, 2007, p. 25).

Um recenseamento foi realizado no intuito de conhecer as condições físicas das moradias, números e perfil socio economico das pessoas residentes nos mocambos.

O jornal “Folha da Manhã” publicou em 1939 que, em uma população de aproximadamente 500.000 pessoas, 164.877 eram habitantes de mocambos. Em Recife, a quantidade de mocambos era de 45.581, sendo que 4.070 possuíam fossa rasa e sem descarga.

O recenseamento apontou que a maioria dos homens eram operários, comerciantes, empregados do setor de transporte e artesãos, enquanto, entre as mulheres, a maior parte delas trabalhava como cozinheira e lavadeira. Desta população, 2/3 era alfabetizada e o salário médio era de \$154.000 . A referência sobre o salário é referente ao “chefe de família”, por isso entendemos que este dado refere-se ao universo masculino. Nesse sentido, observa-se que o universo feminino no recenseamento foi pouco explorado.

A proposta de eliminação dos mocambos, segundo estudo de Zélia de Oliveira Gominho, relaciona de forma direta a imagem da sociedade do atraso à imagem do africanizado em Recife, segundo a pesquisadora:

A vontade em eliminar a imagem africanizada da capital, nesse período, se revestiu de um conteúdo e sentido político antes não formulado, explicitamente nacionalista, patriótico coletivista, redutivo e arregimentados”. (Gominho,1997).

A imagem africanizada da capital de Recife é entendida mediante a ideologia do Estado Novo sobre o ideal do brasileiro baseado nas “origens branco-portuguesas: “somos latinos, somos portugueses da América. Essa nossa formação étnica; essa é a nossa história;

essa deve ser a diretriz da nossa conduta”; e no ideal de “corpo e mente são”. (Padovan, 2007, p. 25e 26).

Para desenvolvimento do ideal de homem brasileiro no Estado Novo, a articulação entre o Estado e a Psiquiatria foi essencial. A Psiquiatria ofereceu justificativa científica que assegurou ao Estado a concretização das suas propostas. “A psiquiatria foi de extrema importância nesse trabalho de criação do modelo ideal do homem brasileiro, uma vez que suas teorias possibilitavam o esquadramento social e a identificação dos ‘grupos de risco’, além de seu controle”. (Padovan, 2007, p. 26).

As comunidades onde a população negra se concentrava foram alvo das ações do governo de Agamenon Magalhães, pois a elas é apontada a responsabilidade do denominado “atraso social” em que se encontrava a cidade de Recife na época.

Para tirar Recife do atraso e elevar a cidade às condições do progresso, duas ações governamentais foram desenvolvidas: a erradicação dos mocambos e o combate à religião de origem africana.

O trabalho para erradicação dos mocambos estava entre as prioridades econômicas e sociais do governo, uma vez que as habitações eram de condições precárias, sem higiene e saúde.

Toda a sociedade é convocada a se envolver na campanha que tem como seu principal propósito “salvar a raça, defender a dignidade humana, combater o mocambo e a acabar com ele.” (Ibidem, p. 27).

A proposta de “salvar a raça” está vinculada a um projeto político envolvendo as teorias científicas de intelectuais da época, que vão propor soluções em relação à identidade do povo brasileiro. Sobre este assunto Campos comenta:

Nesses termos, foi elaborado um projeto político que soube capitalizar acontecimentos e convencer a sociedade da importância de uma nova ordem, centralizada no fortalecimento do Estado, cuja reestruturação é esboçada em diversos movimentos intelectuais. Uma parcela dos intelectuais do Brasil estava voltada para questões que se originavam na matriz européia, propunha e reinterpretava soluções diante da realidade nacional. . (Campos, 2001, p. 29).

No desenvolvimento da identidade do povo brasileiro, os intelectuais de várias vertentes, principalmente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendiam a idéia de que doenças, tanto física como mental, que acometem o povo brasileiro, uma vez que são tipicamente tropicais, deveriam ser prontamente sanadas pelos programas higiênicos.

Muitos médicos, principalmente da Faculdade de Medicina da Bahia, entendiam o cruzamento racial do povo brasileiro como grande mal, mas, ao mesmo tempo é o que o diferencia de outros povos. Nesse sentido, os estudos de Lilia Moritz Schwarcz mostram que: “por caminhos diversos chegavam as escolas médicas a conclusões semelhantes. Era preciso cuidar da raça, ou seja, da nação; e segundo os médicos caberia a eles o privilégio da execução de tal tarefa”. (Schwarcz, 2004, p. 235- 236).

Sendo o conceito “raça” construído socialmente e historicamente na ideologia do Estado Novo que perpassa o governo de Agamenon Magalhães em Pernambuco, raça vai ser empregada “como sinônimo de povo brasileiro”, “população nacional”, “espécie de homem brasileiro” e conjunto de homens normais. Por isso, quando apontavam a necessidade de “aperfeiçoar a raça” ou “regenerar a raça”, buscavam realizar esses objetivos através de ações centradas no indivíduo, procurando impedir a irradiação de “degenerescências hereditárias”. (Ibidem, p. 29).

No intuito de impedir os males sociais causados pelas degenerescências hereditárias na construção de um ideal do povo brasileiro, houve uma “negociação” entre Psiquiatria e Estado, que atendia às necessidades da Nova Ordem, dando-lhe uma justificativa científica para a consolidação do poder, ao mesmo tempo em que assegurava a atuação ampliada da psiquiatria.

Segundo estudos de Padovan:

A psiquiatria foi de extrema importância neste trabalho de criação do modelo ideal do homem brasileiro, uma vez que suas teorias possibilitavam o esquadrinhamento social e a identificação dos “grupos de risco”, além de seu controle.

A psiquiatria não se posicionava diretamente sobre a questão do mocambo, de acordo com suas teorias mais utilizadas na época, mas relacionava claramente o problema da doença mental com as más condições de vida da população, uma vez que remetia suas idéias de terapêutica e prevenção à idéia de normatização: “... tanto é verdade, que o que conserva o bem moral do homem tem sempre grandes relações com o bem estar físico e a conservação da saúde. (Padovan, 2007, p. 26 e 29).

A explicação sobre a forma precária em que se encontravam os mocambos vai ser baseada na Teoria da Anormalidade, do alemão E. Kraepelin, que resgata e utiliza a noção de degenerescência. Esta teoria enfatiza as influências do meio social, as causas de “desvios doentios do tipo normal da humanidade”.

Assim, tudo aquilo que contraria a idéia de normalidade social defendida pelo

seguimento das normas da ordem e da moral imposta pelo Estado, influenciado pela idéia de progresso europeu e branco, é considerado como sendo transgressão social que precisa ser combatida.

Como consequência disso, a população que vive nos mocambos é associada ao desequilíbrio social. O alcoolismo, a doença causada pela sífilis, a prostituição e outros problemas sociais vão ser associados aos moradores deste tipo de habitação. A esse respeito aponta Padovan:

O mocambo era ainda apontado pelos médicos como local propício ao desenvolvimento de idéias “subversivas”, como o comunismo e o nazismo, devido à falta de moralidade de seus moradores, que ao menor sinal de possibilidade de melhorias, se voltariam contra os que realmente se importavam com eles; também eram citados como geradores de indivíduos “biologicamente inferiores”, devido à alimentação básica de sua população constituir-se de crustáceos: “Uma gente que vive com tal dieta só poderá ser pouco eficiente, tem pouca capacidade para o trabalho, resistência mínima à fadiga e as infecções”. (Ibidem, p.31).

Em Pernambuco, durante o governo de Agamenon Magalhães, as tendências teóricas defendidas pelo médico psiquiátrico Ulysses Pernambucano vão fundamentar ideologias que sustentam as “degenerescências hereditárias” da população negra. Segundo estudos de Padovan:

(...) um exemplo destes foi o artigo intitulado “As doenças mentais entre os negros em Pernambuco” de autoria do então Diretor Geral da Assistência a Psicopatas – Ulysses Pernambucano e da Monitora do Serviço de Higiene Mental -Helena Campos, que situava-se dentro do movimento de Higiene Mental, e apontava para a importância dos fatores biológicos (hereditariedade e doenças tóxico-infecciosas, como a sífilis e o alcoolismo) e sociais (a própria vida, o meio e a religião). (Ibidem, p.19).

O artigo publicado foi resultado de uma pesquisa realizada sobre a população negra e mestiça de Recife, procurando avaliar, por exemplo, a incidência de doenças mentais na raça em comparação com as outras, bem como os diversos tipos de doenças encontradas.

Sua conclusão foi a de que, no caso dos negros, a herança hereditária tinha maior influência que os fatores sociais, trazendo como consequência a idéia de que os negros seriam mais propensos a doenças do tipo “psicopatias com lesões anatômicas” e “psicoses tóxicas e infecciosas” por acreditarem ser seus “cérebros de menor resistência”.

Os negros são apontados como mais suscetíveis a doenças mentais dentre todos os grupos raciais formadores da sociedade brasileira, além disso, estavam fadados aos tipos mais

degradantes: os tóxicos com lesões físicas.

O trabalho de Ulisses Pernambucano e Helena Campos expressa preconceito em relação à raça negra, considerada biologicamente inferior, com seus “cérebros de menor resistência”.

Os fundamentos teóricos que embasam os estudos são influenciados pelas teorias de um famoso psiquiatra da época, Juliano Moreira (que era adepto da teoria Kraepeliana da degenerescência). Entretanto, Moreira não se limitou apenas a esta teoria, mas também se aproximou das idéias do “racismo biológico”, que, à semelhança de Raimundo Nina Rodrigues, acreditava na inferioridade racial negra.

Ao longo do período do governo de Agamenon Magalhães, as transformações implementadas na cidade Recife, através das ações institucionais, vão desconsiderar todo o processo histórico que leva a população negra aos espaços de exclusão social, buscando o apoio das teorias científicas para a explicação da situação de miséria social em que se encontrava a maioria da população.

Dado todo o contexto histórico aqui apresentado, presumimos que o contexto histórico em que foi fundada a Frente Negra Pernambucana era extremamente desfavorável à população negra. Além disso, a ideologia dominante voltada para o projeto de sociedade da época foi fundamentada pelo ideário do Estado Novo, que propunha um projeto baseado na religiosidade católica e na moral, perseguindo e atacando espaços onde se encontrava grande concentração da cultura de origem africana.

CAPÍTULO II

O MOVIMENTO SOCIAL FRENTE NEGRA PERNAMBUCANA E SUA CONTINUIDADE COMO CENTRO DE CULTURA AFRO-BRASILEIRA (1937-1988)

2.1 Fundação, Ideologias e finalidades da entidade

Assim está formada em Pernambuco uma associação, não para pedir aos governos uma subvenção para blocos ou clubes carnavalescos, mas para pregar a unificação de todos os negros do Brasil para defesa de seus interesses, a fim de derrubar de uma vez para sempre o complexo de inferioridade e ensinar ao negro brasileiro a ver o homem pelo homem e não pela qualidade, (pela cor da epiderme)". (Lima, 1937, p.22).⁵

A citação acima é uma preleção de José Vicente Rodrigues Lima (um dos fundadores da Frente Negra Pernambucana) num estudo de sua autoria, intitulado *O que querem as associações dos elementos de cor e as frentes organizadas no Brasil*. (Lima, 1937, p. 23). Nesse texto, é expressa uma importante tarefa da associação pernambucana *Centro de Cultura Afro-Brasileiro* (entidade surgida em 1937 da transformação da Frente Negra Pernambucana): “pregar a unificação dos negros para a defesa de seus interesses”. Além de incentivar a comunidade a se unir para lutar por seus direitos, o *Centro de Cultura Afro-Brasileiro* argumenta a favor da função educativa da entidade.

Considerando tais fatos, neste capítulo pretendemos contextualizar histórica, sociológica e ideologicamente o movimento negro Frente Negra Pernambucana, a fim de melhor explorar o pensamento e militância de alguns dos membros fundadores da entidade, José Vicente Rodrigues Lima, Francisco Solano Trindade e Miguel Barros.

Em 1934, surge na cidade de Recife no estado de Pernambuco, a Frente Negra Pernambucana, a qual é transformada três anos depois (em 1937) em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. O movimento protestava contra a discriminação racial que colocava o negro na posição de “inferioridade” e defendia a formação intelectual da população negra como estratégia para sair desta condição. Sobre este assunto José Vicente comenta: (...) “iluminando-os com a instrução, derrubamos a convicção de inferioridade e botamos por terra as baixezas e vilanias dos preconceitos”. (Ibidem, p.23).

⁵ É importante ressaltar que as fontes documentais utilizadas nesta tese, referentes à década de 1930, encontram-se *ipsis literis* conforme a ortografia vigente na época. A opção por deixá-las prende-se ao fato de não

A proposta da Frente Negra Pernambucana, confrontada com outras unidades da Frente Negra, em outros estados, não era novidade. Seus preceitos resumiam-se no seguinte lema: “unificar, educar e orientar” a população negra para sair da condição de “inferioridade” a que estava submetida.

Em entrevista dada ao informativo da Comunidade Negra Pernambucana *Djumbay*, em março de 1992, José Vicente, com 81 anos de idade, fala sobre sua militância na Frente Negra Pernambucana:

Minha militância começou pela Frente Negra Pernambucana. O movimento denominado “Frente Negra” surgiu em São Paulo por volta de 1930, e no Recife foi em 1937. (...) O fato marcante da Frente Negra foi a posição que o negro tomou de se defender e lutar não só contra o preconceito, mas sobretudo lutar por uma projeção na sociedade. (DJUMBAY, março, 1992).



Ilustração 1 -Primeira página do jornal Djumbay anunciando a entrevista com José Vicente Rodrigues Lima

Ainda sobre o período de fundação da entidade, José Vicente relata que “na época, não deixou de haver críticas e censuras da sociedade branca, que alegava não existir preconceito, atribuindo aos negros a realização de um movimento separatista”. (Djumbay, março, 1992).



Ilustração 2 - Djumbay - Informativo da Comunidade Negra Pernambucana nº 1 – Março /92, p. 03

Entrevista com José Vicente Rodrigues Lima

Gustavo Rodrigues Lima, filho de José Vicente, relata em entrevista⁶ que o gaúcho Barros, “o Mulato”, veio para Pernambuco e quando chegou aqui, fez contato com Solano [Solano Trindade] e com José Vicente para criarem a Frente Negra Pernambucana, em 1936”.

A Escola de samba *Galeria do Ritmo*, no ano de 1979, homenageia o poeta negro Francisco Solano Trindade, através da elaboração de uma apostila contendo depoimentos sobre a vida do poeta. Sobre a fundação do movimento, José Vicente Lima registra o seguinte:

(...) Era o ano de 1937, numa rua do Bairro de São José, cinco rapazes, desconhecidos, sem nome sem bafejo de ninguém, em volta de uma mesa forrada com uma toalha branca, fundaram a Frente Negra Pernambucana, co-irmã da Frente Negra Pelotense, com a presença entre nós de Miguel Barros, pintor Gaúcho, conhecido por Barros, “mulato. (Lima, 1979,p.3).

No ano de 1937, a Frente Negra Pernambucana é transformada em Centro de Cultura Afro-Brasileiro (CCAB). Em 1987, em comemoração ao cinquentenário da instituição é elaborada uma cartilha sobre a história da entidade. Na introdução, o presidente Edvaldo

⁶ Depoimento concedido em 20 de janeiro 2007.

Eustáquio Ramos faz referência ora a Frente Negra Pernambucana ora ao *Centro de Cultura Afro Brasileira*:

(...) por trás das breves palavras de reflexão sobre o cinquentenário da Frente Negra Pernambucana, há todo um trabalho de estudo e pesquisa sobre o comportamento do negro brasileiro, e, em especial sobre as raízes do nosso povo, dentro da vivência, em meio aos terreiros dos cultos Afros, das sociedades carnavalescas, do maracatu e de todas as manifestações populares de origem afro, ameríndia e lusa” “(...) as Frentes Negras cumpriram uma missão, com o despertar da consciência. O Centro de Cultura Afro- Brasileira é esta consciência”. (Cartilha de divulgação do centenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, p.07, agosto de 1987).

Todavia, o que se pode observar a partir da fala de Edvaldo Ramos é que o que está sendo comemorado é, na verdade, o cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Daí a pergunta: qual a razão de se mencionar a Frente Negra Pernambucana? O impasse é esclarecido por José Vicente Lima, ao relatar que:

A Frente Negra Pernambucana, transformada no Centro da Cultura Afro-Brasileiro, se projetara junto das outras Associações Coirmãs de todo o País. Se não construímos patrimônio materiais, construímos entretanto um patrimônio muito maior, - Patrimônio Cultural que legamos aos nossos sucessores. Ideal que nos animou nesses 50 anos que hoje aqui se comemora nesta brilhante APOTEOSE (Cartilha de divulgação do cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, p.10, agosto de 1987).

Segundo José Vicente Lima, a Frente Negra Pernambucana foi transformada no Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Os registros que encontramos permitem-nos afirmar que 1936, após a realização do 1º Congresso Afro-Brasileiro, é fundada a *Frente Pernambucana*, que em 1937 é transformada em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Esta nossa conclusão baseia-se também em outro relato de Lima:

(...) Não desfalecemos, e, portanto não esmorecemos e a nossa resposta a tudo quanto vimos e ouvimos foi lançarmos o primeiro livro editado pelo então, não mais Frente Negra Pernambucana, mas, Centro de Cultura Afro-Brasileiro, *Xangô*, de nossa autoria. (Lima, 1979, p. 3).

O livro a que José Vicente se refere, *Xangô*, foi publicado em 1937. Daí se pode inferir que, neste ano, a entidade pernambucana já havia sido transformada. Para nós, este aspecto é muito importante, pois muitos pesquisadores/as dão como encerrada a ação da Frente Negra no Brasil com o fechamento dos partidos políticos por Getúlio Vargas em 1937.

No entanto, o que verificamos é que o Centro de Cultura Afro-Brasileiro, em Recife, é uma entidade que existe até os dias de hoje, tendo como atual presidenta Almerinda Rodrigues de Lima, filha de José Vicente Lima.

Ainda com relação à transformação da entidade, é razoável admitir que a instauração do Estado Novo, em 1937, com Getúlio Vargas governando de forma autoritária, restringindo as organizações políticas e associativas, também interferiu na decisão da transformação da Frente Negra Pernambucana em Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

Disso implica dizer que o momento histórico em que viveu José Vicente Lima e outros membros da entidade influenciou em vários momentos decisórios a identidade do movimento.

Entretanto, ressaltamos que o processo de construção da identidade do movimento não é algo constituído de forma permanente; pelo contrário, a identidade da Frente Negra Pernambucana é percebida por nós levando em consideração os conceitos defendidos pelo pesquisador Stuart Hall que reforça que a identidade de um grupo social vai se reconstruindo e reconfigurando ao longo do processo histórico.

O crítico cultural Stuart Hall analisa o processo identitário não como uma única identidade, mas como identidades fragmentadas, em permanente processo de construção, com forte associação à idéia de pertencimento a uma determinada comunidade, num determinado tempo e espaço. (Silva e Louro, 2006).

A defesa da nacionalidade, bem como da brasilidade é enfatizada nos escritos de José Vicente Lima, defendendo a integração do negro em uma sociedade da qual estava desintegrado. Conseqüentemente, o resultado dessa ação integradora é o surgimento não mais do negro na sua condição de inferior, mas sim de um novo brasileiro.

(...) as organizações negras não tinham outro objetivo, senão o de cultivar, não mais o negro, porque como já dissemos, o Brasil marcha para a formação do seu próprio tipo, seja portanto, o homem brasileiro branco, mulato, creôlo, negro ou cablôco. Ninguém culpabiliza as **frentes**, pelo entrave do progresso do homem de côr, é porem de seu programa acordá-lo, apontando-lhe a grandeza moral, somente adquirida no campo das letras. A tarefa organizada pelo Centro de Cultura Afro-Brazileiro, séde em Pernambuco é dignificante, carece apenas do apoio de todos quanto compreendam a necessidade de encararmos com sentimento de brasilidade este supremo idéal que não cogita de outra cousa a não ser inaugurar uma nova era para o negro brasileiro, para o Brazil. (Lima, 1937, p. 22)

A nova era para a população negra a que José Vicente se refere é a sua plena integração na vida nacional. Quando ele comenta que “o Brasil marcha para a formação do seu próprio tipo, seja, portanto, o homem brasileiro branco, mulato, crioulo, negro ou

cabloco” reafirma o desejo de o negro participar da sociedade brasileira em condições de igualdade com os outros integrantes da nação.

É notório que o desejo de ser reconhecido como brasileiro implicava uma reação consciente da discriminação do negro em todos os setores da sociedade: mercado de trabalho, educação, entre outros. Daí decorre que, por conta da realidade de exclusão social da população negra, o que se reivindicava era a sua participação em todos os níveis sociais da vida brasileira.

Uma questão que também é importante considerar é o fato de que, no período em que surge a Frente Negra Pernambucana, aparecem em todo o País organizações negras que se articulam e desenvolvem ações a favor da causa da população negra.

Mesmo em um contexto histórico adverso, os movimentos sociais negros atuam na defesa dos interesses coletivos. A esse respeito, a pesquisadora Maria Luiza de Souza define que movimentos sociais:

(...) são as formas de enfrentamento das contradições sociais que expressam em reações coletivas a algo que se apresenta como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social (...) Esse processo acontece à medida que a população supera as saídas individuais e recorre a alternativas coletivas. (Souza, 1997, p.99-100).

Roger Bastide (1959) argumenta que as reivindicações só adquirem a forma de movimentos sociais no “meio negro” porque neste encontram-se as pessoas prejudicadas direta ou indiretamente pelo contexto histórico e social pós-abolição.

O movimento negro Frente Negra Pernambucana não propõe atacar frontalmente as estruturas de dominação e poder, conforme relata José Vicente:

Na época acontecia o I congresso Afro-Brasileiro⁷, em 1934. Esse congresso era mais ou menos comprometido com o poder político. Nós não tivemos acesso a ele, a não ser através de um discurso de Barros Mulato, que faz um protesto contra o congresso, que não tinha a presença do negro. Parece que houve até um caso meio ridículo: eles pintaram uma moça, uma artista, para uma negra. Mas o protesto de Barros era um protesto suave, medroso, porque na época nossa situação era essa. Naquele momento, nossa orientação tinha como proposta entre outras, a introdução do negro na universidade. Como já frisei, era uma ação culturalista, mas não ousava atacar frontalmente o poder. (José Vicente. Diário Oficial do Estado de Pernambuco, 1987, p.8).

⁷ Isto nos leva a analisar, mesmo que superficialmente, o I Congresso Afro-Brasileiro, que precede a fundação da Frente Negra Pernambucana.

As observações de José Vicente indicam o imenso esforço que o negro precisou fazer para mostrar o seu valor, inclusive no meio da intelectualidade. Ele levanta questões sobre o *I Congresso de Afro-Brasileiro* ocorrido em Recife em 1934⁸. O comprometimento político do congresso, o protesto, mesmo que tímido, de Barros Mulato da não participação do negro no congresso, a proposta do ingresso do negro na universidade, a “ação culturalista” defendida na época.

O I Congresso Afro-Brasileiro foi organizado e proposto por Gilberto Freyre e intelectuais, acadêmicos, antropólogos e integrantes da Frente Negra Pernambucana. Nesse congresso, foram discutidas temáticas como a história do escravismo no Brasil, os problemas de aculturação do negro e as variações antropométricas raciais, além de discussões sobre os livros *Casa Grande e Senzala* e *Sobrados e Mocambos*.

De caráter regional, notamos que existe uma aglutinação de intelectuais brancos e negros em torno desse congresso, que contou com a participação de Miguel Barros, Solano Trindade e Gerson Lima, fundadores da Frente Negra Pernambucana.

A matéria do jornal de Pernambuco, datada de 24 de julho de 1934, trata do I Congresso Afro-Brasileiro, que acontece em agosto do mesmo ano, corroborando as informações de José Vicente Lima. O jornal se refere ao I Congresso Afro-Brasileiro como um congresso de seitas africanas promovido por um grupo de estudiosos do assunto.

A matéria intitulada *Pais, mães e filhos de terreiros* concorda com as práticas Diretoria de Higiene Mental e destaca os temas que o congresso tratará, entre os quais “da conduta em público dos filhos de terreiros”.

Data do começo de junho de 1932, o início do contacto do Serviço de Higiene Mental, com as seitas africanas da capital.

No ano acima, por intermédio do registro da Secretaria de Segurança Publica, os auxiliares daquele departamento conseguiram localizar nove seitas africanas entre nós.

Pouco a pouco, o serviço de Higiene Mental foi cativando a confiança dos chefes das seitas, conhecidos como “pais”, “mães” e “filhos” de terreiros.

(...) Iniciando um trabalho de controle, inspirando confiança aos “pais”, “mães” e “filhos” de “terreiro” os que fazem o Serviço de Higiene Mental, puderam então, trabalhar com maior segurança. Senhores dos ranchos das “seitas” tiveram oportunidades de assistir a “toques” e festas de vários centros.

Entretanto, queixavam-se, de quando em vez, os “pais de terreiro” da perseguição que lhes movia a policia e do noticiario dos jornais, pois para isso, eram tidos como “catimbozeiros”.

Em meados de 1933 numa reunião havida na Diretoria Geral de Assistência a Psicopatas, a qual compareceu a maioria dos “pais” de “terreiros”, ficou

⁸ Observa-se que o congresso está na esfera de intelectuais como Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

combinado que a Diretoria de Higiene Mental passaria a se interessar de perto, pelas seitas africanas, afim de que fossem evitadas as faladas perseguições.

Em compensação, porém, os “pais” de “terreiros” se comprometiam a fornecer à Higiene Mental os dados e facilidades para mais uma eficiente fiscalização. (Jornal de Pernambuco, 24/07/1934).

A matéria jornalística faz referências ao trabalho de Gilberto Freyre no I Congresso Afro-Brasileiro:

Ao escritor patricio Gilberto Freyre, coube a iniciativa do congresso. Acompanhando ha muito, com interesse os serviços de Higiene Mental, o Sr. Gilberto Freyre a realização de um congresso para mais “controle” dos trabalhos.

Começadas as “démarches” para a realização do “conclave” acima, já houve nesta cidade duas sessões preparatórias. A última verificou-se a 15, do corrente, tendo sido marcando o próximo mês de agosto para realização do “Primeiro Congresso das Seitas Africanas no Brasil” (Jornal de Pernambuco, 24/07/1934).

As finalidades do congresso são apontadas pelo jornal.

As finalidades do congresso estão bem definidas. Com sua realização haverá possibilidade duma melhor compreensão da parte do publico para as manifestações religiosas das “seitas”.

Estas, por sua vez entrarão no conhecimento mais real das cousas.

No congresso a que aludimos, serão discutidos, temas diversos, entre os quais, estes: “Das relações das seitas”, “ Da conduta em público dos filhos de terreiros”, Da utilidades de congressos como estes.

Durante o congresso cada “Babalorixá” fará explanação histórica sobre sua “seita”. (Jornal de Pernambuco, 24/07/1934).

O relato do jornal se faz necessário para a compreensão da postura racista subjacente à ideologia que perpassa o mundo intelectual e político da época, com o qual o movimento negro da época manteve contato.

A pesquisadora Ana Célia da Silva que estudou os congressos Afro-Brasileiros na região nordeste na década de 1930 comenta:

Nessa mesma década de 30, paralelamente à atuação das entidades consideradas de cunho eminentemente cultural, desenvolveu-se, nas academias do Nordeste, os “*Congressos Afro-Brasileiros*”, em Recife, em 1934 e na Bahia, em 1937, que segundo Nascimento “seguiam a mesma tradição racista de Nina Rodrigues”.

Na visão de Guerreiro Ramos (1957, p. 181), “esses congressos eram inspirados na necessidade de o “branco da Bahia,” cultural e ideologicamente euro-ocidental e racista, provar sua legitimidade ariana, em face da sua verdadeira ascendência negra, diluída e longínqua”. “Nesses congressos o negro era transformado em objeto, em assunto de pesquisa,

num mecanismo psicológico compensatório do que julgam ser uma inferioridade” (Ramos, 1957, p. 186). (Silva, 2002, p.145).

José Vicente relata as atividades e reivindicações do Centro de Cultura Afro-Brasileiro e observa que as mesmas incidem dentro da ordem estabelecida.

(...) Os Diretores de Centro de Cultura trabalham com denodo, realizando conferencias educativas onde sabem que existe a fina flor da nossa juventude nos centros de xangô, nos blocos carnavalescos, nas escolas particulares e publicas noturnas, procurando apontar aos negros e aos mestiços o civismo e a escola. Pois é preciso acordar nossa mocidade exposta ao cáos da ignorancia.

Assim está formada em Pernambuco uma associação, não para pedir aos governos uma subvenção para blocos ou clubes carnavalescos, mas para pregar a unificação de todos os negros do Brazil para defeza de seus interesses, a fim de derrubar de uma vez para sempre o complexo de inferioridade e ensinar ao negro brasileiro a vêr o homem pelo homem e não pela qualidade, (pela côr da epiderme).

Para cooperar em beneficio dos irmãos negros em vez de fazer trincheiras com hipócritas sentimentos regionalistas.

Negros, mulatos e brancos, intéletuais do Brazil precisam saber que existem milhares e milhares de negros ainda na roça, ainda empurrando carroças, ainda engraxates, ainda rudes operários de fabricas , carpinas e marceneiros, ainda brutos, ainda inferiores, ainda de chapéo na mão falando tremulo com o Douto...sô Douto ...sô Douto Iluminando-os com a instrução, derrubamos a convicção de inferioridade e botamos por terra as baixezas e vilania dos preconceitos. (Lima, 1937, p. 22-23).

Fica evidente no relato que os prejuízos causados à população negra a levou a uma situação de inferioridade, consequência da falta de oportunidades, principalmente falta de estudos. Aqui é mais uma vez confirmado o ideal da entidade: fazer com que a população tenha acesso à educação para sair da situação de desvalorização.

Levando em conta o processo de transformação da *Frente Pernambucana* é possível considerar que o movimento não encerrou suas atividades em 1937; a mudança do nome da entidade faz parte da identidade e da peculiaridade histórica-política do movimento que a diferencia de outras Frentes no território brasileiro.

Outro aspecto importante é que, na pesquisa, encontramos registros dos objetivos da entidade com o nome de Centro de Cultura Afro-Brasileiro, provavelmente por conta da transformação do instituto. O registro como Frente Negra Pernambucana não chegou a se concretizar. Este mesmo pensamento é compartilhado por Gustavo Lima, que em depoimento relata:

Eu tenho quase que certeza que a Frente Negra Pernambucana não chegou a elaborar um estatuto, o estatuto foi o do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. A Frente Negra como movimento depois que tomou corpo se consolidou como Centro. Até porque José Vicente nunca falou do estatuto da Frente só como movimento mesmo, inclusive a idéia trazida por Barros de Pelotas, a Frente Negra Pelotense. Ele veio aqui para Recife e em reunião Barros, José Vicente, Gerson Monteiro e Solano fundaram a Frente Negra Pernambucana. (Depoimento 10/08/2007).

A fundação da Frente Negra Pernambucana é relatada como posterior ao 1º Congresso Afro-Brasileiro que aconteceu em 1934, dissipando quaisquer dúvidas sobre a influência de Miguel Barros sobre a entidade pernambucana. Entretanto, para não ser confundida com entidade pelotense, a Frente Negra Pernambucana transforma-se em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Sobre o assunto, em 1986, o CCAB (Centro de Cultura Afro-Brasileiro), em comemoração ao seu cinquentenário, registra o seguinte:

Numa noite recifense, numa casa do Pátio do Terço, sentados ao redor de uma mesa forrada com a toalha branca”, relembra o Prof. José Vicente, nascia o Centro de Cultura Afro-Brasileira, que naquele momento veio ao mundo com a denominação de “Frente Negra Pernambucana ” logo concertada para atual C.C.A.B. para não ser lembrada como uma simples réplica de sua co-irmã gaúcha. Era o orgulho e vaidade pernambucanas que já se faziam presentes naquele momento. (Comissão do cinquentenário do C.C.A.B , 1986, Recife).

É um aspecto importante, para não ser lembrada “como uma simples réplica”, a Frente Negra Pernambucana é transformada em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. A ênfase demarca a identidade do movimento, expressada pelo “orgulho e vaidade” de ser pernambucana. Entretanto, do ponto de vista ideológico, ao confrontar os objetivos e ações das duas entidades, contatamos muitas aproximações. A presença de Barros Mulato determinou não apenas a elaboração dos objetivos, tendo a Frente Negra Pelotense como modelo, mas também os rumos do movimento.

A proposta do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, na defesa dos direitos e interesses da população negra, pautava-se nos seguintes pontos:

“Centro de Cultura Afro- Brasileiro”

Sentindo a necessidade de união e de intelecualidade que se possa representar em todas as esféras sociais, o Afro-Brasileiro, compreendendo o dever de reerguer moralmente a família negra do Brasil, desejando colaborar pelo engrandecimento da Patria Brasileira, apontando a milhares de negros a escola e civismo, um nucleo de idealista resolve fundar o Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

Afastados de qualquer partido político ou credo religiosos e aceitando o concurso dos que reconhecerem o altruísmo, fim a que nos propomos, faremos a unificação dos negros no Brasil.

Não faremos lutas de raças contra raças, porem ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior o que nos faz distinguir um dos outros é nosso desenvolvimento cultural.

Temos como principais fins: Cultivar a memória dos grandes negros do Brasil, instruir a infância negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro, criar caixa de beneficência, para assistência medica e dentaria.

Certos de que Pernambuco apoiará o nosso empreendimento, porque o Brazil já o apoiou com argumentos irrefutáveis pela voz dos escritores Humberto de Campos, Gilberto Freyre, Costa Rego e Miguel Barros, convidamos aos pertencentes da raça de Patrocínio, Luiz Gama, Cruz e Sousa, Ferreira de Menezes, Paula Nei, André Rebouças, Antonio Boabab, Henrique Dias, Clodoaldo Lopes, Feliciano Gomes e João Marques para formarem ao nosso lado. (a) SOLANO TRINDADE. Secretario Geral. (Lima, 1937, p.20-21).

Em toda a trajetória da história da entidade, há um constante argumento: a ascensão do negro deverá realizar-se através do aprimoramento cultural e do bom comportamento. Constitui-se também como projeto da entidade não fazer “lutas de raças contra raças”, mas ensinar aos “irmãos negros que não há raça superior nem inferior” porque o que faz a distinção do negro dos outros é o desenvolvimento cultural. (Lima, 1937, falta o nº da p.).

Num período em que o ideário ariano defensor da superioridade da raça branca era pensamento aceito por muitos, a fundação de uma organização que prega a não existência de “raça inferior e superior”, no sentido biológico, é um acontecimento significativo.

Consideramos que compete aqui uma reflexão mais detalhada do conceito de “raça” que circula o contexto da entidade. Os organizadores do movimento conclamam aos pertencentes da “raça” de Patrocínio, Luiz Gama, Antonio Boabab, Henrique Dias, Paula Nei, André Rebouças, dentre outros, a juntarem-se a eles.

No intuito de valorizar a “raça” negra, procurava-se a identificação com personalidades que sobressaíram no cenário nacional e internacional. Nesse sentido, referência à “raça” é feita em nível de exaltação. Disso resulta que aquilo que para a sociedade discriminatória é negativo passa a ser positivo para o negro. A consequência disso é que o conceito de “raça” passa a ser visto como componente de identidade social e não biológica.

Apesar da estigmatização sofrida pela marca étnica, os negros concentram nesta marca o potencial para sua revalorização. Regina Pahin Pinto, analisando a construção do negro sobre sua identidade de negro comenta o seguinte:

(...) Portanto, a despeito do contexto extremamente negativo que envolvia o negro, observa-se um momento no sentido de valorizá-lo, chamar atenção para seus feitos, para as personalidades negras que se destacaram nos diversos setores da vida nacional, inclusive negro escravo, procurando-se ressaltar a sua rebeldia perante sua condição. Há uma procura de pontos positivos. (Pinto, 1993, p.277).

A atitude dos negros em não se aceitarem como “raça inferior”, fruto de uma política estatal e acadêmica que visava colocá-los como inferiores, é fator importante e demonstra que a população negra, apesar de todas as adversidades, não aceita de forma passional a situação a que é submetida.

Voltando a reflexão da semelhança da Frente Pelotense e Pernambucana, José Vicente, em sua obra *Xangô* (1937), registra dados que corroboram nossas considerações. Os objetivos da entidade pernambucana são idênticos aos da entidade gaúcha, que se apóia nos seguintes pontos:

(...) Auscultando as aspirações do Povo Brasileiro e a necessidade da nossa gente que se esforça por libertar-se da escravidão do analfabetismo, foi que fundamos a nossa congregação que pela sua munificência e seu amplo programa de “Frente Negra Pelotense”.

Tratando-se de uma organização estritamente autocéfala, sem nenhuma ligação política ou ideologia sectária, tendo como única finalidade promover o levantamento moral, físico, social e intelectual da raça.

“A Frente Negra Pelotense” não é uma entidade de competição racial e sim de cooperação cívica para melhor espalhar entre os elementos negros brasileiros aqui domiciliados os raios divinos e vivificadores da fulgurante luz da – INSTRUÇÃO.

Obedientes aos nossos ditames, a nossa congregação não fará distinção de raças, nacionalidades, credos políticos, religiosos, sexos, posições sociais ou idades, entre os que nela desejam ingressar desde que os propostos satisfaçam as exigências de nossos estatutos sociais.

Como finalidade de nossa agremiação, a Frente Negra Pelotense terá como dever: Incentivar com vigor a campanha pró-alfabetização, instrução e educação, especialmente os filhos da Raça. Prestigiar cada vez mais no País o espírito da cooperação interracial ao em vez de competição. Pleitear junto aos Governos o ingresso gratuito nos ginasios secundários e cursos superiores para os estudantes de filhos de negros pobres que pela sua inteligência a isso fiseram jús. Defender a infância negra, preparar a mulher negra para a luta pela vida. Ministrando a juventude feminina os mais sãos ensinamentos, quer na ordem doméstica, profissionais ou intelectuais.

Crear escolas. Organizar caixa de assistência para socorrer os estudantes pobres que por motivos financeiros se virem ameaçados de abandonar os estudos. Instituir prêmios para estimular as crianças com o intuito de despertar no mundo infantil o interesse pela escola, etc.etc.

Certos de que merecemos o apoio da culta população da estremecida cidade damos por apresentada a “Frente Negra Pelotense” que tudo fará para enriquecer moral e intelectualmente a nossa nacionalidade, implantando (assim esperamos) a crença de que os homens só se distinguem pelo – Saber,

e de inaugurar uma era feliz, tanto para Raça Negra como para o nosso glorioso Brasil
Pela Frente Negra Pelotense.

(a)– **Humberto de Freitas.** O Secretario Geral. (LIMA, 1937, p.18,19).

Assim como em Pelotas, o Centro de Cultura Afro-Brasileiro pretendia a integração do negro na sociedade através da conquista das oportunidades e garantias sociais. E essa conquista se daria, principalmente, pela educação.

Do ponto de vista ideológico, conforme podemos observar, houve uma simultaneidade entre o movimento de Pelotas e o de Pernambuco; as entidades defendiam uma organização sem ligação política, promoção e levantamento moral, físico, social e intelectual da população negra, a não competição racial e sim a cooperação cívica.

Entretanto, ao nosso entender, existe uma particularidade na entidade pernambucana: ter se pronunciado especificamente sobre a religião de matriz africana, discussão que não encontramos na entidade pelotense. A pesquisadora Regina Pahin Pinto comenta não ter encontrado, nos seus estudos sobre o negro na década de 1930, referências sobre o culto afro:

Um outro aspecto que chama atenção nesta luta do negro pela identidade nesse momento, é a completa ausência de qualquer referência aos cultos afro nos jornais do período, postura que iria modificar-se completamente nos anos 70. Essa atitude, a meu ver, pode estar ligada com as concepções negativas, em relação à cultura negra de origem afro e, conseqüentemente, também aos cultos afro considerados bárbaros, estranhos, pelos intelectuais”.(...). (Pinto, 1993, p. 302).

A questão que Pinto expõe parece se confirmar nos estudos de José Vicente, que aborda o aspecto cultural da religião de origem africana, Xangô, como um problema que impede a população negra de sair do seu estado de “inferioridade” e novamente recorre à educação como resolução do problema:

Entretanto o Xangô no Brasil, maximé em Pernambuco, que é?
É uma dos aspetos sombrios e truncados da nossa civilização que apesar de sabermos que só mui lentamente poderá se ir libertando, precisamos entretanto, gritar, acordar o brasileiro, arranca-lo do animismo fetichista , aconselhando-o a substituir o ritmo da musica do Xangô pelo ritmo da brasileira inspirada nos seus superiores sentimentos. (Lima, 1937, p.14).

A temática da religiosidade africana, pelo volume de informações disponíveis e complexidade, mereceu no nosso trabalho um item à parte, no qual abordaremos o assunto de uma forma mais detalhada.

Em 1986, o Centro de Cultura Afro-Brasileiro divulgou, em virtude da comemoração dos seus cinquenta anos, através de seu presidente Edvaldo Eustáquio Ramos, ações realizadas pela entidade, dentre as quais se destaca:

(...) a criação e redação do Projeto de Lei que cria o Conselho de De tramitação na Câmara Municipal do Recife, por iniciativa parlamentar do vereador Luiz Néri, matéria que deve ser votada e aprovada ainda neste mês de agosto/86; apresentação de manifestações culturais incluindo Maracatus, Afoxés , Capoeiras, etc.; palestras, representações em diversos eventos, inclusive os Congressos Nacionais Afro Brasileiros de 1937 e 1983, e II Congresso da Tradição dos Orixás ; edição dos Livros “Cantares do Meu Povo” de Solano Trindade; “Xangô” (1937) de José Vicente; “Poemas Negras” (1941) de Solano Trindade; “Seis Tempos” de Poesia” de Solano Trindade; “Poemas de Vida Simples”, de Solano Trindade; “Rumba Negra” de José Vicente, “Associações Culturais, Os Negros e os Partidos Políticos”, José Vicente.

O C.C.A.B promoveu no Rio de Janeiro em 1946 a “Convenção Negra no Brasil numa iniciativa de Solano Trindade, que fez a presença do “Centro” na Antiga Capital Federal, tendo para tão importante realização e imprescindível cooperação de Aguinaldo Camargo, Rute de Souza e Abdias do Nascimento. (Cartilha de divulgação do cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, 1986, p.1).

Um aspecto muito interessante, destacado nas ações do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, é a atuação da instituição junto aos movimentos negros do Rio de Janeiro. A “Convenção Negra”, que, segundo o relato, é uma iniciativa de Solano Trindade e, sendo ele membro da direção do C. C. A. B, é considerado o representante da entidade em outras ações do movimento negro fora do estado de Pernambuco.

2.2. Idealizadores da entidade: acordos e divergências de pensamento

José Vicente Rodrigues de Lima, filho do um carpinteiro Ignácio Rodrigues de Lima e da professora primária Aplinária de Oliveira Lima, nasceu em Recife, Pernambuco, no dia 23 de janeiro de 1911. Conforme suas próprias palavras, segundo ele mesmo deixou registrado, era descendente de “uma família de agricultores negros do Mituaçu dos Creoulos localizado nos vales do rio Gramame, no estado da Paraíba.” (Lima, 1986).



Ilustração 3 - Foto do Arquivo do Centro de Cultura Afro-Brasileiro

A matéria do jornal *Diário de Pernambuco*, intitulada *José Vicente, da Frente Negra: o importante é resistir*, ressalta o apoio da família e do diretor do ginásio Pernambucano para José Vicente prosseguir os estudos e não se deixar abater com as “brincadeiras” dos colegas na escola, pois segundo a matéria “a meninada não deixava por menos, e expressava o preconceito vigente com tintas e letras completas apelidando-o de “macaco”. Sobre o assunto, José Vicente comenta: “foi traumatizante, mas venci isto também”. (*Diário de Pernambuco*, 17/05/1988).

Para José Vicente, vencer significa o fato de ter encontrado, nos estudos, uma realização muito grande. Formou-se contador, economista pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco. Como economista e estudioso da presença negra no Brasil, publicou, dentre outros trabalhos, os livros *Xangô* (1937), *Desajustamento Econômico e Classe Marginal* (1949), *Problemas Pernambucanos*, cujo original foi oferecido ao governador do estado Agamenon Magalhães em 1939 e *Os Poemas Negros de Solano Trindade (Influência do Negro na Poesia Brasileira)*, trabalho que mereceu

sua filiação, proposta pelo antropólogo Arthur Ramos, à Sociedade Brasileira de Etnologia em 1941.

Participou do 1º Congresso Afro-Brasileiro em 1934 e 3º Congresso Afro-Brasileiro em 1982, apresentando trabalhos intitulados *As atividades culturais do Negro no Brasil* e *Estudo sobre o Panteísmo Negro*. Por conta da profissão e estudos, visitou e proferiu conferências em vários países: Itália, França, Espanha, Suíça e Inglaterra.

José Vicente notabilizou-se, a partir dos anos trinta, como precursor do movimento negro no Recife. Juntamente com Gerson Monteiro de Lima, Francisco Solano Trindade e Miguel Barros, fundou, no Recife, em 1936, A Frente Negra Pernambucana.

No ano de 1986, José Vicente Lima, por ocasião do cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, faz um discurso que traz à tona a pessoa de Miguel Barros⁹:

Esta casa tem sido o testemunho dos grandes acontecimentos históricos culturais e também políticos, entretanto estivemos longe de pensar que tivéssemos a feliz oportunidade de falarmos à posteridade dos ideais que nos animaram há 50 anos passados, quando nos empenhamos na continuidade de um trabalho nascente no sul dos Países, precisamente em São Paulo e Rio Grande do Sul, com as fundações da Frente Negra Brasileira e a Pelotense . Recebemos em nosso Estado o jovem artista Barros, o Mulato, que após participação no 1º Congresso Afro-Brasileiro nos convoca para a Fundação da Frente Negra Pernambucana.

Nesta convocação, somente 5 pessoas compareceram, o autor dessas informações, Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo de Albuquerque, Miguel Barros (Barros o mulato), o seu conhecido nome de guerra. Como começar, como caminhar, como nos orientar, nos objetivos que desejaríamos alcançar? Logo cedo compreendemos que não tínhamos somente uma luta contra preconceitos, havia algo mais que precisamos que fosse esclarecido.

As nossas origens existiam sufocadas, sem condições para que pudessem orgulhosamente exibir as nossas tradições brasileiramente mestiçadas, como desejara Barros, o Mulato. Negada a nossa presença cultural, quando na verdade tudo quanto existia nada mais era do que o contato cultural do homem afer denominador comum na colonização brasileira. (Lima, 1986, p. 9- 11).

⁹ O discurso encontra-se na integra no anexo 2

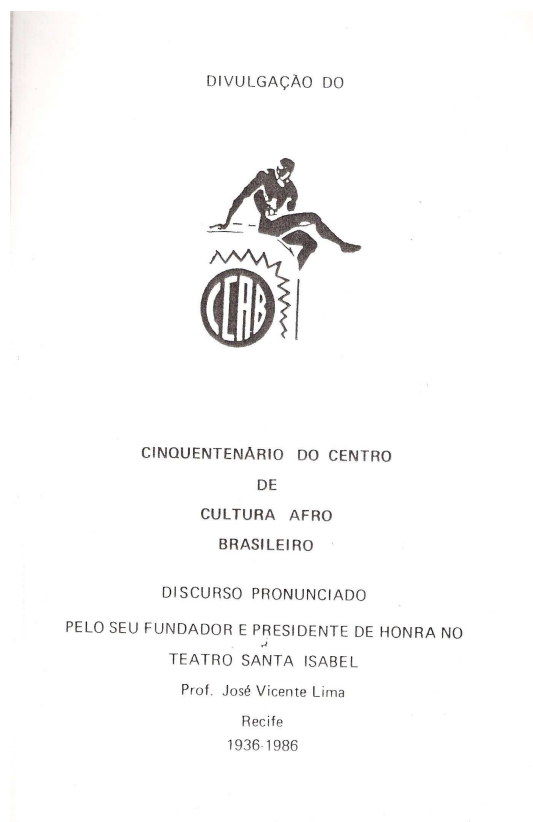


Ilustração 4 - Capa da apostila elaborada por ocasião do cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Arquivo Centro de Cultura Afro-Brasileiro

No registro da fundação da Frente Negra Pernambucana, é destacada a presença de Barros, o mulato que pertencia à direção da Frente Negra Pelotense, apontada como co-irmã do movimento. Esta influência se dará de forma bastante direta, pois os princípios da entidade pernambucana, registrados nos estatutos, são semelhantes aos da organização negra gaúcha.

De acordo com estudos de José Antonio dos Santos, Barros, filho do comerciante João M. Barros, era um jovem intelectual negro, pertencente à classe média da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Acerca de sua militância, o pesquisador relata:

Barros definia-se como mulato, pertencia à classe média, pois era filho de pequeno comerciante e, no entanto, militava em defesa da comunidade negra, formada na sua maioria por operários. Portanto, Barros reconhecia o seu lugar social naquela sociedade como negro, e era nesta trincheira étnica e social que ele militava. (Santos, 2001. p. 112).

Em 1934, Miguel Barros assumiu a redação do jornal *A Alvorada*, representando no mesmo ano a *Frente Negra Pelotense*, no I Congresso Afro-Brasileiro em Recife. Conforme o

depoimento¹⁰, Barros era também artista plástico, tendo realizado várias exposições. Em 1932, foi saudado pelo seu talento pelos jornais *Diário Oficial* e *A Alvorada*. Dentre outros atributos que lhe foram conferidos, destacamos “o orgulho de sua raça e de sua gente”. (Santos, 2001, p. 110).

Sobre a participação de Miguel Barros no I Congresso Afro-Brasileiro, José Vicente Lima relata que Barros, analisando as razões da discriminação contra a população negra na sociedade brasileira, comentara ser a entidade negra “um movimento de verdade, baseado nas raízes”. Disso conclui Lima: “expressões que somente mais tarde seriam mais bem entendidas, com o Professor Arthur Ramos dizendo “deverá haver uma elite de cor conscientizada das suas origens para dirigir e orientar os seus irmãos da raça”. (Lima, 1979: 1)

Na historiografia do movimento, Francisco Solano Trindade é uma personalidade bastante destacada. Solano, como era conhecido, nasceu no dia 24 de julho de 1908 em uma casa da Rua Nogueira, bairro de São José, Recife. Filho de Manoel Abílio e Merenciana, faleceu no dia 20 de fevereiro de 1974, no Rio de Janeiro. José Vicente, em entrevista para o Suplemento cultural do *Diário Oficial*, em 1987, relata sua convivência com Solano Trindade:

(...) Então fundamos a Frente Negra Pernambucana . Num dado momento surge a figura de Solano. Ele foi o fundador da mesa com toalha branca, porque se fazia reunião forrando uma toalha branca. Solano começou a demonstrar e a dizer pra nós o que era como poeta... Então no primeiro livro, que lancei em 37, Solano fez a introdução com os seguintes versos:

Procurei nos terreiros
Os santos da África
E não encontrei
Só vi santos brancos
E me admirei
Que fizeste dos teus santos?
Dos teus santos pretinhos?
Aí dele eu perguntei.
Ele me respondeu:
Meus pretinhos acabaram
Agora, Oxum, Ogum, Iemanjá
Chamam-se São Jorge, São João e N.S. da Conceição.
Basta! Basta de difamação. (Suplemento cultural. *Diário Oficial*, novembro, 1987).

Na mesma entrevista Inaldete Pinheiro Andrade, uma das entrevistadoras, pergunta a José Vicente: “(...) Solano era catimbozeiro?”. José Vicente responde: “Não, pelo contrário,

¹⁰ Apresentamos no anexo nº.5 o texto integral do trabalho que Miguel Barros apresentou no I Congresso Afro-Brasileiro em Recife 1934

era diácono protestante”. Inaldete continua “mas nos seus livros ele dizia...”. José Vicente replica:

Dizia, mas não era. Agora ele, realmente, nas suas poesias, valorizava tudo quanto tinha direito. (...) Nos terreiros de Umbanda, o babalorixá era tido como um homem médico. Como nossa proposta era essencialmente culturalista, veja bem, na turma de medicina de 1936 não constava nenhum negro, não era conseqüente endossarmos a ignorância simbolizada na figura do curandeiro. Porque o negro só poderia ser curandeiro e não médico? O processo de ação social e individual dos negros mostra que a vida deles está impregnada de todo esse componente religioso, uma característica muito forte das culturas negras, daí ele ter influído muito na psicologia do homem brasileiro. Por isso, nós erramos ao combater a Umbanda. Errado, porque assim nós nos colocamos contra o processo científico. Começamos, assim, combatendo o xangô como religião, porque o sacerdote negro estava degenerado. Mas na hora em que nós estávamos indo em cima dos terreiros, denunciando os babalorixás pela incompetência, estávamos indo contra o próprio xangô. Não poderíamos exigir dos babalorixás na época uma conscientização. (Suplemento cultural. Diário Oficial, novembro, 1987).

José Vicente Lima recorre ao paradigma do culturalismo para explicar o impasse da religiosidade dos terreiros. Ele relata que Solano Trindade valorizava as religiões de matriz africana nos seus poemas.

Para a época, tal atitude era uma ação que causava alvoroço, pois, mesmo defendendo a não inferioridade do negro, José Vicente, que era adepto do culturalismo, considerava a prática do *Xangô* um entrave para o desenvolvimento cultural do negro. No seu livro intitulado *Xangô*, Lima vai propor uma ação educativa¹¹, junto aos terreiros, como uma forma de solucionar o problema da população negra. (Lima, 1937, p. 16).

Segundo informações do jornal *Diário de Pernambuco* de 1989, Solano Trindade estudou um ano de desenho no Liceu de Artes, cursando o equivalente ao segundo grau de hoje, “mas isso não o impediu de se engajar no movimento poético onde a Literatura apresentava uma intervenção política”. (*Diário de Pernambuco*. 25/07/ 1989).

Segundo matéria do jornal, assinada por Ivson Queiroz, para Solano Trindade:

(...) “eruditos donos da cultura ocidental” escreviam uma “mensagem cifrada”, destinada aos intelectuais. “Tenho pelos homens da cultura uma grande simpatia, sejam modernos ou acadêmicos; tenho aprendido muito com todos eles, através de seus livros e das suas conversas, porém a minha poesia continuará com o estilo do nosso populário, buscando no negro o ritmo; no povo, em geral, as reivindicações sociais e político”. (*Diário de Pernambuco*. 25/07/ 1989).

A concepção literária de Solano Trindade o fez ser conhecido como o “poeta do povo” e “poeta negro”, razão pela qual, em 1979, a escola de samba Galeria do Ritmo faz uma homenagem a ele através do samba enredo: *Carnaval é música, Música é ritmo, Ritmo é poesia*. Para o evento, é elaborada uma apostila com depoimentos sobre a vida de Solano, da qual encontramos na introdução o seguinte:

FRANCISCO SOLANO TRINDADE, menino pobre do Recife, cantou em belos poemas a sua raça, consagrando-se pela crítica, nacional e internacional um dos grandes poetas negros da AMÉRICAS ao lado de Langston Hugges, o americano do Norte, Nicolas Guillén, o Cubano, Pereda Valdés e Luiz Palés, poetas Latino Americanos e como eles classificado como um poeta do Povo. (Brito, 1979, Recife).

Sobre a categorização de poeta, Solano Trindade comenta: “agrada-me ser chamado de poeta negro e poeta do povo, poeta popular... isso me dá uma consciência exata do meu papel de poeta na defesa das tradições culturais do meu povo, na luta por um mundo melhor”. (*Diário de Pernambuco*. 25/07/ 1989).

Em 1979, cinco anos após o falecimento de Solano Trindade, José Vicente escreveu um artigo intitulado *Solano Trindade, sua luta e sua poesia*. O texto inicia-se com as seguintes considerações:

É possível que eu tivesse talvez exagerado, pela minha profunda ligação emocional com Solano Trindade, o seu grande mérito poético. Somente de uma coisa estou certo, ele foi o grande líder do movimento do que chamávamos na época, de “valorização social do negro brasileiro” e o que ele em seus poemas chamava de abolição número dois. (Lima, 1979, p.3)

Na fala de José Vicente, é evidente a sua admiração por Solano, não só pelo mérito de poeta, mas por ser o “grande líder do movimento”, movimento este que na época foi chamado de *Valorização Social do Negro Brasileiro*. Solano registrou este momento histórico nos seus poemas como *abolição número dois*.

A segunda abolição vai ser apreendida como uma necessidade, pois em 1888 não havia sido capaz de promover a valorização da população negra, abandonando um povo em estado de miséria e privação absolutas. O tema vai ser também abordado por Miguel de Barros no texto que apresenta no *I Congresso Afro-Brasileiro* em Recife em 1934:

¹¹Reiteramos que trataremos do assunto em uma parte específica do trabalho.

A Frente Negra Pelotense entidade que tem por lema: União, cultura e Igualdade, que devem ser invocadas, quando se inicia um movimento, portentoso e inédito do levantamento moral, intelectual e social do negro; de uma raça entregue á si mesma e que não tem outra cousa sinão sua extraordinaria capacidade de trabalho e intelligencia virgem, que deve e merece ser cultivada. Para que essa massa, que foi na submissão, sempre dirigida sem a menor noção de humanidade, impedida de sair do marasmo da inactividade; embargada nos passos para uma arrancada sublime e patriótica, que viria fortalecer, de uma vez todas, uma terra, que se pouco fez, foi somente porque essa grande maioria da população brasileira, vive a parte, no analfabetismo e que necessita de segunda abolição, que desenvolva a mente, para que se interesse , pelos problemas que lhe dizem respeito , que levara ao caminho extraordinario que conduz a evolução humana. (Estudos Afro-Brasileiros. Fundação Joaquim Nabuco, 1988).

Miguel Barros, ao tratar da segunda abolição para a população negra, entende que a primeira abolição, ocorrida em 13 de maio, não teria sido suficiente para tirar o negro da escravidão. Logo, era necessária uma segunda abolição, que seria feita principalmente pelo acesso à instrução.

Em toda a história do movimento, na década de 1930, a falta de instrução será posta como um dos fatores mais evidentes, responsável por levar a população negra à exclusão social. Nesse sentido, o acesso à instrução era entendido como a principal estratégia do movimento na defesa dos seus direitos à cidadania plena. Tal acesso a instrução, que levaria à ascensão do negro na sociedade, é chamado *segunda abolição*.

Analisando escritos da história da entidade, é perceptível a discordância que perpassa os pensamentos de José Vicente e Solano. Dentre os registros, está o de Jomard Muniz de Brito (1979), que pontua as divergências ideológicas e política da militância dos dois fundadores da entidade. Segundo ele:

José Vicente Lima diante de causa representada pela pioneira Frente Negra Pernambucana assumia uma atitude mais empenhada na defesa dos valores intelectuais democratizados. Solano Trindade começava a desenvolver um processo bem mais definido por uma militância política. José Vicente era o mais “estudioso”, o “pesquisador”, e muitas vezes um “repórter” dos acontecimentos” Solano Trindade desejava uma ação mais direta, uma organização mais objetiva, uma solidariedade de classe social em função de transformações mais profundas. (Brito, 1979, p.1).

Nas considerações de Brito, José Vicente Lima assumia a defesa da democratização da intelectualização. Para Lima, o “problema do negro” no Brasil é mais de ordem intelectual. Sobre tal questão, Lima tratará no III Congresso Afro-Brasileiro, com o trabalho intitulado *As atividades culturais do negro no Brasil*. Para ele:

(...) as proclamações das organizações negras deixam claro que somente o desejo de intelectualização se transformaria em escopo para a marcha dos status social, e esta era a grande preocupação dos seus líderes. As frentes negras do passado estavam longe de um movimento culturalista. Foram organizações de luta e combate contra os preconceitos numa sociedade multi-racial e agressiva, que tiveram êxito e repercutiram em todo o país. (...). Os preconceitos são incontestáveis e ninguém nega os fatos ...A ênfase que sempre se dá à posição do homem negro, quando ele a consegue, a exigência que se faz de que ele faça sempre o dobro do que outra pessoa de cor diferente possa fazer normalmente, a intolerância de suas falhas, o pejorativismo usado pelos próprios negros são resquícios de uma sociedade organizada em bases antagônicas, com pruridos não desaparecidos. (Diário de Pernambuco. 24/09/ 1982).

Discorrendo com Gustavo Lima sobre o significado das referências de Brito sobre a militância de José Vicente e Solano Trindade, ele declara:

Na questão da divergência ideológica no grupo da Frente havia uma corrente que advogava criar um partido político. José Vicente era contra a politização do movimento, teve até o afastamento dele. Na reunião que ele teve com o grupo sentiu-se, fora do grupo. Solano inclinou-se para a esquerda, o partido comunista, Abdias ficou na posição de direita. Eles se dividiram, houve certa dispersão. Quando José Vicente falava que não queria politização do movimento ele achava que o movimento, a Frente Negra, devia ser um movimento apartidário, devia ser cultural, de pesquisa, não se envolver com a política. Até depois ele sempre defendeu esta idéia, embora ele tenha participado politicamente de movimento, era ligado a Josué de Castro, Juscelino Kubitschek, João Goulart e a várias figuras políticas, ele não foi nunca candidato, teve convite, mas nunca quis, apesar da participação. (Depoimento, 11 de agosto 2007).

A postura política de Solano Trindade junto ao movimento é motivo de discordância de José Vicente, que sobre o assunto declara:

Chego ao Rio para uma conversa, após a realização de uma “Convenção Negra” na Associação Brasileira de Imprensa. Os ânimos estão inflamados. Solano Trindade ainda lidera, mas é grande a oposição, cada um com suas tendências, Agnaldo Camargo, Abdias do Nascimento representam uma tendência política de Direta, Solano Trindade está na esquerda, conheci Raimundo Dantas, Abigail Moura, neutros e moderados, Ruth de Sousa era apenas uma estreante como outros negros, ficaram nos meios termos. Eu

advoguei o afastamento de todas as tendências para garantir a unidade de um movimento de maior profundidade dentro dos objetivos já à nossa vista. O Teatro Experimental do Negro vem nascendo, a Revista Temário e Quilombo também, embora sem a minha contribuição. Se bem que respeitado, senti-me marginalizado no movimento. Senti também que Solano estava comprometido com as esquerdas e partindo para a Fundação do Partido Político dos Negros, o que determinou da minha parte um artigo violento com a minha discordância. (Lima, 1937, p. 1).

José Vicente e Solano Trindade estiveram juntos em vários momentos do movimento em 1945. Na *1ª Convenção Negra*, as divergências internas eram evidentes. Segundo Lima, que resalta os resultados da convenção, a criação do *Teatro Experimental do Negro* e depois o *Teatro Popular Brasileiro*, levado pelo próprio Solano Trindade a Helsink, na Finlândia:

O Teatro Experimental do Negro encena as peças de Eugene O'Neill, “O Imperador Jones”, e “William de Shakespeare”, “Otelo e o “Mouro de Veneza”, Abdias do Nascimento, dramaturgo, encena “Sortilégio – o Mistério negro, peça muito discutida, por mim principalmente, o conflito esperado se deu e as divergências continuaram. Solano fica entre o Rio e São Paulo, agora apoiado pela Associação dos homens de cor de São Paulo. Funda o Teatro Folclórico Brasileiro, dirigindo o elenco e prepara a viagem de exibição a Helsink.

Orienta o Teatro Estudantil do Rio e de São Paulo, estivemos juntos, nesta ocasião a maré está muito turvada, as prisões se tornam freqüentes denunciando-se cada vez mais o seu comprometimento embora sem militância. Neste último encontro, o Condestável está seriamente doente pelas prisões sofridas, maltratados e vida desregrada, enquanto a inspiração poética toma dimensões imensuráveis. (Lima, Recife, 1979, p.4).

No relato do encontro, José Vicente Lima atribui a Solano Trindade a expressão “o Condestável”. Lima relata que, ainda em 1979, estaria entregando à publicidade um livro sobre Solano, classificando-o de “O Grande Condestável do movimento negro no Brasil”. Infelizmente, não encontramos a obra, o que nos permitiria, sem dúvida, o aprofundamento da declaração.

Entretanto, diante das declarações, é evidente que Solano Trindade havia aderido ao pensamento de correntes políticas de esquerda; para Gustavo Lima, “o partido comunista”. O militante vai sofrer pressões, sobretudo pelas atuações nos movimentos do Rio de Janeiro. Sobre este assunto, escreve José Vicente:

(...) É 1946, cinco anos depois, este período ele é tutelado pelo, o Mulato, que aos poucos vai se tornando um Pintor ou artista Burguês, pretendendo impor normas ao poeta que repele as suas intenções, como também repelira as minhas de mandá-lo se afastar do movimento negro no Rio de Janeiro, pelo envolvimento com os políticos de esquerda. (Lima, 1979, p.3)

Percebemos uma precaução por parte de José Vicente, levando-o a exigir enfaticamente que Solano se afastasse da política de esquerda, possivelmente por considerar perigoso para ele. Mesmo com a volta do regime democrático, em 1945, a fase anterior da política, em geral, reflete sobre José Vicente, quando ele cria mecanismo de defesa para não se pronunciar sobre os problemas políticos abrangentes, uma vez que ele mesmo havia sofrido perseguições, censura e controle do Estado. Sobre este assunto relata:

Não éramos muitos, mas suficiente para sentarmos numa mesa da Leitaria Vitória, na Rua do Imperador Pedro II e após “uma papa e um café pequeno”, falávamos sobre o problema. Recebemos estímulos, e até coluninha num canto dos jornais do que nos aproveitamos bastante, embora submetidos à implacável censura de Jaime de Santiago e Edson Moury Fernandes, este último Delegado da Ordem Política e Social. Fui chamado por Edson, na Secretaria de Segurança, para ser aconselhado como um ex-colega do velho Casarão do Ginásio Pernambucano, “acabar com Afro- Brasileirismo aqui”, entre nós não existe preconceito, me dizia ele, quando pretendi fazer uma festa e publicar um artigo mais amplo no dia 13 de Maio. (Lima, 1979, p. 2).

Evidentemente, havia uma preocupação de José Vicente quanto às investidas do poder de perseguição e censura do Estado ao movimento. No entanto, é preciso destacar que, para ele, o movimento deveria fazer a transformação pela cultura, pela intelectualização da população negra. Nesse aspecto, Solano Trindade pensava em um movimento social que viesse de uma solidariedade de classe social com mudanças profundas nas relações da sociedade brasileira. Solano é diferenciado nos registros que encontramos como “o poeta militante”, que estava profundamente envolvido com as camadas populares desfavorecidas, conforme verificamos no seguinte trecho:

Na poesia de Solano Trindade, a presença do povo nunca é uma abstração, um conceito demagógico, uma noção vaga, mas uma carnal concreticidade. As águas do rio e a lua são motivações tão presentes quanto Mariana ou Yemanjá: deusas de carne, fluidos de prazer, “poemas de amor”. Amor forte como o desejo de libertação. Amor sem adjetivos, assim como a busca de emancipação.

Na “Canção à Minha Cidade Natal” surge o Recife da perspectiva das camadas populares, desfavorecidas, oprimidas mesmo. Recife das “operárias cigarreiras”. Cidade “pra onde o poeta não volta” para não perder a saudade”. Recife das festas do povo, das comidas com cheiro de povo, das amarguras e alegrias do povo. No tempo em que se brincava o “melhor carnaval do mundo”. (Brito, 1979, Recife, p. 2).

É observável, no relato da história do movimento, o destaque dado à militância de Solano Trindade, que trazia, para os membros da entidade, reflexões sólidas sobre a situação da população negra na sociedade brasileira. Nesse contexto, é interessante mencionar o destaque dado por Lima à estatística que Solano apresenta:

Éramos cinco apenas: Francisco Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo de Albuquerque, José Vicente Rodrigues Lima e Miguel Barros, o Mulato. O que sabíamos, até então, era a existência dos preconceitos, e tomamos conhecimento da monstruosa estatística feita por Solano Trindade, onde se verificava a ausência quase que completa do elemento negro nos Cursos Superiores das carreiras de prestígio social” (Lima, 1979, p.1).

No capítulo II do livro *Xangô*, intitulado *O que querem as associações dos elementos de côr e as Frentes Negras organizadas no Brasil*¹² de José Vicente, encontra-se um texto com informações sobre o “Centro de Cultura Afro-Brasileiro”. Solano Trindade aparece assinando a redação como Secretário Geral da entidade. Em seguida ao texto, é apresentada uma estatística sobre a situação do negro no Brasil, provavelmente é a mesma que Solano Trindade realizou. A estatística mencionada na obra de José Vicente é a seguinte:

Profissões:

5 Negros em cada 1000 Medicos
 5 Negros em cada 1000 Advogados
 10 Negros em cada 1000 Auxiliares no Comercio
 30 Negros em cada 1000 Funcinarios Publicos
 2 Negros em cada 1000 Negociantes
 999 Negros para cada 1000 Domesticos
 997 Negros para cada 1000 Trabalhadores de serviços de carregaçãõ.
 10% de negros casam com suas iguais.
 90% de mulheres negras são desvirginadas e jogadas à prostituição pelos proprios negros, mestiços, claros e brancos. (Lima, 1937, p. 21).

A estatística do Centro de Cultura Afro-Brasileiro já divulgava, na década de 1930, a população negra predominantemente alijada do mercado de trabalho. Em sua maioria, viviam em precárias condições de saúde, moradia, por meio de biscates ou eventuais empregos, conforme observa José Vicente:

(...) negros, mulatos e brancos, intéletuais do Brazil precisam saber que existem milhares e milhares de negros ainda na roça, ainda empurrando carroças, ainda engraxates, ainda rudes operários de fabricas, carpinas e marceneiros, ainda brutos, ainda inferiores, ainda de chapéo na mão falando tremulo com o Doutô... sô Douto... sô Douto... (Lima, 1937, p.23).

¹² Texto apresentado na íntegra no anexo 01

Na estatística, embora os dados referentes à população negra não tragam especificados a origem das informações, o registro nos permite fazer algumas considerações. Dentre elas, o fato de o grupo se preocupar em se respaldar com informações e números que indicam a posição de desigualdade social dos afrodescendentes na década de 1930.

Em entrevista de José Vicente, o artigo do jornal *Diário Pernambucano* faz menção à conjuntura vivida pela população negra:

(...) Na tentativa de redenção do negro, partiu a Frente Negra para fazer um levantamento sobre a presença do negro nas profissões liberais. E constatou o óbvio: numa turma de 100 ou mais médicos, quando muito existiam um ou dois negros nas fotos de formatura. E a proporcionalidade valia para as profissões de status reconhecido, ou em desenvolvimento. (Diário de Pernambuco, 17 de maio de 1988).

José Vicente Lima constatou outro aspecto mais complexo da relação negro/branco no contexto social: quem ultrapassava as barreiras econômicas, cursava faculdade e construía um patrimônio profissional, esbarrava numa outra porta, a de não se assumir como negro. Como exemplo da não aceitação da condição negra, Lima relata uma experiência que viveu durante uma viagem a Maceió, para divulgar seu livro *Xangô*:

Lá conheci dois negros que tinham se projetado social e profissionalmente. Um o dr. Rodrigues de Melo, primeiro promotor público da capital, que discutia a condição de discriminação racial e outros temas. O outro, um dentista conhecido como dr. Moeda, não admitia que se tocasse no assunto. Era um exemplo da barreira maior: quando a gente não se reconhece como negro, estamos formando na frente dos brancos.

E assumir a cor a ideologia dos brancos, passando a sentir a cor da pele como um defeito, ou “culpa” inerente à sua condição racial, é um processo quase que automático, principalmente para a criança ou adolescente negro de classe média ou média alta. Afinal, quando o negro está nas favelas, nos cortiços, na condição de semi escravo, junto com outros brancos, ele é pouco discriminado. Ninguém alega a um servente a uma empregada doméstica sua condição racial: nem vizinhos de uma favela impedem seus filhos de namorarem ou casarem com negros. Mas quando o negro ascende, através dos estudos, ou porque tem família economicamente bem colocada, a uma profissão de status, aí ele sabe e sente o que é preconceito. (Lima, 1937, Secção B. p.1).

Diante de todos os documentos e registros aqui descritos e analisados, pudemos conhecer a história da Frente Negra Pernambucana no Recife e sua continuidade na transformação em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Além disso, pudemos notificar o nosso

encontro com a documentação desse movimento social de maioria negra, deparando-nos com questões e parte dos pensamentos dos organizadores da entidade.

CAPÍTULO III

A PRÁTICA DE XANGÔ EM PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1930

3.1. A prática de xangô em Pernambuco na década de 1930: disciplinação e controle x estratégia e resistência

Eles estavam só preocupados, não com o movimento negro, estavam preocupados com o processo religioso. Perseguiram os terreiros, tanto que o meu livro lançado em 37, para meu desgosto, era um livro de combate, nós combatíamos os terreiros. Nós começamos, neste particular, errados. (Lima, 1987, p.8).

A citação acima é decorrente de uma entrevista concedida por José Vicente Rodrigues Lima ao jornal do *Suplemento cultural do Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, em novembro de 1987. Ela traduz não só a perseguição que as religiões de origem africana sofreram pelo poder público institucional, através de suas representações nos estados, como também reflete o pensamento de José Vicente Lima em relação aos terreiros de candomblé, denominados “Xangô”, em Pernambuco.

Como já mencionado nos capítulos anteriores desta tese, em 1937, José Vicente Lima publica um livro intitulado *Xangô* no qual relata os estudos que realizara nos terreiros da cidade de Recife. Na introdução da obra, ao expressar sua opinião sobre os xangôs, Lima revela, em seus agradecimentos, sua relação com três atores sociais: os representantes dos terreiros, os Babalorixás (denominados de pais de santo), os militantes do movimento negro: Miguel Barros, Solano Trindade e o psiquiatra Dr. Pedro Cavalcanti, assistente do Serviço de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas. Lima expõe:

O Xangô, será pois neste libreto, encarado num duplo aspéto social e religioso. Classifico-o de cancer e de ulcera que sangra urgindo ser curada. Nos elementos Afro-brasileiros é que sentimos a dôr desta ferida que parece querer escorrer nas fibras vitaes de nossa existência que desabrocha. Aqui, nossa gratidão, ao dr. Pedro Cavalcanti assistente do Departamento da Assistência A Psicopatas à quem devemos a facilidade de nossas observações .

Minha eterna e imorredora gratidão a Miguel Barros, a cuja dinâmica, jovem e itelligente colaboração, muito e muito, deve este livro. A Solano Trindade e meus companheiros de observações, a Antonieta Martins Pereira que tanto me estimulou, a José Amaro Feliciano e todos os Paes de terreiro que gentilmente nos acolheram, meus sinceros agradecimentos. Recife, Junho de 1937. V.L. (Lima, 1937, p. 9)

Em face desses dados, nossa proposta é desvelar as relações sociais e históricas dos terreiros envolvidos nos relatos de José Vicente Lima, trazendo para o debate informações referentes não somente a repressão às religiões de origem africana, mas também dados das estratégias que os atores sociais freqüentadores dos terreiros tiveram de desenvolver para sobreviver às violentas perseguições.

Nessa perspectiva, nosso trabalho reconhece como sujeitos da história do movimento negro não só as pessoas organizadas em entidades como a Frente Negra Pernambucana e/ou o Centro de Cultura Afro-Brasileiro, mas também a população negra organizada nos terreiros de xangôs, em Pernambuco, nos anos trinta. É importante considerar que tais grupos sofreram as conseqüências de um Estado racista, preconceituoso, apesar de terem possuído posturas diferenciadas diante da religião de origem africana.

A atitude de José Vicente Lima, frente a prática de xangô, foi discriminatória, tratando-a como “uma chaga aberta que sangra e que precisa ser curada”, por entender que os cultos afros faziam parte da cultura inferiorizada. (Xangô, 1937, p. 34).

Consideramos importante destacarmos que estamos falando dos pensamentos de José Vicente Lima na década de 1930, posteriormente ele modifica suas opiniões em relação a religiões de origem africanas.

Em entrevista concedida para o Suplemento cultural do Diário Oficial do Estado de Pernambuco em novembro de 1987, quando indagado por Inaldete Pinheiro militante do MNU (Movimento Negro Unificado), se “em [1937], Getulio Vargas tinha fechado.” a Frente Negra Pernambucana, José Vicente responde:

Não, eles estavam só preocupados, não com o movimento negro, estavam somente preocupados com o processo religioso. Perseguiram os terreiros, tanto que o meu livro lançado em 37, para meu desgosto, era um livro de combate, nós combatíamos os terreiros. Nós começamos, neste particular, errados. (Lima, 1987, p.8).

Em outra entrevista para o jornal *Diário de Pernambuco*, há outro relato expondo a mudança de opinião de José Vicente sobre a prática religiosa dos cultos afros, como pode ser verificado no trecho que segue:

Na década de 80, por toda a sua luta, no contexto cultural em que viveu sua juventude, José Vicente Lima reconhece alguns equívocos que cometeu nos primórdios da Frente Negra de Pernambuco. Na época condenava a prática de Xangôs e macumbas dos negros, influenciado pela idéia corrente entre os brancos de que os ritos eram coisa de gentinha, e também movido pelo desejo de projetar numa atividade e num futuro melhor de seus irmãos de

cor. Hoje reconhece que são exatamente estes ritos, juntamente com tantas outras manifestações culturais, que permitem a sobrevivência do negro, mesmo o mestiçado com branco e índios, brasileiro enquanto raça. (*Diário de Pernambuco*. 17/05/ 1988).

Nos depoimentos acima, verificamos a visão de um militante do movimento negro que viveu em décadas diferenciadas, concebendo, em cada uma delas, maneiras diferenciadas dos estudos do negro no Brasil.

A entrevista em que Lima relata o seu equívoco sobre a religião de origem africana é concedida na década de 80, época em que a questão de identidade com as religiões africanas é considerada como relevante, principalmente sob a influência dos movimentos negros da década de 70, os quais se voltam para a valorização das raízes africanas, concebendo a questão do negro como uma demanda conjunta, que envolve classe, raça e cultura. (Bernardo, 1998, p. 16).

No nosso trabalho, analisamos as relações dos xangôs de Recife da década de 1930, atendo-nos a três obras publicadas na época: *Xangô* e *Xangôs do Nordeste*, de José Vicente Lima e *Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*, de Gonçalves Fernandes.

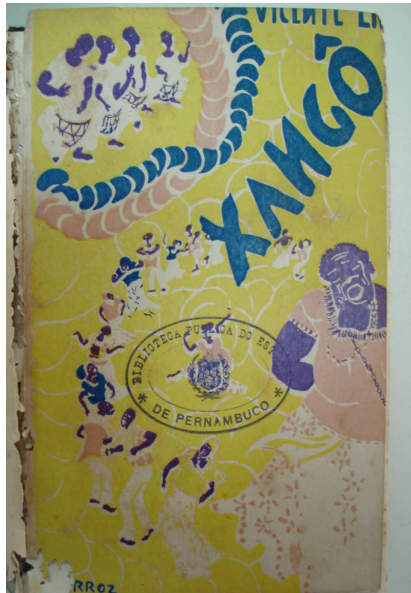


Ilustração 5 -Capa da obra *Xangô* de autoria de José Vicente Lima -1937



Ilustração 6 - Segunda capa da obra *Xangô* de autoria José Vicente Lima - 1937

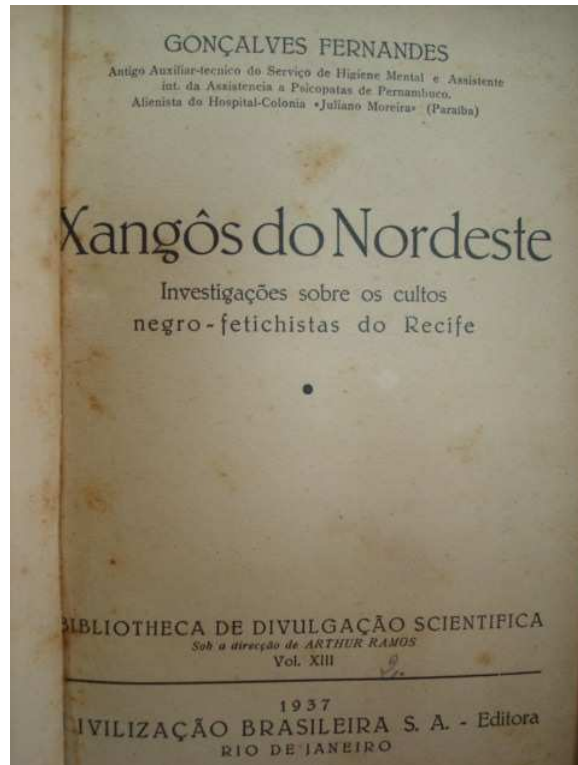


Ilustração 7 - Segunda capa página da obra *Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*, de Gonçalves Fernandes – 1937.

A partir da análise dessas obras, pretendemos colocar em questão a ação dos intelectuais acadêmicos, a medicina psiquiátrica e o poder público junto aos xangôs da cidade de Recife, uma vez que tais segmentos acionaram mecanismos de controle e disciplinação para religiões de origem africana.

Buscaremos, principalmente, analisar as ações individuais e coletivas de resistência que os praticantes do xangô tiveram que desenvolver diante das ações institucionalizadas dos órgãos de repressão e controle da religião de matriz africana.

Com isso, procuramos desvelar as implicações históricas das práticas de vigilância e repressão exercidas pelos meios oficiais sobre os membros das religiões afro-brasileiras. Trata-se, sobretudo, de evidenciar o caráter racista dos órgãos institucionais de repressão social, argumentando assim que tais ações faziam parte de uma política de Estado que concebia a população negra como “inferior”, mesmo quando se posicionavam contra a repressão policial nos terreiros, como é o caso de Ulisses Pernambucano, diretor do Serviço de Higiene Mental.

Para interpretar as relações, buscaremos nas categorias de análise de grupos específicos e diferenciados um suporte metodológico para investigar os grupos religiosos de origem afro que foram alvo da repressão institucionalizada.

Essa metodologia interpretativa foi estudada por Clóvis Moura (1988), que aborda o tema da resistência como gerador da organização da população negra no período escravista e pós-abolição, frente aos sistemas de barreiras sociais a que foi submetida.

Segundo Moura (1988), para chegar aos grupos específicos e diferenciados como categorias de análise, em uma sociedade com diferenças de classe, parte da compreensão teórica do conceito de classe social deriva em dois termos: *classe em si e para si*:

(...) O conceito de classe social é tão fecundo em vastas áreas de pesquisa macrosociológica, subdivide –se em classe em si e para si. Essa dicotomização do conceito vem possibilitar a análise da classe desde a sua formação e emergência, quando ela é apenas objeto na estrutura social, até a fase mais plena da sua afirmação na sociedade, quando adquire consciência de que existe e somente em confronto e fricção com outras que comprimem no espaço social pode reconhecer-se como específica, isto é, com objetivos próprios e independentes. (Moura, 1988, p. 110).

Os dois termos classe “em si” e “para si” desdobram-se em dois conceitos de análise: grupo diferenciado e grupo específico. Mesmo quando a classe dominante cria uma ideologia abrangente e dinâmica, os grupos que estão em oposição a esta classe, em relação a condições sociais e econômicas, também desenvolvem valores com os quais se protegem do sistema que os oprime. (Moura, 1988, p. 110).

A consequência desta relação de interesses antagônicos é a formação de grupos específicos de resistência que, “dentro de uma sociedade contraditória e conflitante, procuram, nos diversos níveis e de diversas maneiras, organizar-se contra o processo de compressão e peneiramento econômico, social e cultural que as classes dominantes lhe impõem”. (Moura, 1988, p. 110).

O grupo específico, para não ser extinto ou anulado nas suas ações, à medida que sente a atuação das forças repressivas, desenvolve e reúne valores particulares a seu grupo.

A organização da população negra no Brasil, grupo social que se desenvolveu desde a chegada da população africana, transformados em escravizados, se organizam para sobreviverem ao sistema escravista e conservar os seus costumes e culturas que o poder dominante tentou, mas não conseguiu destruir. Segundo Moura, o sistema escravista:

(...) como um todo compacto e fechado, não permitia que o escravo adquirisse consciência da sua aceitação social, fato que o impedia de formular uma ideologia capaz de desaliená-lo completamente. Por isto mesmo, começa a organizar grupos tópicos de diversos conteúdos para reencontrar-se como ser. (Moura, 1988, p. 111).

Assim sendo, os grupos específicos foram criados pelos escravizados e ex-escravizados, durante o regime escravista, e pela população negra no período pós-escravidão, persistindo até os dias de hoje.

Os grupos de fugas individuais e coletivas, a forma de lazer do negro, a sua religião, os aspectos econômicos, a resistência armada, os grupos musicais, culturais, enfim, todos os grupos criados pelos escravizados e ex-escravizados são exemplos dados por grupos específicos de resistência, sendo reprimidos por causa disso.

Clóvis Moura, nos seus estudos, refere-se a “grupo diferenciado” quando um grupo é diferenciado por outro grupo com marcas específicas de aceitação ou rejeição, dependendo dos valores determinados por estratos superiores desta sociedade.

Nesta acepção, o grupo passa a ser específico na medida em que sente a forma diferenciada com a qual é tratado e, com isso, procura desenvolver estratégias de integração na sociedade. Segundo Moura,

Quando nos referimos a grupos específicos, estamos encarando a mesma realidade em um outro nível de abordagem e em outra fase de desenvolvimento ideológico. Procuramos, com este termo, designar do ponto de vista interno do grupo os padrões de comportamento que são criados a partir do momento em que os seus membros se sentem considerados e avaliados através de sua marca pela sociedade. Em outras palavras: o grupo diferenciado tem as suas diferenças aquilatadas pelos valores da sociedade de classes, enquanto o mesmo grupo passa a ser específico na medida em que ele próprio sente esta diferença e, a partir daí procura criar mecanismos de integração na sociedade. (Moura, 1988, p. 116-117).

O grupo é diferenciado enquanto não tem consciência, não interioriza as diversas maneiras pelas quais é diferenciado, sendo, por isso, um componente passivo na sociedade. No entanto, quando o grupo é cômico da diferenciação a que é submetido por conta das marcas que possui, torna-se específico, encarando suas marcas como algo positivo. Sobre este assunto, comenta Moura:

Enquanto ele é simples grupo diferenciado, através de critérios de julgamentos exteriores – é apenas objeto, simples elemento componente da sociedade como todo, funcionando como massa passiva do contexto social. Ainda não tem interioridade, conteúdo. Mas, quando passa a sentir-se

diferenciado pela sociedade global, isto é, pelos demais grupos que não possuem a mesma marca diferenciadora e, por isto mesmo, é separado por barreiras e técnicas de peneiramento no processo de interação, ele adquire consciência dessa diferença, passa a encarar a sua marca como valor positivo, revalorizando aquilo que para a sociedade o inferioriza e sente-se um grupo específico (Moura, 1988, p.117).

É com esta visão metodológica que iremos desenvolver o estudo a que nos propusemos, isto é, considerando as comunidades de xangôs de Recife da década de 1930 como grupos específicos que tiveram de desenvolver aspectos particulares organizativos frente às políticas de controle e disciplinação da classe dominante que se auto-identifica como “superior”.

Neste trabalho, a classe dominante é representada pelos órgãos institucionalizados “Serviço de Higiene Mental e da Assistência a Psicopatas”, “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes”.

Segundo estudos de Maria Concepta Padovan, o Serviço de Higiene Mental em Pernambuco é o “primeiro do gênero criado no Brasil, deveria ser o responsável pelo esclarecimento e educação sobre as doenças mentais, no que se referia a suas causas, curas e prevenções”. (Padovan, 2007, p. 2-3).

Citando os estudos de Zuleica Dantas Pereira Campos, Padovan constata que, com o advento do Estado Novo, com a ascensão de uma elite muito católica no poder, acentuou-se a repressão por parte do governo às religiões de matriz africana “uma vez que não foram mais permitidas licenças de funcionamento de espécie alguma”. Todos os cultos considerados “baixo espiritismo” estavam proibidos. (Padovan, 2007, p.3).

Para Agamenon Magalhães, governador de Pernambuco na época, a interferência do Serviço de Higiene Mental tinha como objetivo combater um “mal” que estava associado ao crime, à selvageria, à luxúria, e ao charlatanismo, precisando ser combatido para a “manutenção da ordem”. Na cidade de Recife, em Pernambuco, vão ser criadas a “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes”.

Segundo Campos:

(...) em consequência do processo de escravidão, a religião dos negros passou a ser vista, pelas elites brasileiras, como estratégias de resistência social e cultural ao sistema de dominação existente. Nascem, a partir daí, os mecanismos para justificar as técnicas de repressão, ou seja, da mesma forma que se justificava a escravidão do negro, pela sua condição de bárbaro, justificava-se a perseguição a suas religiões por serem fetichistas, animistas, contribuindo para a propagação de elementos dissolventes, em nossa sociedade.

No processo de legitimação e de integração social dessas práticas religiosas, a resistência às tentativas oficiais de destruí-las, se manifestou em diversas ocasiões e sob diferentes formas. Inúmeros atos de rebeldia estão registrados na Delegacia de Ordem Policial, o que leva a acreditar que os afro-umbandistas não formam agentes passivos diante do autoritarismo que marcou o período. (Campos, 2001, p. 247).

É num contexto social extremamente desfavorável que os praticantes da religião de matriz africana exerceram a sua crença. Ao mesmo tempo em que resistiam aos padrões religiosos católicos, tornando as suas crenças como basilares, esses praticantes foram compelidos a ajustar tais crenças ao ambiente natural, social e político em que viviam. (Campos, 2001, p. 248).

Como já mencionado anteriormente, buscamos nos estudos registrados nas obras *Xangô*, de José Vicente Lima, e *Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife*, de Gonçalves Fernandes, as informações para nossas análises.

As obras retratam a atuação do Serviço de Higiene Mental e outros órgãos de repressão, revelando o pensamento da psiquiatria da época em que foram requisitados para atuar junto aos xangôs de Pernambuco.

Segundo matéria do *Jornal de Pernambuco* de 24 de junho de 1934, “data do começo de junho de 1932 o início do contacto do Serviço de Higiene Mental, com as seitas africanas da capital”, Recife.

Gonçalves Fernandes (1937), assistente do Serviço de Higiene Mental na época, registra em sua obra as características das pessoas que participavam das comunidades religiosas dos xangôs em Recife. Segundo ele,

Os babalorixás sacerdotes, sacerdotes pais de santo, filhos e netos de africano na sua maioria, outros crioulos, e até pardos como Néri são dirigentes do culto. A sua companheira chamam-se mãe grande. Nos terreiros dirigidos por mulher, esta toma o nome de ialorixá, mãe de terreiro ou mãe de santo. Ambos marcam aos tocadores de adufo (pequenos tambores que são batidos com as mãos diretamente) durante os toques, nome que dão às suas cerimônias, tiram as invocações, as toadas, fazem sortilégios, presidem os sacrifícios e preparam os orixás. São ainda conselheiros e algum praticam entre seus filiados o curandismo. (Fernandes, 1937, p. 43, 44).

Em uma outra passagem, Fernandes descreve características profissionais das pessoas que freqüentam os terreiros, acentuando que não são bem vistos “pelos de cor” do proletariado e pequena burguesia, causando aos brancos curiosidade e receio. O autor também faz referência às atividades do Serviço de Higiene Mental, observando que:

Os filhos de terreiros são indivíduos que ocupam de profissões humildes (lavadeiras, cozinheiras, operários rurais, pedreiros, etc.). Deve-se acentuar que não são bem vistos pelos de cor das massas proletárias e pequena burguesia, causando aos brancos de todas as classes apenas curiosidade, quando muito um vago receio de bruxaria e catimbó...

O Serviço de Higiene Mental de Pernambuco investigando as religiões chamadas de inferiores, no Recife, acompanhando de perto as suas práticas e atividade de controle, para qualquer intervenção de profilática necessária. (Fernandes, 1937, p.118-119).

A intervenção profilática a que o autor se refere inclui higienização mental. Na psicologia, as práticas higienistas objetivavam avaliar a qualidade mental das diferentes “raças” que compunham a nação.

A esse respeito, Pedro Cavalcanti (1933), que trabalhou no Serviço e Higiene Mental na equipe de Ulisses Pernambucano, desenvolvendo pesquisas nos xangôs de Recife, justificou a necessidade dos estudos sobre as religiões de origem africanas pelo S. H. M, argumentando que o mesmo contribui, se preciso for, para uma ação profilática, sobretudo no que se refere às religiões de origem africana, denominadas como “inferiores”. Segundo Cavalcanti:

“As religiões, principalmente as inferiores, desenvolvendo anormalmente a cultura do sub-consciente crêem manifestações morbidas do ‘automatismo psicológico’ de Janet. (...). A massa, reflexo servil do ‘condutor’ ou do profeta pôde chegar assim às grandes manifestações do misticismo (Joazeiro, do Padre Cicero) ou a reações anti-sociais (Canudos, Antonio Conselheiro). Em um caso como no outro a Higiene Mental tem de estar alerta. Os delírios nem sempre inofensivos para a coletividade que assim se geram, devem ser prevenidos. (...). De qualquer modo acompanhar essas manifestações é ficar armado de elementos para uma intervenção profilática em momento oportuno”. (Cavalcanti, 1933, p. 68).

Como podemos verificar através de tais depoimentos e registros, a religião de origem africana foi um dos alvos prioritários dos órgãos de repressão policial, os quais, sob a ótica do racismo, com bases eugênicas, viam a religião como uma manifestação “inferior”, perigosa para a moral predominantemente católica, como também para a saúde mental coletiva.

Ainda nessa linha de pensamento racista, a intervenção profilática junto à população urbana empobrecida e marginalizada, reconhecida nos afrodescendentes era, segundo a psiquiatria da época, necessária, uma vez que era tida como um grave problema urbano e sanitário, devendo ser tratado e controlado, pois, do contrário, conduziria o Brasil ao caos social, pois acreditava-se que havia na população negra e mestiça uma predisposição hereditária.

Todas estas ações estavam interligadas à preocupação de um país desejoso de “civilizar-se” rapidamente; daí não serem bem-vindas quaisquer manifestações religiosas de origem africana, uma vez que eram consideradas “primitivas”. Nesse contexto, uma grande questão se impunha: como atingir os níveis de uma sociedade civilizada com um país nitidamente mestiço? A esse respeito, argumenta Oliveira:

Em inícios do século XX, o discurso psiquiátrico amparado por teorias médicas e da criminologia – Sanitarismo, Eugenia e Degenerescência - ampliou seus raios de ação à sociedade legitimando-se, sobretudo, por arcabouço político/jurídico. Assim, esses discursos, quando materializados, tornaram-se, em pouco tempo, eficazes instrumentos dentro do processo de normalização da sociedade brasileira, em especial nas classes consideradas subalternas, promovendo perseguições, prisões e privações dos direitos de incontáveis homens, mulheres e crianças. (Oliveira, 2007, p. 1).

Ainda nos relatos de Fernandes, podemos observar que os terreiros, que eram afastados da cidade, localizados em lugares com características rurais, eram freqüentados por uma população empobrecida, vítima da repressão policial constante. Os adeptos da religião eram tidos como praticantes de bruxaria e ações demoníacas. Assim sendo, além de sofrerem as investidas dos órgãos de repressão, também eram alvo das investidas de jornalistas e estudiosos da religião de origem africana.

De acordo com Fernandes,

Afastados de outras casas, no meio de sítios cercados, em arrabaldes de grande intensidade de população pobre, eram apontados os Xangôs no Recife como centro de bruxaria. Dessas casas modestas de taipa dos negros a imaginação dos moradores mais próximos fazia sede de práticas demoníacas. O batuque noturno dos toques identificava o Xangô. Uma maioria da vizinhança só chegava mesmo a conhecer o batuque escutado de longe. Não se tinha idéia, exceção de poucas pessoas, do sentido religioso dos toques. Reporter e gente de polícia, esses sabiam um pouco mais. Batidas policiais, noite alta, levadas pelo batuque, traziam vez ou outra para publicidade notícia do terreiro surpreendido.

A repressão policial dificultava qualquer tentativa de contacto com a vida íntima dos terreiros, nome que os negros dão aos seus templos. Só mesmo os iniciados tinham acesso às cerimônias do culto.

O noticiário dos fatos diversos era muito pouco como contribuição: as reportagens não chegavam a encontrar os terreiros em ação. Uma tentativa nesse sentido foi levada a um termo feliz pelo Serviço Mental da Assistência a Psicopatas, à frente o prof. Ulisses Pernambuco.

O relatório do Dr. Pedro Cavalcanti, que transcrevo, marca o início da pesquisas do S. H. M. estudando a questão das seitas afro-pernambucanas. (Fernandes, 1937, p. 8).

As pesquisas a que Fernandes se refere foram realizadas, entre os anos de 1929 e 1930, pelo médico e professor Ulisses Pernambuco, junto aos xangôs. Os resultados foram publicados em 1932 pela revista dos arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco. (Oliveira, 2007). A realização da pesquisa envolveu várias pessoas que foram alunos de Ulisses, dentre elas, Pedro Cavalcanti, o qual relata:

Logo no início das suas atividades, como diretor da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, encaminhou-nos ao trabalho, naquela época difícil de nos por em contato com os terreiros do Recife, para a colheita direta do material de observação. (Cavalcanti, 1937, p. 51).

A esse respeito, argumenta Oliveira (2001)

(...) avaliar, entre outras coisas a incidência de doenças mentais na raça negra, em relação às outras sendo sua conclusão a de que no caso dos negros a hereditariedade teria maior influência do que os fatores possibilitados pelo meio, tornando-os mais vulneráveis a “psicopatias com lesões atômicas” e a “psicoses tóxicas e infecciosas” causadas, sobretudo, por seus cérebros possuírem “menor resistência”. (OLIVEIRA, 2007, p.1).

É importante mencionar que nos estudos de Ulisses Pernambucano estão embutidas as teorias de Nina Rodrigues que corroboram a ideologia do preconceito racial subjacente às ações do Serviço de Higiene Mental junto aos xangôs, por considerarem o negro biologicamente inferior. Para os defensores dessa proposta, a estrutura do cérebro da população negra, sendo “menos resistente” que o de outras “raças”, estaria mais propenso às psicoses infecciosas (causadas pela sífilis) e às tóxicas (causadas pelo consumo de álcool).

Disso decorre que, ao serem defendidas, tais idéias, além de reforçarem o preconceito contra o negro, possibilitaram a construção de idéias segundo as quais a prática das religiões de origem africana, compostas de maioria negra, se tornou, juntamente com a sífilis e o alcoolismo, um dos maiores propagadores da insanidade mental em Pernambuco. (Oliveira, 2007, p.1). Segundo Oliveira:

Essas idéias [...] tornaram-se a balança em que se equilibraram as opções de controle e/ou policiamento médico das práticas religiosas do dito “baixo espiritismo”. A psiquiatria acreditava ser legítimo e necessário o combate aos focos irradiadores da loucura, que eram os terreiros. (Oliveira, 2007, p. 5).

Como já dissemos, não era somente com os órgãos de repressão institucionalizados que os xangôs tiveram de conviver, mas também com os chamados estudiosos da religião afro-brasileira.

Sobre este assunto, Fernandes comenta que “os xangôs, por outro lado, são pontos de atração para os estudiosos do afro-brasileiro, nas suas características científicas, através do seu culto religioso, suas danças e sua musica”. (Fernandes, 1937, p.33).

Ainda sobre o assunto, José Vicente Lima, estudioso da religião de origem africana, considerado no meio intelectual como antropólogo, tendo sido convidado por Arthur Ramos a filiar-se à Sociedade Brasileira de Etnologia, menciona, em sua obra *Xangô*, a importância dos estudos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos:

Os congressos Afro-Brasileiro, ultimamente realizados em Pernambuco e na Bahia, foram de grande e valiosa utilidade, graças aos esforços dos nossos intelectuais guiados pela cobiça dos importantes estudos étnicos; eles esclareceram a presença de resíduos tão primitivos cristalizados no nosso patrimônio no nosso patrimônio sociogenético. Outra ação dos congressistas, por nós compreendida, foi assentar certas bases que tornassem possível a fiscalização nos terreiros, reprimindo si preciso fosse aqueles que fugissem de preconizar sobre modo puramente sincero e religioso.

Infelizmente, tal fiscalização impossível de ser feita nas grandes massas de terreiros que se formam no seio da plebe, tem constituído os mais tristes aspectos de sua história. A ação salafria dos mais fortes sobre a ignorância dos fracos formou descabida hegemonia com requintes de obediência não religiosa a um Babalorixá ou Alufás não africano, com poderes para evocar santos, - pae de terreiro.

Nina Rodrigues descreve a religiosidade dos filhos de Guiné, dos transportados pelos Navios Negreiros, para este Brasil colônia do século XVII. Grande foi porém seu esforço na aquisição de elementos para uma perfeita documentação e contacto com legítimos precursores da crença no Brasil, já quase extintos.

Repetimos, grande foi o esforço do grande mestre para condensar não só nos “OS AFRICANOS NO BRAZIL” e em ANIMISMO FETICHISTA DOS NEGROS BAIANOS, tão importantes estudos (Lima, 1937, p. 14-15)

Essa passagem do texto de José Vicente, traduz a importância dada às teorias dos intelectuais da época. É muito importante considerar que ele se posiciona de forma favorável à fiscalização dos terreiros, reprimindo, se possível, aqueles que não fossem “puramente” religiosos. Além disso, José Vicente Lima foi fortemente influenciado por intelectuais que, na década de 1930, construíram o paradigma do culturalismo.

Nesse contexto, conforme observa Elisa Larkin, na década de 30 nas ciências sociais “o paradigma da cultura emergia timidamente e lutava naquele momento para estabelecer

ascendência sobre o determinismo racial”. (Nascimento, 2003, p. 176). Sobre essa questão, a pesquisadora observa que:

As pesquisas antropológicas sobre a cultura afro-brasileira – a começar com as de Nina Rodrigues - enfocavam a religiosidade de origem africana desde o ponto de vista psicológico, associando-se ao modelo evolucionista que ditava a inferioridade e desequilíbrios inatos dos negros. No rol de títulos do psiquiatra Nina Rodrigues, o tema insere-se da seguinte forma: “‘negros criminosos no Brasil’, ‘o animismo fetichista do negro baiano’, ‘epidemia de loucura na rebelião de Canudos’, ‘paranóia dos negros’, ‘mestiçagem, degeneração e crime’” (1957: 11). Sua pesquisa minuciosa nos candomblés constitui importante fonte de dados etnográficos sobre as religiões africanas na Bahia. (Nascimento, 2003, p. 176).

Nascimento (2003) continua sua argumentação, descrevendo proposições de Nina Rodrigues:

Solidário com a comunidade do povo de santo apesar de sua inferioridade inata, preocupava-se com a repressão violenta aos terreiros. Sua resposta democrática foi propor um “controle psiquiátrico” que substituísse o controle policial. Tal proposta justificar-se-ia, inclusive, pela própria imputabilidade criminal dos “degenerados inferiores”, seus praticantes. Não conseguiu implanta-lo na época, mas esse projeto concretizou-se mais tarde, no Recife sob a batuta de Ulisses Pernambucano e em Salvador durante o governo do interventor Juracy Magalhães. (Nascimento, 2003:176, 177).

Elisa Larkin Nascimento, ao refletir sobre os caminhos da relação da psicologia brasileira com a questão racial, também destaca o pensamento de Arthur Ramos:

Seguidor de Nina Rodrigues o psiquiatra e antropólogo Arthur Ramos enveredava pelos novos rumos da psicologia social e antropologia cultural, afastando-se do determinismo racial de seu mestre. Criticava o “evolucionismo linear” que ainda influenciava a perceptiva psicológica em etnologia, deformando-a. Esclarecia, no entanto, que a psicologia social e a antropologia cultural não condenavam o evolucionismo, “como supõe certos culturalistas apressados [...] apenas, em vez de considerarmos uma evolução linear, estudamos agora evolução das estruturas”. (Nascimento, 2003, p. 177).

Para Terezinha Bernardo, o culturalismo sofre uma grande influência das teorias que concebem o negro como inferior, como é o caso de Arthur Ramos, que “apesar de perceber idênticas potencialidades entre brancos e negros, analisa a cultura africana como uma influência indesejável para o Brasil”. (Bernardes, 1998, p. 16).

É nesse contexto de elaboração e prática de ideologias racistas que, no começo do século XX, são instituídos em Recife, Pernambuco, o “Serviço de Higiene Mental e da

Assistência a Psicopatas”, a “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes”, cujas ações se centravam principalmente nos xangôs, o que se convencionou chamar de “baixo espiritismo”.

O “Serviço de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas”, que, segundo Fernandes (1937, p.8), nesta época, está sob a direção do Dr. Ulysses Pernambuco, a “Secção de Costumes e Repressão de Jogos” e a “Delegacia de Ordem e Costumes” são órgãos de controle e disciplinação legitimados pelo poder público instituído.

A atuação dos agentes do Serviço de Higiene Mental está relacionada não só às pesquisas, uma vez que também faz parte de um esquema repressivo no qual os participantes da religião de origem africana eram vítimas de prisões, por intermédio de órgãos de Segurança pública, sendo encaminhados para exames mentais naquela instituição psiquiátrica, conforme relato abaixo:

O comissário Siqueira, chefe da Seção de Costumes e Repressão a Jogos, acompanhado do investigador Idelfonso, chegou ao local quando exatamente o antro se encontrava superlotado e era um barulho positivamente infernal. Nenhuma macumba em terreiro bem limpo, à luz da luz. Numa sala abafada e estreita, onde se respiravam emanações de álcool e cheiro forte de corpos suados, dezoito indivíduos – 10 homens, 5 mulheres e 3 crianças – ouviam de um pretalhão de barbas brancas cabeças raspada e pes descalços, uma espécie de pratica espírita, onde se misturavam num conluio estranho, citações de Alan Kardec e imprecações a Ogum. Não houve resistencia. Ao “tintureiro” coube a tarefa de transportar os detidos á Secretaria da Segurança Publica. Foram aí identificados e mandado a exames, depois, no Hospital de Doenças Nervosas e Mentais, da Assistência a Psicopatas.” (Fernandes, 1937, p. 125)

Ainda enfocando a mesma temática, importante estudo de Maria Concepta Padovan (2007) aponta que o Serviço de Higiene Mental funcionou como um “controle científico”, numa substituição à ação policial. A pesquisadora comenta que:

As principais contribuições do S.M.H foram os estudos realizados sobre os cultos, que na verdade funcionaram como uma forma de “controle científico”, numa substituição à ação policial. Mediante as observações dos cultos e os exames mentais de seus dirigentes (testes psicológicos e de Q I – quociente intelectual), uma licença concedida ao médico, garantindo o funcionamento do centro, permitia não só mediar e vigiar essas práticas, como também intervir – a partir do momento em que permitiam ou não seu funcionamento. (Padovan, 2007, p.3).

Entretanto, no livro *Xangô*, José Vicente transcreve a ata de uma reunião promovida pelo Serviço de Higiene Mental, na qual estiveram presentes representantes da Comissão de Censuras das Casas de Diversões Públicas, da Delegacia de Ordem Social e repórteres, conforme transcrição abaixo:

A REUNIÃO, HONTEM, DOS PRESIDENTES DAS SEITAS AFRICANAS

Realizou-se, às 10 horas da manhã de hontem, a reunião dos presidentes das seitas africanas, promovida pelo Serviço de Hygiene Mental.

A essa reunião que foi presidida pelo dr. Pedro Cavalcanti compareceram os seguintes “paes de terreiro”:

Apolinário Gomes da Matta, Luiz José da Silva, Honorio Rodrigues Chaves, Fortunato Maria da Conceição, Lucio Alves Feitosa, Jorge Nery da Silva, Manoel de Sirqueira Nascimento, Josepha Maria da Soledade, Amalia Maria Lima, Elisabeth de França Ferreira, Idida Mulatinho, Virginia Maria de Assis, João de Deus da Silva, Severina Ramos do Nascimento, Paulo José Chagas, Severina Maria da Conceição, Philomena Maria da Conceição, Alayde Maria do Carmo, Tiburcio Andrade Braga, Antonio Sampaio, José Antonio da Rocha, José Fausto de Oliveira, José Soares da Silva, Maria Annunciada, Maria Luiza Almeida, Lydia Alves da Silva, Mariano da Silva, Arhur Rozendo, José Gomes da Silva, José de Almeida, Oscar de Almeida, Gerladina Torquato Braga, Heleno Monteiro Souza, Marcionilla Maria da Conceição, Josepha da Silva, Severino Bezerra, Maria das Dores da Silva, Sebastião Ferreira da Silva e Josephina Guedes.

O dr. Pedro Cavalcanti expôz a finalidade daquela reunião, que era fazer uma aproximação maior dos “paes de terreiro”, entre si delles com a Assitencia a Psychopathas.

Suggeriu, então a eleição duma comissão, que seria representante do culto africano junto ao referido Serviço, em vista de abusos de alguns responsaveis por seitas africanas. Tendo sido a idéia acceita por todos, foram eleitos os babalorixás Apolinario Gomes, Oscar de Almeida, Arthur Rozendo, Antonio Sampaio e Maria Fortunata para constituírem a referida comissão, que devera reunir todas as vezes que se fizer necessário.

Estiveram também presentes á reunião o sr. Jayme de Sant,Iago, secretario da Comissão de Censuras das Casas de Diversões Publicas, um representante da Delegacia de Ordem Social e reporters.

Não obstante o esforço e boa vontade do Dr. Pedro Cavalcanti, está se verificando o choque inevitavel dos páis de terreiro. A desarmonia e intriga dos páis de terreiros continuam cada vez mais refinadas. O Dr. Gonçalves Fernandes, em seu livro “XANGÔS DO NORDESTE” nos fornece bons esclarecimentos destas antigas rivalidades. (Lima, 1937, p. 74)



Ilustração 8 - Foto retirada da obra *Xangôs do Nordeste* de Gonçalves Fernandes (1937). A referência é sobre uma reunião presidida pelo Dr. Pedro Cavalcanti da equipe do Dr. Ulisses Pernambuco do Serviço de Higiene Mental com a presença de Babalorixás, Yalorixás e participantes da religião de matriz africana para debater, conforme relato do registro, “abusos verificados na seita”.

Diante de tal constatação, não nos parece ter razão, portanto, os estudos que apontam o Serviço de Higiene Mental como substituto do controle policial. Para nós, é razoável admitir que ambos atuavam juntos no controle das religiões afro-brasileiras.

Corroborando nossa linha de pensamento, Fernandes menciona uma matéria de repressão aos *xangôs*, publicada no jornal *Diário da Tarde* do dia 12 de abril 1934, em que os três órgãos (Secção de Costumes e Repressão, Secretaria de Segurança Publica e Serviço de Higiene Mental e Assistência a Psicopatas) atuam conjuntamente:

“O CENTRO ESPIRITA CARIDADE E AMOR EM JESUS CRISTO TRANSFORMADO EM SÉDE DE “MACUMBAS” DESENFREADAS E DELIRANTES – AS EXTRANHAS RECEITAS DOS “ESPIRITOS”- ETC. A secção de Costumes e Repressão aos jogos iniciou ha algum tempo, como é sabido, intenso serviço de repressão aos macumbeiros que infestavam algum ponto da cidade. As primeiras diligencias policiais foram coroadas de

exito mais completo e o “Brasil Novo”, durante dias consecutivos acolheu e abrigou uma estranha fauna humana composta por fanaticos e explorados encontradas pelos investigadores a render seu culto misterioso a Ogum...

Meses depois o capitão Jurandyr Mamede, então secretario de Segurança Pública, solicitou cooperação da Assitencia a Psicopatas afim de que a repressão pudesse se tornar mais eficiente, separando os desequilibrados mentais daqueles que fossem simplesmente e conscientemente exploradores do primarismo e da ignorancia dos fanaticos .

Alarmados ante a vigilancia da policia de costumes, os catimbozeiros retraíram-se, passando a organizar com mais cautela as sédes de suas reuniões e a disfarçar convenientemente, quase sempre, sob o rotulo das sociedades espiritas os verdadeiros fins que têm em vista. Os “centros espíritas” funcionavam livremente, desde que se munam de uma autorização policial. (Fernandes, 1937, p. 14).

Um instrumento de controle junto aos xangôs é a obrigatoriedade do registro de funcionamento não só na polícia, mas também no Serviço de Higiene Mental. As casas religiosas viam-se obrigadas a avisar os dias da realização dos seus “toques”, isto é, dos cultos. De acordo com Fernandes, “as licenças aos xangôs são concedidas pela polícia com parecer do Serviço de Higiene Mental, tornando-se assim perfeitamente legal”. (Fernandes, 1937, p. 33).

Fernandes lembra ainda “que a grande maioria das seitas afro-pernambucanas são registradas no Serviço de Higiene Mental, que é avisado com antecedência dos toques, seus técnicos recebidos com cortesia nos terreiros”. (Fernandes, 1937, p. 18).

Disso tudo, fica claro que as intervenções muitas vezes causavam grandes conflitos entre os órgãos de repressão e censura e os xangôs. A exemplo disso, citamos o fato ocorrido em 1935. Nesta ocasião, houve uma reação muito grande de descontentamento, após uma portaria baixada pelo Secretário da Segurança Pública que deliberava a respeito dos dias em que os terreiros deveriam realizar os toques. O jornal *Diário e Pernambuco* escreveu a seguinte matéria sobre o assunto:

VAI SER RESTRINGIDA A LICENÇA PARA OS TOQUES NOS XANGÔS. A POLICIA BAIXARÁ UAM PORTARIA A RESPEITO.

A Secretaria de Segurança Publica concedeu há tempos licença a varios xangôs do Recife para realizarem toques nos seus terreiros.

As reuniões dos negros efetuavam-se quasi todos os sabados e constituíam até certo ponto centros frequentados por curiosos e estudiosos das religiões africanas.

Verificados os toques em pontos relativamente distantes da cidade, supunha-se não incomodar ninguém.

A policia licenciara as reuniões em face de pareceres emitidos pelo Serviço de Higiene Mental da Assitencia a Psicopatas, tornando assim legal atos que, proibidos eram realizados às escondidas. Dando lugar às vezes a abusos.

Agora, no entanto, a Comissão de Censura das Casas de Diversões Publicas vae se dirigir ao Secretario da Segurança Publica solicitando providencias no sentido de ser baixada uma portaria na qual fiquem designados os unicos dias em que poderão realizar toques.

Estes serão em número de dezoito anualmente assim distribuídos, atendendo-se á tradição das festas que lhe dão margem:

Festa dos Reis Magos: 5, 6 e 7 de Janeiro;

Festa de São João 23, 24 e 25 de Junho;

Festa de Nossa Senhora Sant Ana: 27, 28 e 29 de Julho;

Festa do Inham: 20, 21 e 22 de Outubro;

Festa da Nossa Senhora Conceição: 7, 8 e 9 de Dezembro;

Festa do Nascimento de Cristo: 24, 25 e 26 de Dezembro. (Fernandes, 1937, p. 30-31).

Conforme a mencionada matéria, a intervenção foi muito mal recebida pelos responsáveis de casa de xangô, destacando-se o fato de que o “babalorixá Adão foi até ao S. H. M. [Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas] onde formulou protesto veemente”. (Fernandes, 1937, p. 32).

Diante da reação dos responsáveis pelas casas de xangôs, o *Diário de Pernambuco* buscou esclarecimentos do responsável pelo Serviço de Higiene Mental Dr. Ulisses Pernambuco, o qual proferiu a seguinte explicação:

- O Serviço de Higiene Mental não está ligado diretamente a essa parte policial dos “xangôs”. Coube-lhes pleitear a liberdade para as reuniões dos “xangôs”, sem perseguição da policia, como acontecia antigamente.

Quanto à parte que nos cabe, não temos em absoluto desinteressado. Ainda este ano obtive do Estado a dispensa do pagamento da taxa das licenças dos toques. Como esta medida não afeta ao nosso serviço junto aos “xangôs” nada temos a dizer sobre ela. (Fernandes, 1937, p. 32)

Disso, Gonçalves Fernandes, que trabalha como assistente no Serviço de Higiene Mental, sai em defesa dos que trabalham na instituição e faz referência à fiscalização aos terreiros e ao I Congresso Afro-Brasileiro, a respeito do qual ainda não conseguimos entender o que quis dizer. No entanto, consideramos importante o registro da citação.

A intriga não raro é posta em prática para colocar mais pais de terreiro entre os tecnicos do S.H.M que gosam de certos prestigio entre os babalorixás. Esse prestigio que vem da iniciativa do prof. Ulisses Pernambucano tomando a cargo do S.H. M . A fiscalização que era exercida pela policia, e se fixou com o 1º Congresso Afro-Brasileiro, animado pelo escritor Gilberto Freyre, tem valido o que nunca se poderia conseguir de outra maneira e que se ia perdendo tempo afora. (Fernandes, 1937, p. 39)



Fig. 3 — Filhos de santo numa cerimonia de xangô (Congresso do Recife)

Ilustração 9 - Foto retirada da obra *Xangôs do Nordeste* (1937). A referência é sobre uma cerimônia de Xangô no I Congresso de Recife em 1934. O autor do livro, Gonçalves Fernandes, não explica o contexto da foto, temos como hipótese que alguns terreiros foram convidados para demonstrar aspectos da religião de origem africana no Congresso.

Mesmo quando se sentia bem recebido pelos responsáveis dos cultos de xangô, é possível perceber, a partir dos relatos, que os observadores do Serviço de Higiene Mental e outras instituições não tinham acesso a tudo o que acontecia nas cerimônias religiosas. Exemplo disso é que havia um momento em que a pessoas presentes eram convidadas a sair, sendo autorizados a permanecer no local apenas os adeptos da religião. Sem saber o que, de fato, acontecia, Corria solta a imaginação conforme relato abaixo:

No princípio das ruas das Moças, no Arruda, procurei me informar em que altura ficava o terreiro de Josefa. Já passava das 21 horas e não se ouvia o batuque marcado para aquela hora. Uma negra velha indicou-me com precisão: na curva da estrada, á esquerda numa casinha recuada estão no mez de Maio - ali é o terreiro.

Junto ao cercado muitas pessoas assistiam às preces. Via-se através das janelas, na sala iluminada por uma lampada a alcool, um oratorio com santos

catolicos, bem dispostos imagem grandes e bonitas. O “Mez de Maio” tirado por uma mulata bem vestida, era respondido por um câro de mulheres quase todas negras e mulatas.

Entrei no sitio e acompanhei mais de perto, junto a janela à cerimonia.

Josefa deu pela minha presença, perguntou o que procurava. Quando lhe disse ser do S.H. M me fez entrar, tratando-me como se fosse pessoa das suas relações.

[...] disse-me Josefa: “O doutor pode ir embora” Os filhos do terreiro continuam no entanto com geito de quem não tem vontade de ir embora, os batedores de adufo nos seus logares, a madrugada não tinha clareado.

Fui levado a porta com uma insistencia toda envolta em amabilidade e o portão fechou-se a minha saída.

Neste terreiro de Josefa que diz ser neta de africano, soube, e depois tive informações de fonte segura que no fim das festas religiosas, retirado os convidados e as pessoas extranhas as filhas do terreiro eram possuidas pelos filhos doe terreiro. (Fernandes, 1937, p. 49, 54,55)

O terreiro da babalorixá Josefa Guedes foi uma das casas que sofreu intervenção, ficando proibido de funcionar. No entanto, mesmo com o impedimento, continuou realizando toques. Quando o terreiro era impedido de funcionar, a fiscalização se tornava mais forte sobre ele.

Os “pais de santo” “sem competencia, estes ficavam mais às vistas. A “ialorixá” da Rua das Moças, Josefa Guedes, não tardou em ter cassada a sua licença de livre funcionamento para o terreiro. Isto, todavia não lhe abalou muito a vida: apenas suas reuniões ficaram raras e tinham começo muito tarde. (Fernandes, 1937, p.37)

Os auxiliares do Serviço de Higiene Mental nem sempre eram recebidos com cortesia nos terreiros. Com argumento favorável a esta idéia, Pedro Cavalcanti, assistente do Serviço de Higiene Mental, narra que foi recebido com desconfiança por uma ialorixá muito conhecida na época como “Baiana do Pina”, cujo nome era Fortunata Maria da Conceição. Vejamos o relato:

Visitei hoje a seita “africana da “baiana do Pina”. Esta seita não é registrada na Secretaria da Segurança Publica . Chama-se Dona Fortunata Maria da Conceição a sua presidente. Recebeu-me desconfiada, porém sabedora de minhas intenções não se fez de rogada para me prestar interessantes declarações. É ela natural da Costa d África, estando residido no Rio (morro da Favela) , na Baía (Largo do Sapateiro) , em Maceió , e emfim no Recife no Pina.

Diz ter 110 anos de idade. É de nação Nagô e adora Sta. Barbara . No seu terreiro há toques todos os sabados e domingos. Foi a iniciadora de mais dois terreiros aqui no Recife: o do finado Gentil, no Totó, e de seu filho José Gomes da Silva (Néri) no Jacaré. Tem em sua casa (que é muitissimo enfeitada com bandeirinhas de papel de câr) tres grandes oratorios com cerca de 15 imagens trazida da costa. Prontificou-se a fazer comigo uma revisão nas palavras africanas que o Serviço conseguiu com pai Anselmo, pois

desconfia que deve haver coisa errada. 1-9-1932. (as.) Pedro Cavalcanti. Auxiliar Técnico. (Fernandes , 1937, p. 8,9).

Outro relato envolvendo o terreiro da “Baiana do Pina” é o de José Vicente Lima. Este relata que fora fortemente confrontado pela iabalorixá sempre que pretendia anotar referências das divindades da casa; era colocado para fora do terreiro, sem nenhuma gentileza, sob o argumentado de que, se quisesse aprender sobre o Xangô, deveria ir para sua terra natal Abyssinia, na África. Tal episódio deixou Lima extremamente aborrecido, uma vez que não pôde concluir sua pesquisa neste terreiro.

Vamos observar Xangô existente no Pina , sob a direção de uma preta velha, de cento e quinze anos, africana conhecida pela alcunha de “ **A BAIANA DO PINA**”. Batuque muito conhecido nos nossos dias; como sempre, os festejos nos terreiros são feitos aos sábados, em dias mais ou menos determinados na licença da policia. Pois foi numa noite de sábado que procuramos assistir a um toque. Chegamos ao terreiro, e estamos diante de um grande mocambo de capim. Está repleto de pessoas. Com dificuldade vencemos o obstaculo da pinha de gente aglomerada na frente do terreiro; galgamos a primeira dependência e verificamos grande quantidade de bonecos de celulóide em tamanhos diversos, estatuetas de barro, objéto banaes sem nenhuma importância para o culto. Esta dependencia é aberrante de luz, vendo-se ainda diversos quadros de santos católicos, ornamentados e iluminados (....).

(...) Não nos foi possível pesquisar melhor a liturgia fetichista desta gente, visto que, fomos interrompidos até quando anotávamos as divindades. A mãe de terreiro, já avançada em idade, como a principio frisámos, se levantou da cadeira, procurando arrebatar-nos os “croquis” que havíamos composto, dizendo que fossemos para a Abyssimia, sua terra natal se quizemos aprender a fazer xangô. E queria ir-se embora para se ver livre da gente, enquanto os seus filhos diziam: “Mãe tenha paciencia ; os senhores desculpem, ela está nervosa, etc.”.

Nem siquer conseguimos algumas ilustrações do ambiente para este trabalho, pois nos vimos forçados a abandonar o campo das pesquisas, e sob raios da velha e vista curioso de tanta gente compreendemos que tínhamos creado uma situação difícil e retirámo-nos. No interior da casa viam-se diversos policiais graduados mas não que não simpatizaram com nossa causa; apenas um moço que disse ser graduado do Exército, se prontificou a nos garantir, na nossa retirada, enquanto um sargento de policia usando de suas imunidades, batia com o rebenque nas perneiras com gestos acintosos.

Um individuo desconhecido guardando sempre a distancia de tres metros nos acompanhava até a curva da estrada, onde existe este horrendo cancer , esta chaga aberta que sangra, de que sentimos a necessidade de ser curada.

Não sabemos porque conveniencia devemos alimentar tão ignorante concepção que atrofia e que degenéra , não podemos ter outra idéa acerca do que ora abservamos; anseios de liberdade, e de intéletualidade, cobiça de arte e de ciencia , agitam os nossos sentimentos puramente afros, puramente brasileiros . Não escrevemos como arianistas e nem observamos como forasteiros: escrevemos sentindo como talvez ninguém tenha sentido. Cada palavra escrita é o nosso grito de dôr , diante deste cenario triste. (Lima, 1937, p. 29 e p. 34-35).

Ainda sobre o fato de a presença de José Vicente Lima, no terreiro da babalorixá “Baiana do Pina”, ser vista com desconfiança, escreve Campos, estudiosa de tal acontecimento, dizendo o seguinte:

(...) a visita de Vicente Lima ao terreiro foi viabilizada pelo técnico do Serviço de Higiene Mental de Pernambuco, Pedro Cavalcanti. Assim o acesso aos terreiros para a observação dos rituais religiosos não se estabelecia de forma passiva. Se eram os técnicos e pesquisadores ligados ao Serviço de Higiene Mental que mediavam, junto a polícia, o funcionamento dos terreiros, os adeptos do Xangô estabeleciam quem, além deles, poderia assistir seus rituais. (Campos, 2001, p. 250).

Diante da afirmação acima citada, podemos perceber que o poder institucional do Serviço de Higiene Mental articula a presença de José Vicente no terreiro, demonstrando que é instituição que estabelecia regras para a presença de pessoas nas celebrações do Xangô. No entanto, é possível também perceber o poder exercido pelos praticantes da religião, os quais controlam as pessoas que se fazem presentes nos terreiros por qualquer outro motivo. Aqui se destacam dois poderes: aquele que circula entre os adeptos da religião e o poder institucional, representado pelos órgãos de controle e repressão da religião de matriz africana.

A comunidade religiosa vai se organizar no sentido de controlar quem vai ter acesso às informações do terreiro e que tipo de dados serão permitidos adquirir do espaço religioso. Este aspecto de poder dos terreiros é evidenciado por José Vicente quando de sua visita ao terreiro da babalorixá “Baiana do Pina”:

(...) Enquanto examinávamos minuciosamente estes apetrechos, uma das filhas de santo, veio colocar-se em uma cadeira próxima à mesa, onde se encontravam os referidos objetos, retirando-se somente depois que uma companheira nos anunciava e éramos ao mesmo tempo conduzidos por um tipo mulato fisicamente deformado, com um braço e perna paráliticos. Assim fomos por este outro adepto introduzidos no espaçoso salão e por ele comunicada a nossa presença, o toque parou! - entramos em entendimento com alguns dos elementos que pediam explicações dos nossos objetivos.

Foi dolorosa a nossa situação a fim de fazemo-nos compreender por todos os fanáticos elementos adeptos que nos olhavam desconfiados; de repente se acerca de nós um tipo assararazado que diz: “meus senhores, minha mãe está um pouco adoentada e eu estou aqui para representando ela, o que os senhores desejar pode se dirigir a mim”; explicávamos ao representando da “baiana” os nossos objetivos; trazem-nos algumas cadeiras nas quais nos sentámos e os adeptos perfilam-se para recomeçar o toque. (Lima, 1937, p.30)

Apreendemos no relato que, ao usar os termos “fomos” conduzidos “a nossa presença”, José Vicente não vai só ao terreiro. Ele está acompanhado, provavelmente, de algum técnico do Serviço de Higiene Mental ou, quem sabe, de alguém do seu âmbito de amizade e militância, já que no prefácio da obra que estamos analisando encontram-se agradecimentos a estas pessoas.

Percebendo que sua presença estava sendo controlada, José Vicente Lima registra o desconforto, revelando também seu olhar.

Outra informação que consideramos importante é o relato de Fernandes sobre o disfarce dos xangôs, em Centro Espírita e Maracatú, para fugir da repressão policial.

Da pressão da policia resultou camouflarem de sociedade carnavalesca e centro espírita os terreiros pernambucanos. Maracatú e Centro Espirita aparecem de tal que fez desconfiar. O “Diario da Tarde” de 1º de Setembro de 1933 noticiava:

AFOGADOS, REFUGIO DOS MACUMBEIROS AFRICANOS. A POLICIA DISSOLVEU DOIS NUCLEOS DE BRUXARIA ALI EXISTENTES. “PAI NORBERTO” NOVAMENTE, EXPERIMENTA O AGRADAVEL CONFORTO DE UM XADREZ.

A secção de policia dos costumes vem movendo uma serva repressão aos nucleos de macumba e feitiçaria africana que ainda existem esparsos pelos suburbios.

Ciente de que Afogados estava infesto desses centros de bruxaria o Sr. Edson Moury Fernandes ajudante daquela secção, acompanhado do investigador Pedro Monteiro, dirigiu-se hontem A noite àquele arrebale disposto a dar uma batida em ordem. Sob protesto que se tratava de casas de maracatú os macumbeiros vinham ali exercendo grandes atividades, reunindo um grande numero de adeptos. O primeiro núcleo de catimbó visado pela policia foi o “maracatu Estrela Baiana” situado á rua da S. Mangueira , em Afogados . Aí os macumbeiros foram surpreendidos em flagrante por aqueles policiais. Uma mulata pernostica de nome Otavia Josefina da Silva era a presidente da função. O mestre era o individuo Jose Eudet, vulgo Dé, a quem os macumbeiros atribuiram qualidades sobrenaturais...

Foram aprendidos pela policia várias garrafas de azeite de dendê, moedas de cobre que se achavam cobertas de areia. Debaixo uma garrafa sobre a qual se achava equilibrado um prato com restos de comida, estava um bilhete assinado por Pedro da Silva, que pedia ao mestre Dé para atrazar um indiviuo que perseguia a sua familia. Foram tambem encontradas tres facas de ponta enferrujadas, metida nas respectivas bainhas. Supõe-se que isto significa crimes que não foram descobertos e que precisam ficar descobertos pelo poder oculto do mestre Dé. Todos os macumbeiros foram recolhidos no xadrez.

Após a batida daqueles policias se dirigiram ao Centro Africano de Norberto Costa, conhecido por Pai Norberto, em Miramar. O aludido africano de há muito que se organizou naquela localidade um nucleo de bruxaria com uma frequência numerosa de clientes. No salão principal de sua casa que é obra de capim, esta instalado um altar adeante do qual os macumbeiros a sua

misteriosa e sinistra liturgia. Separam casais, perseguem inimigos, desmancham casamentos, praticam enfim toda uma serie exterminável de coisas espantosas, apavorantes.

Ao som de toadas africanas, em honra de S. Budum, os macumbeiros sacrificam carneiros, porcos, bodes, galinhas e outros animais domesticos.

Aí a policia prendeu vários apetrechos, coriscos untados de azeites, bonecos, rosarios, osso de animais, etc.

Pai Norbeto foi preso a meses pela policia desta capital por ter deshonrado uma moça a quem seduziria prometendo fazer “um trabalho” para ela ser feliz. Todos os catimbozeiros desse Centro inclusive Pai Norberto foram presos tambem recolhidos ao xadrez de Segurança Publica. (Fernandes, 1937, p. 11-13)

A partir do registro acima, podemos observar que, mesmo com a intensa repressão sobre os xangôs, eram instituídos novos terreiros. Exemplo disso é a fundação, no dia 21 de agosto, da “Seita de Santa Bárbara” da Ialorixá Celina Anunciada da Silva e do Babalorixá José Gomes da Silva.

A esse respeito, um fato que nos chama a atenção é a existência de um babalorixá chamado Adão, filho de africanos de Lagos, a terra de seus antepassados. Sem dúvida, esta relação fortalece sua identidade, tanto que conhece a língua falada por eles. Diante dos agentes do Serviço de Higiene Mental, tinha atitude de quem se valoriza pelas suas tradições, conforme verifica-se no trecho que segue:

Entre os páis de terreiro, Pai Adão é, sem dúvida, o mais destacado, os outros o têm em conta de um grande babalorixá, e si em vóz baixa falam mal de sua importância, não é sem grande respeito que o cumprimentam.

É filho de africanos de Lagos, e tem atualmente cerca de 60 anos. Do seu pai herdou os fetiches que possui e se fez babalorixá.

Desejando conhecer a patria de seus antepassados não mediu dificuldades: tomou um cargueiro e foi para Lisboa, dali um outro para Las Palmas e num barco inglez alcanço Lagos.(1906).

O conhecimento da lingua que lhe fora ensinada pelo seu pai lhe fez familiar a religião e permitiu que lhe aperfeiçoasse na liturgia do culto. Não se livrou comtudo do sincretismo catolico. Referiu-me mesmo que em Lagos, mercê da volta de muitos antigos escravos, outros mesmo libertos já de nascença, o culto yorubano se faz mesclado em muitos terreiros.

De volta para Recife, tempo depois, instalou o seu terreiro. Esteve antes na Baía e em Maceió.

Seu porte é de um grande chefe, arrogante, e trata aos medicos do S.H.M. de igual para igual. (Fernandes, 1937, p. 56-57).

Em visita ao terreiro do babalorixá Adão, Fernandes relata que o sacerdote não lhe permitira tirar fotografia dele e do pegi. Para tentar compreender tal acontecimento, Fernandes irá fundamentar-se nas teorias de Nina Rodrigues, argumentando que: “Nina Rodrigues assinala que o negro receia que uma parte da alma do homem seja absorvida pelo

retrato”. (Fernandes, 1937, p. 56-57).

Contrariamente a esta posição, defendemos que os frequentadores dos terreiros não eram ingênuas; isto implica dizer que sabiam que estavam diante de um representante de um órgão repressor, razão pela qual rejeitavam a fotografia, como forma de se preservarem.

Defendemos, ainda, a existência de outras informações para explicar o fato em questão. Dentre elas, destacamos o relato de Fernandes, segundo o qual, no terreiro de Adão, nunca haver presenciado uma queda de santo. Ele argumenta ainda que não havia conseguido acompanhar nem copiar as toadas cantadas, uma vez que os toques do mencionado terreiro não eram muito frequentes. Some-se a isso o fato de o babalorixá ter se negado a cantar para ele. (Fernandes, 1937, p. 63-64).

Esses fatos em conjunto demonstram-nos que o segredo da religião é praticado como forma de resistência. Pai Adão revelava consciência acerca dos papéis e funções dos seus interlocutores, conforme indica o relato abaixo:

Julga-se um grande sacerdote, uma figura quase sagrada e não se nivela aos outros babalorixás, as quais critica severamente pelas indiscrições em torno do segredo do culto. Sua indiscrição à divulgação de assuntos ligados ao terreiro é tal que, sendo amigo de Gilberto Freyre se negou a participar do 1º Congresso Afro-brasileiro. Entre os diversos pais de terreiro de Recife foi a única exceção. (Fernandes, 1937, p. 57)

Analisando os relatos acerca da reação das comunidades de xangôs, percebemos elementos de resistência desenvolvidos pelos frequentadores dos terreiros, a fim de enfrentar uma sociedade racista, organizada institucionalmente através de órgãos de repressão e controle para a perseguição a afrodescendentes.

A ação da Iabalorixá “Baiana do Pina”, a queixa do pai de santo Adão junto ao Serviço de Higiene Mental, a camuflagem dos xangôs em Centro Espírita e Maracatú demonstram o grau de consciência que muitos terreiros tinham do processo de controle e perseguição que estavam sofrendo.

Nesse sentido, constatamos, com a pesquisa aqui empreendida, que os praticantes das religiões de origem africana, ao se tornarem alvos da perseguição policial e do “controle científico” desenvolvem estratégias individuais e coletivas para conservar os seus valores, insistindo na manutenção da prática religiosa, resguardando e se defendendo do sistema opressor que os coloca na exclusão social.

CAPÍTULO IV

A EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA

Iluminando-os com a instrução, derrubamos a convicção de inferioridade e botamos por terra as baixezas e vilania dos preconceitos. (Lima, 1937, p.23).

O pensamento supracitado, de autoria de José Vicente corresponde a um dos objetivos da Frente Negra Pernambucana, transformada, em 1937, em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Ele aponta que, para combater a ideologia da inferiorização e os preconceitos sofridos pela população negra, era necessário elevar o negro intelectualmente.

Para que tal objetivo fosse alcançado, o movimento negro de Pernambuco vai propor algumas ações. É para discorrer sobre essas ações que o presente capítulo se justifica. Para isso, destacaremos as do campo educacional: “cultivar a memória dos grandes negros do Brasil, instruir a infância negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor,¹³ educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro”. (LIMA, 1937, p. 20-21).

Estudos da história do negro no Brasil na década de 1930 têm se preocupado em compreender o desejo da população negra de se afirmar socialmente através da educação. Dentre os(as) estudiosos(as) estão Clóvis Moura (1988), Regina Pahin Pinto (1993), Marcelino Felix (2001) e Elisa Larkin Nascimento (2003). Tais pesquisadores(as) sinalizam que a educação (instrução, escolaridade) foi valorizada pelas lideranças das associações negras nas décadas de 20 e 30 do século XX.

As reflexões feitas por esses estudiosos expressam que os movimentos negros da época apontam a deficiência e, até mesmo, a ausência da educação como a causa principal da situação de desigualdade social em que o negro se encontrava.

O aprimoramento educacional fazia parte das estratégias para que o negro brasileiro pudesse ascender socialmente, demonstrando que, pelo acesso ao ensino formal, ele poderia chegar ao mesmo nível dos brancos. (Moura, 1988, p.205).

¹³ A expressão “pobres de cor” é usada por José Vicente no sentido de denominar a população negra pobre da época.

No contexto histórico, o movimento negro sempre se preocupou com o acesso da população negra à educação. Nos anos 30, as lideranças da Frente Negra Pernambucana vão, através da temática da educação, denunciar a situação de exclusão social em que se encontra a população negra. Nesse período, a atenção dada à educação se dá, sobretudo, porque acreditavam ser ela um instrumento através do qual o negro pudesse ascender social e intelectualmente.

Nos registros do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, a questão da educação e a sua relação com a população negra aparecem como principal meta a ser atingida. A esse respeito, vejamos o que diz Lima:

“Centro de Cultura Afro- Brasileiro”

Sentindo a necessidade de união e de inteligência que se possa representar em todas as esferas sociais, o Afro-Brasileiro, compreendendo o dever de reerguer moralmente a família negra do Brasil, desejando colaborar pelo engrandecimento da Patria Brasileira, apontando a milhares de negros a escola e civismo, um nucleo de idealista resolve fundar o Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

(...) Temos como principais fins: Cultivar a memoria dos grandes negros do Brasil, instruir a infancia negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro. (Lima, 1937, p. 20-21)

Nos objetivos da entidade, fica evidente a preocupação dos dirigentes com a educação, razão pela qual pleiteiam, inclusive, a unificação da população negra no intuito de traçar encaminhamentos para as soluções dos problemas educacionais.

Quando a entidade propõe a necessidade da inteligência do negro, para “que possa representar em todas as esferas sociais”, está sugerindo a ausência da população negra em espaços sociais ocupados pela população branca. Esta afirmação se concretiza em dados publicados na obra *Xangô*, assinados por Solano Trindade, secretário geral da entidade:

Profissões:

5 Negros em cada 1000 Medicos
 5 Negros em cada 1000 Advogados
 10 Negros em cada 1000 Auxiliares no Comercio
 30 Negros em cada 1000 Funcinarios Publicos
 2 Negros em cada 1000 Negociantes
 999 Negros para cada 1000 Domesticos
 997 Negros para cada 1000 Trabalhadores de serviços de carregação.
 (Lima, 1937, p. 21)

Para a entidade negra pernambucana, a instrução era entendida como o principal mecanismo que poderia possibilitar aos negros competir no mercado de trabalho. Só através

da intelectualização, isto é, da educação, as condições do segmento social negro poderiam ser melhoradas, colocando a população negra em iguais condições na disputa com o grupo racial branco.

No período aqui tratado, esse aspecto é extremamente relevante, uma vez que exigia a participação efetiva da população negra em espaços que lhe haviam sido negados historicamente.

Uma questão importante a ser considerada é o fato de as informações registradas não terem sua origem especificada, a fim de que possamos verificar as fontes. Apesar disso, elas representam a desigualdade da presença nas profissões mencionadas.

Os dados sugerem que a entidade, ao defender a intelectualidade da população negra, propõe que esta população tenha acesso à escolarização, de forma a permitir-lhe exercer profissões que naquele momento eram desenvolvidas pela população branca. E também sugerem que, à medida que a população negra tem acesso à educação, aumentará o número de negros nos espaços ocupados historicamente pela população branca.

Com isso, a entidade denuncia que a maioria da população negra não tinha acesso à escola, interferindo na colocação da população negra no mercado de trabalho. Sobre o assunto, comenta Nascimento:

Havia ainda um elemento pedagógico: procurava-se a instrução no intuito de promover maiores possibilidades de sucesso no mundo moderno. Para melhorar o nível de vida, era preciso competir, e para isso impunha-se a necessidade de dominar o instrumental não apenas técnico, como também social, exigidos para o desempenho profissional. (Nascimento, 2003, p. 228)

O Centro de Cultura Afro-Brasileiro defendia, com isto, a idéia de que as mudanças sociais estavam principalmente atreladas ao nível escolar da população negra. Tal afirmação demonstra que, para os militantes da entidade pernambucana, era possível aos negros, através da educação, melhorar suas condições econômicas e sociais.

Ao denunciar a ausência da população negra em certos espaços do mercado de trabalho, os quais exigiam escolaridade, a entidade demonstrava que, naquela sociedade, lugares sociais eram demarcados num processo histórico-social que excluía a população negra.

Quando a entidade conclamava a população negra para lutar pelo direito à educação, sendo esta tida como essencial para a integração e ascensão social dos negros na sociedade brasileira, trazia para os negros a responsabilidade de resolverem por si mesmos o problema da educação. Nesse sentido, lhes impunha a iniciativa de sanar um problema que o Estado

brasileiro não tinha resolvido.

Disso, fica patente a idéia já anteriormente apresentada de que, para os participantes da entidade, somente a instrução possibilitaria a brancos e negros igualdade de oportunidade. Tendo acesso à educação, a população negra se integraria social e etnicamente de forma natural na sociedade brasileira.

Verificando tal proposta numa perspectiva mais ampla, é importante destacar a semelhança existente entre as propostas de ações da Frente Negra Pernambucana e as Frentes paulista, gaúcha e baiana. Em todas elas, aparece a preocupação com a instrução, o ingresso da população negra em escolas públicas e a educação voltada para a mulher, tratada na esfera da “moral”.

Os estudos de Regina Pahin Pinto apontam que, nas décadas de 1920 e 1930, a educação era tida como importante para que a população negra alcançasse as mesmas oportunidades que a população branca. Daí que, “recebendo educação, o negro poderia evoluir, integrar-se à vida nacional, combater a miséria em que vivia” (Pinto, 1988, p.235).

Alguns intérpretes da questão analisam a proposta dos movimentos em inserir a população negra no sistema educacional como introjeção dos valores da sociedade dominante, isto é, a aceitação dos valores brancos. Isto implica dizer que, ao propor a inserção do negro no sistema educacional, a consciência política que perpassa o movimento é a integração no negro na sociedade.

Para a pesquisadora Elisa Larkin Nascimento, é evidente o caráter integracionista das propostas de inserção do negro no sistema educacional, o perigo, contudo, é “a identificação nessa fase da luta afro-brasileira de uma “época da inocência” característica do “estágio de submissão”. (Nascimento, 2003, p.239).

Nesse sentido, a pesquisadora, ao analisar aspectos de alguns movimentos negros do período de 1914 a 1937, comenta:

A consciência política afro-brasileira desse período, de caráter integracionista, reagia em primeiro lugar contra o mais emergente aspecto do racismo, a discriminação do negro no mercado de trabalho, no ensino e na sociedade civil, e reivindicava para ele a participação em todos os níveis e aspectos da vida brasileira. Não questionava de forma sistemática as estruturas de dominação econômicas e sócio-culturais mais amplas, nem reclamava de forma direta uma identidade cultural específica afrodescendente.

Contudo, observar esta consciência integracionista não significa reduzi-la à mera e hipotética “introjeção dos valores dominantes”. Não parece sustentar-se nos fatos, por exemplo, a identificação nessa fase da luta afro-brasileira de uma “época da inocência” característica do “estágio de

submissão” no processo coletivo de desenvolvimento de identidade” (Nascimento, 2003, p. 239).

A autora aponta que, na pesquisa, ao analisar movimentos negros de outras épocas devemos desenvolver o “respeito metodológico à diferença”, colocando-nos no lugar das pessoas que viveram no passado, a fim de compreender o princípio que perpassa pelas intenções por elas propostas, percebendo o período “como um conjunto significativo”. (Nascimento, 2003, p. 239).

Nesse aspecto, queremos avançar no sentido de ir além do entendimento do caráter integracionista das propostas do movimento negro pernambucano referente ao acesso da população negra às escolas e à universidade, procurando compreender o princípio que perpassa por essas reivindicações.

Nascimento aponta especificidades históricas que contextualizam os movimentos negros da década de 1930:

Trata-se do auge da era das políticas de branqueamento baseadas nas teorias científicas da inferioridade inata da raça negra, cuja influência se impunha de forma viva e profunda na sociedade brasileira, sobretudo por meio das políticas públicas assentadas sobre a teoria da eugenia. Solidamente ancorada na produção científica do dia, Nina Rodrigues - reconhecido como maior autoridade sobre o negro – havia identificado no africano a base da inferioridade do povo brasileiro; os antropólogos físicos ainda se ocupavam com a medição de crânios e narinas; os arautos do arianismo anunciavam a incapacidade intelectual e a deformação psicológica do Afer, sem falar na degenerescência do mestiço. A nação era conclamada por estadistas, intelectuais e políticos mobilizados em prol do nobre objetivo de “melhorar a raça”, eliminando a “mancha negra” com a maior rapidez, isto é, a maior dedicação possível. Em 1934, quando as multidões da Frente Negra ocupavam as praças, publicava-se a segunda edição de *Raça e assimilação* de Oliveira Viana, enquanto as teses de Gilberto Freyre estavam apenas começando a sair do prelo. A perspectiva culturalista na antropologia, mal saía do berço, ainda engatinhava – contra uma imensa maré - o princípio da eugenia estava inscrito na Constituição de 1934; prevalecia a esperança de um futuro branco para o Brasil, ou seja a eliminação da raça negra. (Nascimento, 2003, p.239).

Diante da conjuntura histórica e ideológica da inferiorização da população negra, os movimentos negros do período levantam, de forma não submissa, um vigoroso protesto contra o discurso oficial, “solicitando ao branco paternalista a bondade de um favor” (Nascimento, 2003, p. 240). Este aspecto é confirmado nos escritos de José Vicente:

Assim está formada em Pernambuco uma associação, não para pedir aos governos uma subvenção para blocos ou clubes carnavalescos, mas para prégar a unificação de todos os negros do Brasil para defesa de seus interesses, a fim de derrubar de uma vez para sempre o complexo de

inferioridade e ensinar ao negro brasileiro a vêr o homem pelo homem e não pela qualidade, (pela cor da epiderme).

Para cooperar em benefício dos irmãos negros em vez de fazer trincheiras com hipócritas sentimentos regionalistas.

Negros, mulatos e brancos, intelectuais do Brazil precisam saber que existem milhares e milhares de negros ainda na roça, ainda empurrando carroças, ainda engraxates, ainda rudes operários de fabricas, carpinas e marcineiros, ainda brutos, ainda inferiores, ainda de chapéu na mão falando tremulo com o Douto...sô Douto ...sô Douto...

Iluminando-os com a instrução, derrubamos a convicção de inferioridade e botamos por terra as baixezas e vilania dos preconceitos. (Lima, 1937, p. 23)

José Vicente Lima argumenta que, diante do não acesso à educação, milhares de negros desempenhavam funções da sociedade que os colocavam como “inferiores” e “submissos” a quem teve acesso à educação: “o doutor”. Assim sendo, para que esta situação mudasse, isto é, para que a população ascendesse socialmente, ganhasse respeitabilidade e reconhecimento, ficando mais bem credenciada profissionalmente, seria preciso o acesso à educação. Como já foi dito antes, para o militante, a educação assume um papel importante na equiparação do negro ao nível do branco.

Na questão da educação, os militantes da entidade negra não ficavam só na denúncia, na reflexão, mas também atuavam no sentido de reverter a exclusão da população negra na educação. Segundo Lima:

Os Diretores de Centro de Cultura trabalham com denodo, realizando conferencias educativas onde sabem que existe a fina flor da nossa juventude nos centros de xangô, nos blocos carnavalescos, nas escolas particulares e publicas noturna, procurando apontar aos negros e aos mestiços o civismo e a escola. Pois é preciso acordar nossa mocidade exposta ao cáos da ignorancia. (Lima, 1937, p. 23)

A partir da citação acima apresentada é expressa uma importante tarefa da associação pernambucana Centro de Cultura Afro-Brasileiro: incentivar a comunidade a se unir para lutar. Ao fazer isso, o Centro de Cultura Afro-Brasileiro revela a função educativa da entidade.



Ilustração 10 - Foto sem referência do ano que foi tirada. Arquivo do Centro de Cultura Afro-Brasileiro – José Vicente Rodrigues Lima em uma reunião.

Nas atividades educacionais desenvolvidas pela Frente Negra Pernambucana, destacam-se ações voltadas para a juventude que não tiveram acesso à Educação. Ao que tudo indica, a atuação dos membros do movimento vai se desenvolver nos espaços sociais onde a população negra está concentrada. Isso demonstra que as ações da Frente Negra Pernambucana eram desenvolvidas, de forma sistemática e organizada, envolvendo várias pessoas na implantação de suas atividades.

As ações do movimento negro pernambucano são compatíveis a outras Frentes Negras espalhadas pelo Brasil. Nesse sentido, Nascimento comenta:

Em geral, ação e o discurso dessas organizações e de sua imprensa almejavam alcançar para a coletividade dos ex-escravizados uma participação efetiva na sociedade vigente da qual era excluída. Para isso, a educação destacava-se como meio por excelência e, portanto, o objetivo maior da prática dessas entidades, muitas abriam escolas noturnas. Além de denunciar o “preconceito” e incentivar a comunidade a se unir para lutar contra ele, os periódicos da imprensa negra cumpriam um papel educativo. (Nascimento, 2003, p. 225).

Assim como outras entidades negras da época, a entidade pernambucana se propõe, em primeiro lugar, congregar a população negra chamada naquele momento de “homens de cor”, desenvolvendo o sentimento de solidariedade desta população a favor da educação. Nesse sentido, Lima acredita que o Centro de Cultura Afro-Brasileiro foi fundado por necessidade de união da população negra e também da necessidade de instrução (intelectualidade), para que o negro pudesse estar representado em todas as camadas sociais.

Nesse sentido, a entidade se revela como educativa em primeiro lugar. Nascimento, ao estudar a questão da educação defendida pela Imprensa Negra da mesma época, chega a esta mesma conclusão. (Nascimento, 2003, p. 225)

Sobre o assunto Regina Pahin Pinto comenta:

(...) A educação também era vista como um fator de união, uma condição para que a união se concretizasse, meta sempre perseguida pelo movimento negro, mas, ao mesmo tempo, havia também a percepção de que a elevação educacional do negro seria alcançada mais facilmente pela união. (Pinto, 1993, p. 239)

A preocupação com a educação se expressa em toda a trajetória do movimento, desde a sua fundação, como Frente Negra Pernambucana, como também depois da sua transformação em Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

Aliás, quando se dá a mudança do nome da instituição sugere-se haver uma preocupação de caracterizar o movimento como educacional. Ao que nos parece, na expressão “centro de cultura”, é revelada a intenção de vincular a entidade a um conceito de educação mais amplo.

Muitos dos escritos deixados por José Vicente revelam que a educação era tida como uma das principais maneiras pelas quais a população negra alcançaria as mesmas oportunidades que os brancos, deixando de ser inferiorizados por conta de “sua cor”.

Mas, para nós, é muito importante perceber que, ao mesmo tempo em que defende a educação para a população negra, o movimento denuncia que, no Brasil, esta população está excluída dos espaços educacionais por conta de ser negra, como diz José Vicente, por conta da sua “cor”.

Observa-se que, neste aspecto e naquele contexto, há uma postura crítica em relação ao negro e à educação. Este aspecto também foi verificado nas pesquisas de Pinto. A esse respeito discorre o autor:

O negro, entretanto, não se limitou a tratar da educação no nível da preleção, da denúncia e da reivindicação e, a respeito de todas as dificuldades, tomou iniciativas, na tentativa de melhorar o nível educacional e cultural da população negra. Como já foi dito várias associações mantiveram, regularmente, cursos de alfabetização ou de complementação cultural, promoveram, sistematicamente, evento visando a elevar o nível cultural do negro, como a realização de palestras, sessões de declaração de um congresso para discutir a educação negra. (Pinto, 1993, p. 239).

Nas ações do movimento negro pernambucano, são reveladas estratégias de atuação, numa luta constante contra a exclusão da população negra. Neste contexto de luta, a educação é pensada como um elemento fundamental para a transformação da realidade.

CAPÍTULO V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordamos a historiografia do movimento negro Frente Negra Pernambucana sob a ótica de um dos seus fundadores, José Vicente Rodrigues Lima, apreendemos o que levou, na década de 1930, pessoas de um determinado grupo social a fundar uma entidade em defesa da população negra na cidade de Recife.

É uma história que é praticamente desconhecida não só no meio acadêmico como também dos movimentos negros, restrita praticamente a poucas pessoas que zelam pela memória do movimento, principalmente a família de José Vicente Rodrigues Lima e os membros do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, entidade que conforme indicou a pesquisa, é originária da Frente Negra Pernambucana.

Compreendemos que a Frente Negra Pernambucana foi fundada em uma época difícil, em que a maioria dos estudos comungava com a ideologia da inferiorização da população negra, negando a essa população direitos básicos, como educação.

O estudo apontou que um fator determinante para a fundação da Frente Negra Pernambucana foi o total desamparo vivido pela população negra na época. Seus dirigentes vão defender que o abandono em que se encontra a população negra não é decorrente da inferioridade genética e hereditária dos negros conforme teorias racistas afirmavam na época, mas sim pelo desamparo social vivido por esta população.

Nas ações propostas pelos integrantes da Frente Negra Pernambucana e, posteriormente, pelo Centro de Cultura Afro-Brasileiro, são reveladas estratégias de atuação numa luta constante contra a exclusão da população negra em todos os setores sociais, principalmente o educacional. Exemplo disso é a defesa contundente da inclusão da população negra nas escolas e universidades que, segundo apontamentos de José Vicente Lima, era mínima.

Entre outros aspectos da historiografia da Frente Negra Pernambucana, é importante destacarmos o fato de que uma das especificidades do movimento pernambucano foi ter sido transformado, em 1937, em Centro de Cultura Afro-Brasileiro, entidade que existe até os dias atuais. Diante dos estudos desenvolvidos é possível afirmar que a entidade pernambucana não se extinguiu juntamente com a Frente Negra Brasileira de São Paulo, com o golpe de Getúlio Vargas em 1937, conforme afirmam alguns/algumas estudiosos (as) sobre o assunto.

A transformação foi registrada e explicada, por José Vicente e outras pessoas

conhecedoras da história da Frente Negra Pernambucana, como tendo sido o “orgulho” pernambucano o responsável por não ter admitido ser a entidade local idêntica às outras Frentes existentes no Brasil.

A mudança do nome de Frente Negra Pernambucana para Centro de Cultura Afro-Brasileiro não modificam as estratégias propostas pelo movimento para enfrentar as dificuldades enfrentadas naquela sociedade. A entidade continuou lutando principalmente para melhorar o nível educacional da população negra, criando seus próprios meios de atuação, que foram desde o incentivo ao esforço individual da população negra estudar até ações coletivas, como participação em eventos científicos, atividades culturais com o intuito de dialogar com outros pares questões referentes à população negra da época.

Nossos estudos apontaram que também o momento histórico, isto é, a conjuntura das ditaduras dos governos Agamenon Magalhães, governador de Pernambuco, e Getúlio Vargas, presidente do Brasil, contribuíram, mesmo que não de forma determinante, para a transformação da entidade em Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Dessa forma, o momento histórico em que viveu José Vicente Lima e outros membros da entidade influenciou, em vários momentos decisórios, a constituição da identidade do movimento.

Entretanto, ressaltamos que o processo de construção da identidade do movimento não é algo constituído de forma permanente; pelo contrário, a identidade da Frente Negra Pernambucana é percebida por nós nos conceitos defendidos pelo crítico cultural Stuart Hall, que reforça que a identidade de um grupo social vai se reconstruindo e se reconfigurando ao longo do processo histórico. Não se pode, assim, entendê-la como algo dado, definido plenamente no início da história de um grupo social. (Silva e Louro, 2006).

Como já explicitado no decorrer de toda a tese, a Frente Negra Pernambucana foi fundada em um contexto crítico bastante adverso à população negra; tendo sido esse o cenário onde José Vicente militou e escreveu.

Na pesquisa por nós empreendida, os escritos de José Vicente revelaram ser uma importante fonte de informações, permitindo-nos trazer à tona parte da história não só do movimento negro, mas também da população negra de Recife.

Assim sendo, nosso trabalho apontou para a reflexão da situação da população negra em um espaço territorial do nordeste do País: a cidade de Recife. A partir disso, procuramos revelar que as desigualdades gerais encerradas na trajetória da população negra, na sociedade brasileira, são marcadas pelas especificidades regionais com suas características históricas.

No período escravista e pós-abolição, a cidade de Recife atravessou uma redefinição demográfica e espacial. Sucessivas reformas urbanas mudaram o perfil da cidade,

principalmente na década de 1930, no governo de Agamenon, às custas da perseguição e do sofrimento da população negra.

Foi possível perceber que, no período em que se concentrou nossa pesquisa, a ideologia dominante estava claramente voltada para a identificação da nação que se dirigia para o progresso. Como consequência disso, o governo de Agamenon Magalhães, conforme tendências de teorias científicas da época, desenvolveu um modelo de sociabilidade, baseado nos princípios de ordem e moralidade, tendo como alvo as formas organizativas das comunidades afrodescendentes.

Dentro desse modelo, várias instituições que atuavam no campo da psiquiatria, da polícia e da moradia atuaram conjuntamente com o Estado, no processo de ordenação social. Tal ordenação foi marcada pela perseguição das pessoas e das comunidades consideradas fora dos padrões sociais.

Esse pensamento ideológico tomava como suspeitas as formas organizativas das comunidades que habitavam os mangues e freqüentavam religiões de matrizes africanas, negros em sua maioria.

Arelada a tal pensamento está a idéia de que esses espaços vão ser considerados lugar de promiscuidade, onde se contraíam e disseminavam doenças transmitidas pela hereditariedade, consideradas biológica e culturalmente “inferiores”.

Nesse contexto, a Frente Negra Pernambucana propõe e desenvolve estratégias de atuação numa luta constante contra a exclusão da população negra, principalmente no campo educacional.

Naquele período, em que atos discriminatórios figuravam no cotidiano da população negra, além da situação extremamente precária em que viviam os afrodescendentes na cidade de Recife, é de extrema relevância social e política a existência de um movimento com as características da Frente Negra Pernambucana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. APOSTILA: COMISSÃO do cinquentenário do C.C.A.B. Arte Negra no Recife é cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, Recife, 1986.
2. ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde. A construção da verdade autoritária. 2001. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo: Humanitas /FFCH/USP. São Paulo, 2001.
3. BARCELAR, Jéferson. A hierarquia das Raças. Negros em Salvador. Pallas, Rio de Janeiro, 2001.
4. BASTIDE, Roger. Brancos e Negros em São Paulo. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959.
5. BERNARDO, Teresinha. Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC; Fundação Editora da UNESP, 1998.
6. BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
7. _____. O Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
8. BRITO Jomard Muniz de Brito. Apostila: carnaval é Música, música é ritmo, ritmo é poesia. A Escola de samba Galeria do ritmo homenageia o poeta negro Solano Trindade. Recife, 1979.
9. CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. O Combate ao Catimbó: práticas repressivas às Religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta. 2001, 301f. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2001.
10. CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). São Paulo: DIFEL, 1997.
11. CARTILHA de divulgação do centenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Divulgação do Cento de Cultura Afro Brasileiro, Recife 1987.
12. CARVALHO, Marcus J.M. de. Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1988.
13. CAVALCANTI, Pedro. Ulisses Pernambucano e as Seitas Africanas. Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulisses Pernambucano. Recife: Oficinas Gráficas da Empresa. JORNAL DO COMERCIO S/A. p.15-18.
14. FELIX. Loiva Otero. História e memória: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediuph, 1998.
15. FELIX, Marcelino. As práticas políticas - pedagógicas da Frente Negra Brasileira na cidade de São Paulo (1931-1937). 2001, 51f. Dissertação (Mestrado). Universidade

Católica de São Paulo - PUC, São Paulo, 2001.

16. FERNANDES, Gonçalves. Xangôs do Nordeste. Investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1937.
17. FILHO, Andrade. China Gordo. Agamenon Magalhães e sua época. Recife: Editora Universitária, 1976.
18. GOMINHO, Zélia O. Veneza Americana X Mucambópolis: O Estado Novo na cidade de Recife (década de 30 e 40). 1997. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.
19. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós - modernidade Stuart Hall: tradução Tomaz da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
20. KÖSSLING, Karin Sant'Anna. INVENTÁRIO DEOPS. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.) Os Movimentos Negros: Identidade étnica e identidade Política (1924 -). 1954), 2005.
21. LIMA, José Vicente. APOSTILA: COMISSÃO do cinquentenário do C.C.A.B. Arte Negra no Recife é cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, Recife, 1986.
22. _____. Apostila: Carnaval é Música, música é ritmo, ritmo é poesia. A Escola de samba Galeria do ritmo homenageia o poeta negro Solano Trindade. Recife, 1979.
23. _____. Xangô. Vol. I. Recife, PE. Divulgação do Centro de Cultura Afro-Brasileiro. Jornal do Comércio S. A. 1937.
24. MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Editora Ática, 1988.
25. MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Global; Ação Educativa, 2004.
26. NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Sortilégio da cor. São Paulo: Selo Negro, 2003.
27. OLIVEIRA, Rogério de. Controle e medicalização do “baixo espiritismo” pela psiquiatria pernambucana. In: Simpósio Nacional de História. Porto Alegre, 2007.
28. PADOVAN, Maria Concepta. AS MÁSCARAS DA RAZÃO: Memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945). 2007 155 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2007.
29. _____. O espiritismo no Recife, segundo a psiquiatria do Estado Novo: “fábrica de doentes mentais”. In: XXIV Simpósio Nacional de História. Porto Alegre, 2007.
30. PANDOLFI, Dulce Chaves. Pernambuco de Agamenon Magalhães; consolidação e crise de uma elite política. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 1984.

31. PINTO, Regina Pahim. O movimento negro em São Paulo: luta e identidade. 1993. 496 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
32. SANTOS, José Antônio dos. Raiou A Alvorada: intelectuais negros e imprensa, Pelotas, 1907-1957. Jan. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
33. SILVA, Ana Célia da. Movimento Negro Brasileiro e sua trajetória para inclusão da diversidade étnico-racial. In: *Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade*. Salvador. v. 11, n 17, p. 139-150, 2002.
34. SILVA, Fátima Aparecida. Escola, movimento e memória o 13 de maio em Sorocaba 1930. 2005.183 f. Dissertação (Mestrado). - Programa de Pós Graduação em Educação. UNISO, Sorocaba, 2005.
35. SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves da. Encontros e desencontros de um movimento Negro. Brasília. Fundação Palmares, 1984.
36. SOUZA, Maria Luisa de. Desenvolvimento de Comunidade e Participação. São Paulo: Editora Cortez, 1987.
37. SOUZA, Bartyra Queiroz. Perseguição aos catimbozeiros e extinção dos mocambos: representação de suas campanhas na Folha da Manhã. Monografia - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.
38. SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das Raças: científicas, instituições e questão racial no Brasil- 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras.

ANEXOS

ANEXO 01

Título do livro: Xangô

Autor: José Vicente Rodrigues Lima

Capítulo II: O que querem as associações dos elementos de côr e as Frentes Negras organizadas no Brasil.

Estamos lembrados de que, com o soerguimento das organizações de classes e associações diversas, o céu da pátria convulsionado pelas reformas políticas e sociais, os negros movimentaram-se, organizando as suas frentes para virem até a sociedade como cultos e como civilizados.

Entretanto, contra esta atitude de alguns intelectuais de cor, houve o arremesso de muita gente, clamando bem alto, sarapantada com duelos raciais; logo apareceram os inimigos gratuitos das frentes que, nas colunas de uma imprensa servil e mercenária, publicavam artiguetes caluniadores contra as organizações negras, e, os próprios negros, descreram de suas organizações, pelos tantos vituperios sobre elas lançados, por inconscientes elementos brancoides inimigos da raça e do Brasil.

Vejamos o que queriam as organizações negras para que esta gente fizesse tanta celeuma e tanta grita:

PROCLAMAÇÃO

É justamente empolgados por um ideal sublime e patriótico que um pugilo de homens genuinamente pertencentes á gloriosa raça imortal abolicionista José do Patrocínio, proclamam ao Povo Pelotense, ás Autoridades Civis e Militares, a grande honrada e benemerita família Etiópica da nossa culta Pelotas, a fundação de uma Entidade restritamente educacional, que se destina a unificar em torno da bandeira igualitária e niveladora da educação todos os filhos de grandioso e heterogêneo povo etiópico.

Auscultando as aspirações do Povo Brasileiro e a necessidade da nossa gente que se esforça por libertar-se da escravidão do analfabetismo, foi que fundamos a nossa congregação que pela sua munificência e seu amplo programa de “Frente Negra Pelotense”.

Tratando-se de uma oraganisação estritamente autocéfala, sem nenhuma ligação politica

Ou ideologia sétaria, tendo como unica finalidade promover o levantamento moral, físico, social e intelectual da raça.

“A Frente Negra Pelotense” não é uma entidade de competição racial e sim de cooperação cívica para melhor espalhar entre os elementos negros brasileiros aqui domiciliados os raios divinos e vivificadores da fulgurante luz da – INSTRUÇÃO.

Obedientes aos nossos ditames, a nossa congregação não fará distinção de raças, nacionalidades, credos politicos, religiosos, sexos, posições sociais ou idades, entre os que nela desejam ingressar desde que os propostos satisfaçam as exigencias de nossos estatutos sociais.

Como finalidade de nossa agremiação a Frente Negra Pelotense terá como dever : Incentivar com vigôr a campanha pró-alfabetisação , instrução e educação, especialmente os filhos da Raça. Prestigiar cada vez mais no Pais o espirito da cooperação interracial ao em vez de competição. Pleitear junto aos Governos o ingresso gratuito nos ginasios secundarios e cursos superiores para os estudantes de filhos de negros pobres que pela sua inteligencia a isso fiseram jús. Defender a infancia negra, preparar a mulher negra para a luta pela vida. Ministrando a juventude feminina os mais são ensinamentos, quer na ordem domestica, profissionaes ou intellectuaes.

Crear escolas. Organizar caixa de assistência para socorrer os estudantes pobres que por motivos financeiros se virem ameaçados de abandonar os estudos. Instituir premios para estimular as creanças com o intuito de despertar no mundo infantil o interesse pela escola, etc.etc.

Certos de que merecemos o apoio da culta população da estremecida cidade damos por apresentada a “Frente Negra Pelotense” que tudo fará para enriquecer moral e intelectualmente a nossa nacionalidade, implantando (assim esperamos) a crença de que os homens só se distinguem pelo – Saber, e de inaugurar uma era feliz, tanto para Raça Negra como para o nosso glorioso Brasil

Pela Frente Negra Pelotense.

(a)– Humberto de Freitas

O Secretario Geral

“Centro de Cultura Afro- Brasileiro”

Sentindo a necessidade de união e de intéletualidade que se possa representar em todas as esféras sociais, o Afro-Brasileiro, compreendendo o dever de reerguer moralmente a familia negra do Brasil, desejando colaborar pelo engrandecimento da Patria Brasileira, apontando a milhares de negros a escola e civismo, um nucleo de idealista resolve fundar o Centro de Cultura Afro-Brasileiro.

Afastados de qualquer partido político ou credo religiosos e aceitando o concurso dos

que reconhecerem o altruismo fim a que nos propomos, faremos a unificação dos negros no Brasil.

Não faremos lutas de raças contra raças, porem ensinaremos aos nossos irmãos negros que não há raça superior nem inferior o que nos faz distinguir um dos outros é nosso desenvolvimento cultural.

Temos como principais fins: Cultivar a memoria dos grandes negros do Brasil, instruir a infancia negra, facilitar sua educação, pleitear ingressos gratuitos para os estudantes pobres, de cor, educar a mulher para os embates materiais morais que lhe vêm ao encontro, crear caixa de beneficencia, para assistência medica e dentaria.

Certos de que Pernambuco apoiará o nosso empreendimento, porque o Brazil já o apoiou com argumentos irrefutáveis pela voz dos escritores Humberto de Campos, Gilberto Freyre, Costa Rego e Miguel Barros, convidamos aos pertencentes da raça de Patrocínio, Luiz Gama, Cruz e Sousa, Ferreira de Menezes, Paula Nei, André Rebouças, Antonio Boabab, Henrique Dias, Clodoaldo Lopes, Feliciano Gomes e João Marques para formarem ao nosso lado.

(a) SOLANO TRINDADE

Secretario Geral

É a seguinte, a situação do negro no Brazil moral e economicamente, dados fornecidos pelo Centro de Cultura Afro-Brazileiro.

Profissões:

- 5 Negros em cada 1000 Medicos
- 5 Negros em cada 1000 Advogados
- 10 Negros em cada 1000 Auxiliares no Comercio
- 30 Negros em cada 1000 Funcinarios Publicos
- 2 Negros em cada 1000 Negociantes
- 999 Negros para cada 1000 Domesticos
- 997 Negros para cada 1000 Trabalhadores de serviços de carregação.
- 10% de negros casam com suas iguais.
- 90% de mulheres negras são desvirginadas e jogadas à prostituição pelos proprios negros, mestiços claros e brancos.

SITUAÇÃO ATUAL DA RAÇA:

Negros

Negros retintos.....	20%
Mestiços escuros.....	25%
Caboclos.....	5%

Branços

Branços.....	10%
Mestiços claros.....	40%

Como se vê, as organizações negras não tinham senão o de cultivar, não mais o negro, porque como já dissemos, o Brasil marcha para a formação do seu proprio tipo, seja portanto, o homem brasileiro branco, mulato, creôlo, negro ou cablôco. Ninguém culpabilisam as **frentes**, pelo entrave do progresso do homem de côr, é porem de seu programa acordal-o , apontando-lhe a grandeza moral , somente adquirida no campo das letras.

A tarefa organizada pelo Centro de Cultura Afro-Brazileiro, séde em Pernambuco é dignificante, carece apenas do apoio de todos quanto compreendam a necessidade de encarmos com sentimento de brasilidade este supremo idéal que não cogita de outra cousa a não ser inaugurar uma nova era para o negro brasileiro, para o Brazil.

Já apoiaram o Centro de Cultura Afro-Brazileiro alguns expoentes de nossa cultura neste Estado , Dr. Gilberto Freyre, Manuel Augusto dos Santos , já apoiaram o Centro de Cultura Afro-Brazileiro, Dr. Samuel Campello, Dr. Israel Gueiros, a juventude estudantil de côr , professoras , Almerinda Rodrigues de Lima, Antonieta Martins Pereira e tantos outros.

Os Diretores de Centro de Cultura trabalham com denodo, realizando conferencias educativas onde sabem que existe a fina flor da nossa juventude nos centros de xangô, nos blocos carnavalescos, nas escolas particulares e publicas noturnas, procurando apontar aos negros e aos mestiços o civismo e a escola. Pois é preciso acordar nossa mocidade exposta ao cáos da ignorancia. Assim está formada em Pernambuco uma associação, não para pedir aos governos uma subvenção para blocos ou clubes carnavalescos, mas para pregar a unificação de todos os negros do Brazil para defeza de seus interesses, a fim de derrubar de uma vez para sempre o complexo de inferioridade e ensinar ao negro brasileiro a vêr o homem pelo homem e não pela qualidade, (pela côr da epiderme).

Para cooperar em beneficio dos irmãos negros em vez de fazer trincheiras com hipócritas sentimentos regionalistas.

Negros, mulatos e brancos, intéletuais do Brazil precisam saber que existem milhares e

milhares de negros ainda na roça, ainda empurrando carroças, ainda engraxates, ainda rudes operários de fabricas, carpinas e marceneiros, ainda brutos, ainda inferiores, ainda de chapéu na mão falando tremulo com o Doute...sô Doute ...sô Doute ...

Iluminando-os com a instrução, derrubamos a convicção de inferioridade e botamos por terra as baixeiras e vilania dos preconceitos.

ANEXO 02

Divulgação do cinqüentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro

Discurso pronunciado pelo seu fundador e presidente de honra no Teatro Santa Isabel.

Prof. José Vicente Lima

Recife – 1936-1986

Páginas 09, 10 e 11

Esta casa tem sido o testemunho dos grandes acontecimentos históricos culturais e também políticos, entretanto estivemos longe de pensar que tivéssemos a feliz oportunidade de falarmos à posteridade dos ideais que nos animaram há 50 anos passados, quando nos empenhamos na continuidade de um trabalho nascente no sul do País, precisamente em São Paulo e Rio Grande do Sul, com as fundações da frente Negra brasileira e a Pelotense .

Recebemos em nosso Estado o jovem artista Barros, o Mulato, que após participação no 1º Congresso Afro-Brasileiro nos convoca para a Fundação da Frente Negra Pernambucana .

Nesta convocação, somente 5 pessoas compareceram, o autor dessas informações, Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo de Albuquerque, Miguel Barros (Barros o mulato) o seu conhecido nome de guerra. Como começar, como caminhar, como nos orientar, nos objetivos que desejaríamos alcançar? Logo cedo compreendemos que não tínhamos somente uma luta contra preconceitos, havia algo mais que precisamos que fosse esclarecido.

As nossas origens existiam sufocadas, sem condições para que pudessem orgulhosamente exibir as nossas tradições brasileiramente mestiçadas, como desejara Barros, o Mulato. Negada a nossa presença cultural, quando na verdade tudo quanto existia nada mais era do que o contato cultural do homem afer denominador comum na colonização brasileira.

Embora mutilado nos seus padrões naturais de cultura pela escravidão, no cortejo de sofrimento e genocídios, entretanto, através do processo aculturativo, do sincretismo religioso e de sua “participação ativa na família brasileira” indo até à miscigenação ele afirmava como

o grande colonizador se tornando o “braço direito” do Colonizador Português.”.

Aquela condição de escravo acompanhada daquelas atrocidades, nem por isto, ele deixou de lutar desesperadamente pela liberdade perdida, mais de 65 anos de luta dentro dos Quilombos, heroísmo que a história brasileira negou para glorificar os seus matadores.

Não poderíamos pensar de maneira diferente, como seus descendentes e com aquela mesma coragem e heroísmo, processaremos a nossa mobilidade social e cultural dentro de uma sociedade agressiva e preconceituosa em seu relacionamento entre, brancos e homens de cor, ou entre os que se dizem brancos ou os que se chamam negros.

As Frentes Negras surgiram quando se fechavam ruas comerciais para as famílias de cor não visitassem as vitrines, quando as Faculdades reprovavam estudantes de cor, quando um Presidente da Republica impedia que desportistas negros participassem das competições esportivas no exterior (1922 Presidente Epitácio Pessoa). São seus fundadores os irmãos Veiga dos Santos e o major Antonio Carlos, fundando Biblioteca para negros e o Centro Cívico dos Palmares”, os jornais, o Clarim e o Getulino, em Campinas.

Esses fatos, ainda hoje conhecidos, e, porque não dizer, ainda hoje existentes, fizeram presentes as reações dos movimentos Frente Negrinas e dando surgimento até à Lei Afonso Arinos , nunca aplicada e nunca amolentando ninguém . Lei que deverá ser examinada pelos novos Constituintes Brasileiros. Deverá surgir uma nova Constituição de valorização do homem brasileiro, em nenhuma preocupação da sua pigmentação epidérmica permitindo-lhe a participação em todos os segmentos da sociedade.É importante lembrar aqui a preciosa lição do saudoso Professor da Universidade do Brasil, Dr Arthur Ramos:

“O homem não vale pelo seu teor da Hemoglobina ariana que contém seu sangue, mas como representante do seu grupo étnico de sua cultura e de sua civilização”.

Foi esse movimento Frente Negrino que abraçamos, transformando-o em nosso idealismo, procurando incutir em cada individuo a conscientização da sua origem e o orgulho da sua negritude.

Para processarmos o nosso movimento tínhamos a obrigação de não ignorarmos, como entendia, não somente às suas manifestações religiosas como moral teogênica, através dos seus sacerdotes, mas também as suas manifestações folclóricas, trabalho que os cientistas brasileiros já havia iniciado.

As várias teses levantadas no trabalho científico, não somente nos Congressos Afro-

Brasileiro 1º e 2º com Gilberto Freyre e Edson Carneiro legista da policia Baiana, os trabalhos do Prf. Arthur Ramos se constituíram um campo vasto de conhecimento para nós, muito principalmente na abordagem da questão da superioridade racial ou cultural no contato entre as duas raças colonizadoras, pelo afastamento e insubmissão dos aborígenes.

Tínhamos em mãos todo acervo capaz de processarmos aquele “movimento de verdade”, baseado na realidade das nossas origens” e nesta altura conclamávamos para realizarmos a nossa valorização social nesta sociedade em que nos havíamos tornado o seu denominador comum.

Nossos críticos consideravam esse movimento, como uma “falácia de espécie sem o apoio credenciador do elemento africano”. Este apoio já não mais era necessário dos nossos antepassados, a posteridade que somos nós mesmo, hoje conscientizados, tínhamos desfraldado a nossa bandeira de afirmação e de independência cultural. Sergio de Milliet vira isto apreciando o livro de Poesia de Solano Trindade “Cantares ao meu povo”, que chamou de Independência Cultural do Negro Brasileiro.

Através das divulgações chamamos a atenção dos intelectuais, que nos propiciam, no rio de Janeiro, realizar a 1ª Convenção Negra em 1945”. Embora com algumas divergências internas , a Convenção, trouxe com grandes resultados a criação do Teatro Experimental do Negro e depois o teatro Popular Brasileiro, levado pelo próprio Solano Trindade à Helsink, na Finlândia .

Os atentados contra a humanidade, continuam como dissera Joaquim Nabuco de Araújo, entre eles o racismo o mais inconseqüente e desumano sem lugar em um mundo Novo enriquecido pelo saber e pela ciência. As reações dos povos Africanos, através dos seus líderes negros, devem contar com o apoio incondicional de todos os povos, sem restrições de cores políticas ou partidárias, para que não se repitam os crimes do passado.

A Frente Negra Pernambucana , transformada no Centro da Cultura Afro-Brasileiro, se projetara junto das outras Associações Coirmãs de todo o País. Se não construímos patrimônio materiais, construirmos, entretanto um patrimônio muito maior, - Patrimônio Cultural que legamos aos nossos sucessores. Ideal que nos animou nesses 50 anos que hoje aqui se comemora nesta brilhante APOTEOSE.

ANEXO 03

Homenagem da Escola de samba Galeria do Ritmo ao poeta negro Solano Trindade. Discurso de José Vicente Rodrigues Lima.

É possível que eu tivesse talvez exagerado, pela minha profunda ligação emocional com Solano Trindade, o seu grande mérito poético. Somente de uma cousa estou certo, ele foi o grande líder do movimento do que chamávamos na época, de “valorização social do negro brasileiro” e o que ele em seus poemas chamava de abolição número dois.

Com as homenagens que se vem prestando aqui ali a Solano Trindade, em São Paulo e agora em Recife, e as críticas ao seu livro “Seis Tempos de Poesia”, de Carlos Drumont de Andrade, Otto Maria Carpeaux, Roger Bastide, Arthur Ramos, Nestor de Holanda, não resta nenhuma dúvida de que, tudo quanto disse a respeito dele, no livro que estou entregando ainda este ano à publicidade, classificando-o de “O Grande Condestável, do movimento negro no Brasil”, está absolutamente correto.

Outra cousa, que me atingiu a sensibilidade, é o interesse, despertado pelos jovens intelectuais, - despertados para esse movimento. Hoje eles vivendo em um mundo aberto, mais rico de informações e comunicação, buscando colocar, nos seus devidos lugares as cousas certas. Agora me apercebo da trilha certa que caminhamos e também, de como, passou logo a nossa geração, a minha e a de Solano Trindade.

Era o ano de 1937, numa rua do Bairro de São José, cinco rapazes, desconhecidos, sem nome sem bafejo de ninguém, em volta de uma mesa forrada com uma toalha branca, fundaram a Frente Negra Pernambucana, co-irmã da Frente Negra Pelotense, com a presença entre nós de Miguel Barros, pintor Gaúcho, conhecido por Barros, o mulato.

Éramos cinco apenas: Francisco Solano Trindade, Gerson Monteiro de Lima, José Melo de Albuquerque, José Vicente Rodrigues Lima, e Miguel Barros, o Mulato. O que sabíamos, até então, era a existência dos preconceitos, e tomamos conhecimento da monstruosa estatística feita por Solano Trindade, onde se verificava a ausência quase que completa do elemento negro nos Cursos Superiores das carreiras de prestígio social.

Tudo isto precisava ser analisado, conhecerem-se as razões, se processando-se um movimento, que o Mulato, na sua proclamação da Frente Negra Pelotense, inserta nos anais do 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife dizia “Um movimento de verdade, baseado nas raízes” expressões que somente mais tarde seria melhor entendida, com o Professor Arthur Ramos dizendo “deverá haver uma elite de cor conscientizada das suas origens para dirigir e orientar os seus irmãos da raça”

Tínhamos muito a fazer, e mal sabíamos como fazê-lo. Quem nos ajudaria? Os velhos e já consagrados intelectuais?

Como pensavam eles? E em que pensavam? Os nossos intelectuais de cor, médicos, advogados, odontólogos, professores, embora em pequenos números onde estavam eles? Como pensavam, também a respeito disto?

As interrogações se avolumam, e muitas delas, e muitas delas foram para nós dolorosos e decepcionantes.

Ouvimos e conversamos, com uma maioria de negros ilustres, tristes e decepcionados com a sociedade. Alguns, apesar dos seus méritos, renegados, outros, que mesmo formados, não tinham nome, o nome pelo qual eram conhecidos, era, “aquele negro”, e outros aviltados por uma série de pejorativos, não nos interessando citá-los neste esboço que fazemos aqui, porque muitas dessas cousas ainda podem acontecer e existem, resquício de uma sociedade pouco evoluída.

Não desfalecemos, e, portanto não esmorecemos e a nossa resposta a tudo quanto vimos e ouvimos foi lançarmos o primeiro livro editado pelo então, não mais Frente Negra Pernambucana, mas, Centro de Cultura Afro-Brasileiro, Xangô, de nossa autoria.

Contamos com a colaboração dos jovens intelectuais da terra, na época, o aleijadinho, Patrício Saraiva, Luiz Lama, entrando no jornalismo, Cleophas de Oliveira, já jornalista, Adauto Pontes, tão culto quanto cheio de agressividade, Nestor de Holanda, ensaiando ser poeta, Ruy Duarte, já jornalista. Não éramos muitos, mas suficiente para sentarmos numa mesa da Leitaria Vitória, na Rua do Imperador Pedro II e após “uma papa e um café pequeno”, falávamos sobre o problema. Recebemos estímulos, e até coluninha num canto dos jornais do que nos aproveitamos bastante, embora submetidos a implacável censura de Jaime de Santiago e Edson Moury Fernandes, este último Delegado da Ordem Política e Social.

Fui chamado por Edson, na Secretaria de Segurança, para ser aconselhado como um ex-colega do velho Casarão do Ginásio Pernambucano, “acabar com Afro-Brasileirismo aqui”, entre nós não existe preconceito, me dizia ele, quando pretendi fazer uma festa e publicar um artigo mais amplo no dia 13 de Maio.

Nossa Geração passou, soube por intermédio de Aderbal Jurema, hoje Senador mas que naquela época, um jovem professor, Diretor do Ateneu Pernambucano e autor do livro, “Insurreições Negras no Brasil”, o que impressionara muito a Solano Trindade que (...), jornalista radicado no rio de Janeiro, escrevera um livro, sobre o Negro Brasileiro de Nestor de Holanda que assistira a assenção poética de Solano Trindade, li a crítica que fizera ao seu livro “Seis Tempos de Poesia”, consagrando-o entre os grandes poetas das América.

Os caminhos da vida nos separam, Solano Trindade faz as suas despedidas do Recife em 1941, e sou eu quem prepara o poeta para o lançamento das suas poesias na Associação dos Empregados no Comércio, numa festa que se chamou de “A Festa da Inteligência”.

Recebemos elogios e críticas, desta festa, resultou o meu segundo trabalho, lançado pelo Centro de Cultura “Os poemas Negros de Solano Trindade”, este trabalho sensibilizou profundamente Prof. Arthur Ramos, estudioso do Negro Brasileiro, que me incluiu como membro da Sociedade Brasileira de Etnologia cujo o contato perdi após o seu falecimento (cousa do Brasil com suas Instituições Científicas ou Literárias que só vivem enquanto os seus fundadores estão vivos).

Solano Trindade viaja numa terceira do vapor Itapagé da companhia que se chamava ITA, fazendo poema “a terceira do ITA”, perdido dos seus desordenados apontamentos como fora desordenado a sua vida. No meu livro “Uma contribuição ao Estudo das Religiões e do Negro Contemporâneo” trabalho que deveria ser feito por nós dois, assinalo essa faceta do seu espírito, de rebeldia, própria da alma de poeta cheia de beleza da sua imaginação criadora impossível de ser contida e presa nas rimas e métrica das suas próprias poesias.

O vapor ITA para a Bahia, e Solano Trindade ainda sob o impacto da saudade de tudo quanto vai deixando para trás, inclusive mulher e filhos, envia-me o seu poema, “Louvação a Bahia”. Era a primeira vez que via terra estranhas.

É 1946, cinco anos depois, este período ele é tutelado pelo, o Mulato, que aos poucos vai se tornando um Pintor ou artista Burguês, pretendendo impor normas ao poeta que repele as suas intenções, como também repelira as minhas de mandá-lo se afastar do movimento negro no rio de Janeiro, pelo envolvimento com os políticos de esquerda.

Chego ao Rio para uma conversa, após a realização de uma “Convenção Negra” na Associação Brasileira de Imprensa. Os ânimos estão inflamados. Solano Trindade ainda lidera mas é grande a oposição, cada um com suas tendências, Agnaldo Camargo, Abdias do Nascimento, representam uma tendência política de Direta, Solano Trindade está na esquerda, conheci Raimundo Dantas, Abigail Moura, neutros e moderados, Ruth de Sousa, era apenas uma estreante como outros negros, ficaram nos meios termos. Eu advoguei o afastamento de todas as tendências para garantir a unidade de um movimento de maior profundidade dentro dos objetivos já a nossa vista.

O Teatro Experimental do Negro vem nascendo a Revista Temário e Quilombo também embora sem a minha contribuição. Se bem que respeitado, senti-me marginalizado no movimento.

Senti também que Solano estava comprometido com as esquerdas e partindo para a

Fundação do Partido Político dos Negros o que determinou da minha parte um artigo violento com a minha discordância.

O Teatro Experimental do Negro, encena as pelas de Eugene O'Neill "O Imperador Jones", e "William de Shakespeare", "Otelo e o Mouro de Veneza", Abdias do Nascimento, dramaturgo, encena "Sortilégio – o Mistério negro, peça muito discutida, por mim principalmente, o conflito esperado se deu e as divergências continuaram. Solano fica entre o Rio e São Paulo, agora apoiado pela Associação dos homens de cor de São Paulo. Funda o Teatro Folclórico Brasileiro, dirigindo o elenco e prepara a viagem de exibição a Helsink.

Orienta o Teatro Estudantil do Rio e de São Paulo, estivemos juntos, nesta ocasião a maré está muito turvada, as prisões se tornam freqüentes denunciando-se cada vez mais o seu comprometimento embora sem militância. Neste último encontro, o Condestável está seriamente doente pelas prisões sofridas, maltratados e vida desregrada, enquanto a inspiração poética toma dimensões imensuráveis.

Desejei trazê-lo para Recife, ele desejava vir, tenho encontro com os seus filhos Raquel, Liberato, Francisco, e sua ex-esposa Margarida, todos querem a sua volta, ele tem também saudade, mas não se decide voltar. Faz a mim uma entrega de uma pasta suja desajeitada com os seus melhores poemas que até hoje guardo com muito carinho, rabiscos, revistas de vidas efêmeras, uma segunda proclamação do Centro de Cultura Afro-Brasileiro, revivida por ele no Rio de Janeiro por ele, e a idéia do Livro que deveria ser feito por nós dois com a colaboração de outros intelectuais, terminado feio por mim sozinho como última contribuição ao vitorioso, movimento Cultural Negro no Brasil. Digo vitorioso porque nosso principal objetivo era chegar com o negro, no Rádio, no Cinema na Televisão, nas Universidades, perfeitamente conscientizados, de uma forma ou de outra pouco nos importando, existências ou formas de preconceitos, cabendo-lhe a tarefa de conscientemente engrenhá-los, vencer dentro de si mesmo quaisquer complexos de inferioridade, com orgulho das suas raízes e das suas tradições, talvez com aquela filosofia do homem africano atual a filosofia da "Negritude" filosofia que ainda chegamos a discutir.

Solano Trindade, não voltou ao Recife, não mais nos encontramos, de minha parte me aburguesei também, Agnaldo Camargo, faleceu muito antes dele vítima de um desastre, Abdias do Nascimento, imigrou para o Estado Unidos da América, O Mulato desapareceu do Cenário. Soube que passara muitos anos na Europa, aburguezando-se também Ruth de Souza fez sucesso.

Somente o grande Condestável, o Aíga Negra, símbolo com que pretendi me associar as homenagens que estão lhe prestando permaneceu, no topo dos ideais que embalaram sua

vida.

Dormiu e acordou morto num azilo de medicância em São Paulo. Disto tive muito pouca notícia, não revi os seus familiares, não sei realmente ao certo como tudo se passou.

Hoje tenho desejo de dizer aos novos intelectuais desta geração como dissera Rolland aos da sua, quando se despedira. “E a vossa vez, sede maiores e mais felizes do que nós, fazei dos nossos corpos um degrau e ides para frente.. A vida é uma sequência de mortos de ressurreições”.

A beleza do seu talento poético poderá se sentir e medir nesses três poemas que selecionei: “Viva a Rapaziada da Canela Suja”, “Canção a Minha cidade Natal” e “Louvação a Bahia”.

J. V. Rodrigues Lima (Vicente Lima)

ANEXO 04

Arte Negra no Recife é cinquentenário do Centro de Cultura Afro-Brasileiro - 1936-1986

Solano Trindade, poesias e cinquentenário do C.C.A.B.

O tão decantado e internacionalmente conhecido pela sua arte, poeta SOLANO TRINDADE, é nascido aqui mesmo no legendário Pátio do Terço, bairro de São José e criador do CENTRO DE CULTURA AFRO BRASIELRIA, no ano de 1936, juntamente com o professor José Vicente Rodrigues Lima, jornalista Luiz Luna, José Albuquerque Melo, Gerson Monteiro de Lima e Miguel Barros, mais conhecido como “Barros, o Mulato, gaúcho integrante e fundador da Frente Negra Pelotense.

Somente o Prof. José Vicente Lima aqui em Recife e Miguel Barros, o Mulato, são os que ainda restam para comemorar o Cinquentenário da mais antiga manifestação sócio cultural negra em todo o país. Sua precursora e inspiradora, a Frente Negra Pelotense, diluiu-se ante a repressão e fatos outros que teve de enfrentar em sua gloriosa trajetória. As que surgiram mais para a frente, mais com todo respeito à estrutura e organização que o amor e dedicação à causa do negro conseguiu estabelecer, não passam de lindas crianças e fogosas adolescentes diante do “Cinquentão” Centro de Cultura Afro Brasileira.

“Numa noite recifense, numa casa do Pátio do Terço, sentados ao redor de uma mesa forrada com a toalha branca”, relembra o Prof. José Vicente, nascia o Centro de Cultura Afro-Brasileira, que naquele momento veio ao mundo com a denominação de “Frente Negra

Pernambucana ” logo concertada para atual C.C.A.B. para não ser lembrada como uma simples réplica de sua co-irmã gaúcha . Era o orgulho e vaidade pernambucanas que já se faziam presentes naquele momento.

Tendo como presidente no seu cinquentenário o Advogado EDVALDO RAMOS, Procurador Federal da Previdência e candidato à Deputado pelo Partido Socialista Brasileiro, o C.C.A.B. apresenta como acervo de realizações inúmeras iniciativas de cunho cultural ligadas ao Negro Brasileiro, entre as quais destaca a criação e redação do Projeto de Lei que cria o Conselho de Detramitação na Câmara Municipal do Recife, por iniciativa parlamentar do vereador Luiz Néri, matéria que deve ser votada e aprovada ainda neste mês de agosto/86; apresentação de manifestações culturais incluindo Maracatus, Afoxés, Capoeiras, etc.; palestras, representações em diversos eventos, inclusive os Congressos Nacionais Afro Brasileiros de 1937 e 1983, e II Congresso da Tradição dos Orixás; edição dos Livros “Cantares do Meu Povo” de Solano Trindade; “Xangô” (1937) de José Vicente; “Poemas Negras” (1941) de Solano Trindade; “Seis Tempos” de Poesia” de Solano Trindade; “Poemas de Vida Simples”, de Solano Trindade; “Rumba Negra” de José Vicente, “Associações Culturais, Os Negros e os Partidos Políticos”, José Vicente.

O C.C.A. B promoveu no Rio de Janeiro em 1946 a “Convenção Negra no Brasil numa iniciativa de Solano Trindade, que fez a presença do “Centro” na Antiga Capital Federal, tendo para tão importante realização e imprescindível cooperação de Aguinaldo Camargo, Rute de Souza e Abdias do Nascimento.

Tão grande acervo não seria contido num pequeno ensaio. Deixa o Centro de Cultura Afro Brasileira suas realizações do passado e inicia hoje o revolucionário programa do seu “I Centenário” . Sabem os que hoje fazem o C.C.A.B. que a vida é efêmera , entretanto o ideário é plenamente infinito. EDVALDO RAMOS e demais construtores desse trabalho em favor da cultura Negra receberam essa relíquia das mãos de Solano Trindade, de José Vicente, de Barros, o Mulato, fechando os primeiros cinquenta anos de sua criação, tendo a tarefa de social e estrutural que levará o Negro à uma completa emancipação no campo econômico e maior respeitabilidade na conjuntura laboral com maiores oportunidades de emprego e elevação social.

Convidamos a todos para começar hoje e agora, o “PROGRAMA DO I CENTENÁRIO’ do Centro de Cultura Afro Brasileira”.

Com os sinceros Agradecimentos da - COMISSÃO DE CINQUENTENÁRIO DO C.C.A. B.

ANEXO 05

Discurso do representante da Frente Negra Pelotense – 1º Congresso Afro-Brasileiro-1934 - Recife

Miguel de Barros

Porta-vóz da Frente Negra Pelotense, organização representativa da raça Ethiopica do Rio Grande, vim dizer-vos do idealismo que perpassa pelos negros do sul, seu sentimento de reivindicação, de seu desejo de tornar a vida de seus novos e futuros descendentes, menos atribulada, em ambiente nacional, mais sincero e honesto, mais digno e fraternal, para que seus filhos, possam ingressar com facilidade, nas esferas cultas, contribuindo pelo futuro do Brasil.

A Frente Negra Pelotense entidade que tem por lemma: União, cultura e Igualdade, que devem ser invocadas, quanto se inicia um movimento, portentoso e inedito do levantamento moral, intellectual e social do negro; de uma raça entregue á si mesma e que não tem outra cousa sinão sua extraordinaria capacidade de trabalho e intelligencia virgem, que deve e merece ser cultivada. Para que essa massa, que foi na submissão, sempre dirigida sem a menor noção de humanidade, impedida de sair do marasmo da inactividade; embargada nos passos para uma arrancada sublime e patriótica, que viria fortalecer, de uma vez todas, uma terra, que se pouco fez, foi somente porque essa grande maioria da população brasileira, vive a parte, no analphabetismo e que necessita de segunda abolição, que desenvolva a mente, para que se interesse , pelos problemas que lhe dizem respeito , que levara ao caminho extraordinario que conduz a evolução humana.

De todas as iniciativas pelo progresso do Brasil, nenhuma, vem tanto solucionar esta necessidade, como a da organização da gente negra. É este o caminho que devem seguir, todos aquelles que se interessam pelas cousas que nos dizem respeito.

Raça de um passado glorioso, de figuras que affirmaram sua possibilidades, hoje postas fora de duvidas pela sciencia.

Ma a sciencia e os nossos poucos que sobresahiram, nada podem contra a má vontade, intolerancia emfim todos os attributos em opposição á rasão, frutos exclusivos de inconscientes irreprimidos, que foram transmittidos pelos que ostentaram o chicote.

Á este inconsciente não basta o raciocinio, a affirmação scientifica, expoentes com seu valor, nada disto chega, para sublimar-o.

É preciso uma grande avalanche, um despertar magestoso, empolgante, um resurgir, gigantesco. Uma evolução colectiva que se imponha.

Uma marca iniciada da própria raça, com a resolução nítida dos capacitados, pois até hoje pouco de nós se haviam lembrado sem que houvesse, entretanto uma actividade, que viesse tornar prática qualquer cousa ao bem commum.

Muitas tentativas já por nós se haviam feito, na ancia de oragnização e mentalidade; sentindo a dôr com a intensidade da victima, como só ella pode avaliar.

Esperançosos sempre, de melhores dias. Atacados pelos pessimistas, nosso ideal são, prossegue a lauta.

De Pelotas nasceu o movimento abolicionista do Rio Grande. Canabarro com “A voz do Escravo”, lançou a semente, que deveria conquistar a victoria da primeira libertação da descendência africana. Depois deste ciclo, o da abolição, não terminou com elle, a idéa que dos pretos até então se fazia. “Obrigado pelo desenvolvimento natural, foram os senhores obrigados a atenuar o tratamento, mas, nem por isso, deixamos de lêr o annuncio de “Precisa-se de um branco ou branca”. Ao homem de côr, só lhe trocaram papeis.

É elle quem constroe. Seus musculos desenvolvidos, demosntram sua acção, mas é preciso, que ao traquejo material, junte-se a capacidade de pensar, raciocinar, deduzir, dominar vícios, ambicionar, para conseguir uma directriz elevada, para suprimmir exploração, preconceitos, desigualdade.

Muito debatida tem sido a existencia ou não do preconceito. Nós que sentimos, combatemos juntos e principalmente, contra o atrazo da descendência Afro-brasileira.

A cada passo, vem contra nós a demonstração chocante da selecção racial. Temos ainda, no sul, a prohibição da entrada em certos lugares publicos, theatros, cafés, barbeiros, colégios etc.

Em todas as classes, desde o proletariado, onde no ganha pão diário, se misturaram todos os trabalhadores, o preto, será esquecido, ou irá para a cosinha, em uma festa que o branco improvisar; até á classe alta, onde o intellectual negro teve de ingressar, contribuindo com seu esforço, para o meio onde vive, afastado de seus irmãos, que como ele também soffrem, parias do cancro preconceituoso.

No commercio, no funccionalismo, o preto vegeta em porteiros, continuos, etc. Surge sempre a expressão do pistolão que ao solicitar emprego, diz: É meu sobrinho intelligente e.... é branco. A mulher é a ama, domestica costureira. Actualmente onde a mulher pode exercer sua actividade, é no funcionalismo, no professorado.

Muitas jovens ethiopes que se diplomaram educadoras lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente na impossibilidade de trabalhar para o Estado.

A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vão para a costura condição máxima

que pode desejar a mulher que possue os “considerados” característicos da descendência africana.

“A campanha para a raça e a nacionalidade deve ser de organização e também de reverencia para com nossos antepassados”. A maioria brasileira, tem em suas veias o sangue afro, dos construtores de nossa terra. Com honestidade, sinceridade, devemos ter amor filial, para nossos avós, que tanto sofferam. Sejamos dignos acceitando nossa herança.

Pela unificação e educação trabalhamos. Com a consciencia do que somos, desejamos ser unidos e instruídos, sentindo a paralisação secular de nossa Raça foi que fundamos a F.N.P. e proclamamos seus ideaes, se espalharam pelo rio Grande, fazendo despertar uma collectividade adormecida; como também trabalha nossa gente em S. Paulo.

Sem fazer a mínima restricção com respeito á raças, para fazerem parte de nossa organização damos toda amplidão á ella, demosntrando, que não queremos selecção, mas sim suprimil-a e equiparar nossa gente pelo desenvolvimento intellectual.

A Frente Negra Pelotense, da plaga de Marcilio Dias, cumprimenta o I Congresso Africano-Brasileiro, da terra pernambucana de Henrique Dias, com um amplexo sincero, pela Grandeza da Raça.